



Mater et Magistra, 50 anos: Os desafios do Ensino Social da Igreja hoje

José Oscar Beozzo

“A *Mater et Magistra* deu vigoroso impulso
à linha do compromisso social”

Patrus Ananias de Souza

Mater et Magistra: uma síntese entre
comunismo, socialismo e capitalismo

Stefano Zamagni

“Eficiência e justiça não bastam para assegurar a
felicidade”: o valor do princípio do dom na economia

E mais:

>> **Rudá Ricci**
Salário mínimo é a melhor
política social brasileira

>> **Francisco Whitaker**
Uma trajetória de
lutas e desafios

Mater et Magistra, 50 anos: Os desafios do Ensino Social da Igreja hoje

No dia 15 de maio de 1961, o Papa João XXIII publicou a encíclica *Mater et Magistra* (em português: Mãe e Mestre), sobre a “evolução da questão social à luz da doutrina cristã”. Marco importante da história do ensino social da Igreja, o documento atualizou as orientações de encíclicas sociais anteriores, tendo sido publicada no 70º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, considerada a primeira encíclica social da Igreja. Por outro lado, a análise de João XXIII tornou-se base para vários documentos posteriores do magistério da Igreja sobre questões sociais, passando por Paulo VI e João Paulo II, até chegar a Bento XVI, com a sua *Caritas in Veritate*, de 2009.

Esta edição da *IHU On-Line*, em parceria com o **Escritório da Fundação Ética Mundial no Brasil**, busca, assim, rememorar o contexto histórico e eclesial ao qual João XXIII se dirigia e analisar os principais temas do seu documento, apontando também limites do ensino social da Igreja e novas questões sociais que o interpelam hoje.

A reflexão sobre essas temáticas conta com a entrevista do historiador da Igreja **José Oscar Beozzo**, para quem a *Mater et Magistra* fomentou o crescente engajamento da Igreja nas questões sociais. Já o economista italiano **Stefano Zamagni** explica que o exercício do dom é o pressuposto indispensável para que Estado e mercado possam funcionar, tendo como objetivo o bem comum. Para o advogado mineiro **Patrus Ananias**, a encíclica de João XXIII propõe uma síntese entre comunismo e capitalismo, uma alternativa de equilíbrio entre os dois modelos. **Riccardo Petrella**, economista e cientista político italiano, defende que os “bens comuns” são centrais à realização do Bem Comum: são o principal instrumento do ser e do viver juntos. Nesse sentido, a Doutrina Social da Igreja busca também o equilíbrio entre o “princípio da reciprocidade” e o “princípio da gratuidade”, segundo o jesuíta peruano **Ricardo Antoncich**. Segundo o frei dominicano **Carlos Josaphat**, a encíclica de João XXIII foi ainda um salto qualitativo, pois nela é oferecida uma síntese da ética social. E, diante dos desafios sociais contemporâneos, a teóloga **Ana María Formoso** defende a necessidade de uma nova sensibilidade diante dos problemas sociais. Por outro lado, o teólogo jesuíta espanhol **Ildefonso Camacho Laraña** destaca que, “se a Doutrina Social da Igreja quiser permanecer viva, precisa se renovar continuamente”.

O jornalista **Eduardo Silveira de Menezes** colabora com o artigo *Os donos da mídia e a resistência necessária*. O Prof. Dr. Luiz Rohden, filósofo, adianta aspectos do debate que acontece dia 10-05-2011, na Unisinos, no **Simpósio margens da palavra: veredas filosófico-literárias no Brasil**. Já o sociólogo Rudá Ricci estará em Porto Alegre, em 12-05-2011, participando do 5º Seminário Nacional de Políticas Sociais. Inspirado no evento, ele disse à *IHU On-Line* que o salário mínimo é a melhor política social brasileira.

Prestes a completar 80 anos e dono de uma energia e disposição invejáveis, o arquiteto Francisco Whitaker relembrou sua trajetória em uma longa entrevista concedida pessoalmente à *IHU On-Line*. O jovem advogado e professor da Unisinos, **Guilherme de Azevedo**, conta aspectos de sua trajetória profissional e pessoal.

A todos e todas, uma ótima semana e excelente leitura!

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graziela@unisinos.br). Redação: Anelise Zanoni MTB 9816 (aneliseza@unisinos.br), Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do site: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br), Rafaela Kley e Stefanie Telles. *IHU On-Line* pode ser acessada às segundas-feiras, no site www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | José Oscar Beozzo: “A *Mater et Magistra* deu vigoroso impulso à linha do compromisso social”

PÁGINA 13 | Stefano Zamagni: “Eficiência e justiça não bastam para assegurar a felicidade”: o valor do princípio do dom na economia

PÁGINA 20 | Patrus Ananias: *Mater et Magistra*: uma síntese entre comunismo, socialismo e capitalismo

PÁGINA 28 | Riccardo Petrella: Os “bens comuns” são centrais à realização do Bem Comum

PÁGINA 32 | Ricardo Antoncich: “Um ser cujo ato é dar-se”: o princípio da gratuidade no Ensino Social da Igreja

PÁGINA 38 | Carlos Josaphat: O salto qualitativo de João XXIII: uma síntese da ética social

PÁGINA 42 | Ana María Formoso: Uma nova sensibilidade diante dos problemas sociais

PÁGINA 44 | Ildefonso Camacho Laraña: “Se a Doutrina Social da Igreja quiser permanecer viva, precisa se renovar continuamente”

B. Destaques da semana

» Coluna do Cepos

PÁGINA 50 | Eduardo Silveira de Menezes: Os donos da mídia e a resistência necessária

» Destaques On-Line

PÁGINA 52 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 57 | Luiz Rohden: Rosa: os textos e a trama de fios

PÁGINA 59 | Marli Fantini: Por que Guimarães Rosa é um escritor contemporâneo

PÁGINA 62 | Rudá Ricci: Salário mínimo é a melhor política social brasileira

» Perfil

PÁGINA 65 | Francisco Whitaker

» IHU Repórter

PÁGINA 70 | Guilherme de Azevedo



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

“A *Mater et Magistra* deu vigoroso impulso à linha do compromisso social”

No contexto brasileiro, a *Mater et Magistra* fomentou o crescente engajamento da Igreja nas questões relativas à reforma agrária, à sindicalização rural e à educação de base no campo, segundo o historiador da Igreja José Oscar Beozzo

POR MOISÉS SBARDELLOTTI

“**E**m termos econômicos e sociais, a novidade da *Mater et Magistra* foi trazer para o horizonte da questão social os graves problemas do setor agrícola e dos trabalhadores do campo; o grito dos que passam fome; a dificuldade do acesso à terra para os que nela trabalham; os desequilíbrios entre a agricultura; a indústria e os serviços e ainda as injustas disparidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, vistas como grave ameaça à paz mundial”. Segundo o historiador José Oscar Beozzo, a encíclica de João XXIII, na prática, “deu vigoroso impulso à linha de compromisso social da Igreja do Brasil”. Para ele, a herança mais fecunda da encíclica em solo brasileiro foi a criação e os trabalhos da Pastoral da Terra, fundada em 1975, e o documento da CNBB *A Igreja e os problemas da terra*, de 1980.

A entrevista que segue, concedida por e-mail, é uma versão editada das respostas enviadas por Beozzo à IHU On-Line. A versão na íntegra, dada a sua relevância e aprofundamento nas questões históricas analisadas, será publicada em breve em uma edição especial dos **Cadernos Teologia Pública**.

José Oscar Beozzo é padre, teólogo e coordenador-geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular - Cesep. Tem mestrado em Sociologia da Religião, pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, e doutorado em História Social, pela Universidade de São Paulo - USP. Faz parte do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina - CEHILA-Brasil, filiado à Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe - CEHILA. Também é sócio-fundador da Agência de Informação Frei Tito para a América Latina - Adital. É autor de inúmeros livros, entre os quais *A Igreja do Brasil* (Vozes, 1993) e *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965* (Paulinas, 2005). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em 2011, completam-se os 50 anos de um dos principais documentos oficiais da Igreja sobre a questão social, a encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII. A que conjuntura mundial o papa buscava se dirigir com esse texto?

José Oscar Beozzo - O subtítulo da *Mater et Magistra* apontava como horizonte de sua conjuntura “a recente evolução da questão social”, tomando como ponto de partida a mensagem de Pio XII¹, na festa de Pentecostes de

¹ Papa Pio XII (1876-1958): nascido Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli foi eleito papa em 2 de março de 1939. Foi o primeiro papa romano desde 1724. (Nota da IHU On-Line)

1941, por ocasião do 50º aniversário da *Rerum Novarum*² de Leão XIII³.

² *Rerum Novarum*: Encíclica do Papa Leão XIII “sobre a condição dos operários”, publicada no dia 15 de maio de 1891, disponível em <http://migre.me/4mXsP>. (Nota da IHU On-Line)

³ Há discrepâncias na tradução da MM para o português, segundo as edições publicadas por diferentes editoras, o que gerou bastante controvérsia na época, notadamente quanto a termos como “socialização”. O texto oficial latino publicado no Osservatore Romano, na edição de 15-07-1961, não vinha numerado por parágrafos e tampouco a tradução para o italiano, publicada na mesma edição do jornal. Aqui no Brasil, a tradução da Vozes (Documentos Pontifícios 135) numera os parágrafos de 1 a 258; a da Revista Síntese da PUC-Rio, de 1 a 278; a das Paulinas, de 1 a 242; a dos Cadernos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, de 1 a 265. Seguimos a tradução

Para os 20 anos que se seguiram, João XXIII assinalou mudanças em três diferentes áreas: **nos campos científico, técnico e econômico** (cf. MM 47); **no campo social** (cf. MM 48); e **no campo político** (cf. MM 49). Por detrás de cada um dos campos mencionados, **encontravam-se eventos, alguns**

e a numeração da Editora José Olympio (*As Encíclicas Sociais de João XXIII: Mater et Magistra - Comentários atualizados com a Pacem in Terris*, vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963), realizada diretamente do latim e cotejada com outras traduções em línguas vivas, dado seu caráter mais cuidadoso e crítico. Ela numera os parágrafos de 1 a 264, como o fazem a tradução da BAC, em espanhol; a da Action Populaire, em francês e a da Herder, em alemão. (Nota do entrevistado)

dramáticos, outros espetaculares: na área técnica e científica, a entrada do mundo na era nuclear, com o holocausto da população civil de Hiroshima e Nagasaki, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945; e sua entrada na era espacial, com o lançamento, em 1957, do Sputnik, o primeiro satélite artificial da terra, e a 12 de abril de 1961, do primeiro homem ao espaço, o cosmonauta soviético, Yuri Gagarin⁴, a bordo da nave Vostok 1.

No campo social, o papa apontava o papel crescente dos sindicatos na melhoria das condições de trabalho e da previdência social, mas também o desequilíbrio entre um setor agrícola “atrasado” frente à rápida “modernização” da indústria e dos serviços. Na esfera internacional, acenava já para as desigualdades e tensões entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos que estariam no centro da encíclica *Populorum Progressio*⁵ (1967) do seu sucessor, Paulo VI⁶.

No campo político, apontava o abalo dos colonialismos, com a sucessão das independências dos países colonizados pelo império britânico, (Índia e Paquistão, 1947; Sudão, 1956, Gana, 1957, Nigéria, 1960), holandês (Indonésia, 1949), italiano (Líbia, 1951, Somália italiana, 1960), francês (Vietnã, 1954; Tunísia e Marrocos, 1956); espanhol (Marrocos espanhol, 1956). A conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, deu vida ao novo protagonismo internacional de muitas ex-colônias da Ásia e África agrupadas no Movimento dos Países não alinhados, consubstanciando seu desejo de escapar do círculo de ferro da guerra fria que opunha Estados Unidos e União Soviética.

Em meio à euforia das independências, a encíclica já advertia para a sombra insidiosa do neocolonialismo,

4 Yuri Alekseyevich Gagarin (1934-1968): cosmonauta soviético, que em 1961 se tornou o primeiro homem a ir ao espaço e o primeiro a entrar em órbita em torno da Terra. (Nota da IHU On-Line)

5 *Populorum Progressio*: Encíclica escrita pelo Papa Paulo VI e publicada em 26 de março 1967 sobre o desenvolvimento dos povos, disponível em <http://migre.me/4mYTT>. (Nota da IHU On-Line)

6 Paulo VI (1897-1978): Giovanni Battista Montini foi papa entre 1963 e 1978. Chefou a Igreja Católica durante a maior parte do Concílio Vaticano II e foi decisivo na colocação em prática das suas decisões. (Nota da IHU On-Line)

sob o disfarce de cooperação técnica e financeira e de ajuda ao desenvolvimento: “Onde quer que isto se verifique, deve-se declarar, explicitamente, que estamos diante de uma nova forma de colonialismo, a qual, por mais habilmente que se disfarce, não deixará de ser menos dominadora que a antiga, que muitos povos deixaram recentemente. E essa nova forma prejudicaria as relações internacionais, constituindo ameaça e perigo para a paz mundial” (MM 172). João XXIII prega, ao contrário, uma nova postura de cooperação internacional desinteressada e solidária.

IHU On-Line - Quais foram as grandes novidades do documento - em termos eclesiais, econômicos e sociais - e, analisando os percursos históricos desde então, quais foram as suas limitações?

José Oscar Beozzo - Em termos eclesiais, destacamos três novidades: 1) A Igreja apresenta-se, assim o sublinha o próprio título da encíclica, como *Mater et Magistra*, Mãe e Mestre. A ênfase, entretanto, recai sobre sua dimensão de Mãe, que mais anima do que reprova, mais corrige do que condena, mais ama do que recrimina. Insiste-se na justiça, mas acompanhada de misericórdia, e faz-se apelo às reservas de altruísmo, bondade e solidariedade presentes nos seres humanos e mesmo nas nações, contrariando o mote corrente, de corte exclusivista e egoísta de que “Nações não têm amigos, mas só interesses”.

2) Antecipa o que será a marca registrada de sua encíclica de dois anos depois, a *Pacem in Terris*, em que, pela primeira vez, um documento pontifício é endereçado não apenas ao “episcopado, ao clero e aos fiéis”, mas “a todos os homens de boa vontade”. Dirigindo-se João XXIII a grande multidão de fiéis reunidos na Praça São Pedro, no dia 14 de maio de 1961, às vésperas do dia em que deveria ser proclamada a encíclica, ele deixa escapar quais eram, segundo seu coração, os seus destinatários:

“Queremos confessar-vos que o nosso plano era, na verdade, oferecer-vos e a toda a Igreja Católica, justamente

no dia do faustíssimo transcurso dos 70 anos da *Rerum Novarum* - 1891 - 15 de maio - 1961 - este terceiro documento de valor universal, em forma de Carta Encíclica: ampla, solene. Temos a alegria de vos assegurar que a promessa está mantida: a Encíclica está pronta. Mas a solicitude de fazê-la chegar a todos os que acreditam em Cristo e a *todas as almas retas espalhadas pelo mundo* (grifo nosso), à mesma hora, no texto oficial latino e nas várias línguas faladas, nos aconselha a retardar um pouco a entrega do texto”⁷.

A preocupação de que texto chegasse, ao mesmo tempo e em todo o mundo, nas diversas línguas, e não apenas em latim, fez com que o documento só fosse divulgado dois meses depois em 15 de julho de 1961. Essa preocupação do papa, que ele chamou de “solicitude”, demonstra cabalmente que sua Carta Encíclica estava dirigida não tanto aos estreitos círculos eclesiais, que presumivelmente podiam ler e entender o latim, mas aos cristãos comuns e, para além das fronteiras da Igreja e dos crentes, a “*todas as almas retas, espalhadas pelo mundo*”.

3) Ao apontar os trabalhadores e os leigos em geral como protagonistas da ação pela transformação das estruturas injustas na esfera econômica e social, o papa rompe o círculo estreito do mundo eclesial. Afirma que a construção de um mundo mais justo é tarefa de todas as pessoas e também das instituições civis nacionais e internacionais, dos Estados e dos sindicatos. É neste sentido que se deve compreender o inusitado apoio oferecido, num documento pontifício, a duas organizações internacionais, a Organização Internacional do Trabalho - a OIT⁸ e a Organização das Nações

7 João XXIII. Aos Trabalhadores de todo o mundo. Roma, 14-05-1961. In: *As Encíclicas Sociais de João XXIII: Mater et Magistra - Comentários atualizados com a Pacem in Terris*, vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, p. XXIV. (Nota do entrevistado)

8 A Organização Internacional do Trabalho - OIT foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial. A sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes. Em 1944, à luz dos efeitos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a OIT adotou a Declaração da Filadélfia como anexo da sua Constituição. A Declaração antecipou e serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1969, em seu 50º aniversário, a

Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO⁹ (cf. MM 103 e MM 156).

Num plano mais delicado, a *Mater et Magistra* aborda a cooperação dos católicos na construção de um mundo mais justo, com pessoas de outros credos e ainda com os que declaram agnósticos ou ateus - leia-se, nas entrelinhas, pessoas engajadas em movimentos sociais e políticos de corte socialista (cf. MM 239). Naquele momento, era vivo o debate na Itália acerca de uma “*apertura alla sinistra*”, “abertura à esquerda”, que propugnava uma aliança entre a Democracia Cristã e o Partido Socialista. No Brasil, era grande a tensão da hierarquia com a Juventude Universitária Católica - JUC, por causa de sua aliança com estudantes de outras forças de esquerda, tendo em vista a conquista nas eleições para a direção da União Nacional de Estudantes - UNE.

Em termos econômicos e sociais, a novidade da *Mater et Magistra* foi trazer para o horizonte da questão social, até então praticamente identificada com a questão operária, os graves problemas do setor agrícola e dos trabalhadores do campo; o grito dos que passam fome; a dificuldade do acesso à terra para os que nela trabalham; os desequilíbrios entre a agricultura; a indústria e os serviços e ainda as injustas disparidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, vistas como grave ameaça à paz mundial. O tema será amplamente retomado e desenvolvido seis anos depois por Paulo VI, na Encí-

Organização foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. Em seu discurso, o presidente do Comitê do Prêmio Nobel afirmou que a OIT era “uma das raras criações institucionais das quais a raça humana podia orgulhar-se”. Em 1998, foi adotada a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. O documento é uma reafirmação universal da obrigação de respeitar, promover e tornar realidade os princípios refletidos nas Convenções fundamentais da OIT, ainda que não tenham sido ratificados pelos Estados Membros. (Cf. <http://www.oit.org.br/inst/hist/index.php>). (Nota do entrevistado)

9 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (sigla de *Food and Agriculture Organization*) é uma organização das Nações Unidas cujo objetivo declarado é elevar os níveis de nutrição e de desenvolvimento rural. A FAO foi fundada em 16 de outubro de 1945, em Quebec, Canadá. Em 1951, sua sede foi transferida para Roma. Em 2000, tinha 181 membros (180 países e a União Europeia). (Nota do entrevistado)

clica *Populorum Progressio*, expresso de maneira lapidar na frase tantas vezes repetida: “O desenvolvimento é o novo nome da paz”¹⁰.

Limitações

Levantando-se a questão das limitações da encíclica, vistas a partir de hoje, a mais flagrante talvez, seja sua posição no campo da demografia e da família, e na questão do meio ambiente. Ao tratar do primeiro tema, a encíclica minimiza o desequilíbrio entre o crescimento da população e os meios de subsistência, dizendo: “A bem dizer, no plano mundial a relação entre

“Em meio à euforia das independências, a *Mater et Magistra* já advertia para a sombra insidiosa do neocolonialismo, sob o disfarce de cooperação técnica e financeira e de ajuda ao desenvolvimento”

o aumento demográfico e os meios de subsistência não cria graves dificuldades, seja no momento, seja em um futuro próximo” (MM 188).

A Encíclica apostava que o progresso científico e técnico seria capaz de cobrir a demanda por alimentos e outros bens por parte de uma crescente população mundial. Apostava errônea, pois hoje mais de um bilhão de pessoas segue padecendo de fome crônica, embora não fosse de todo disparatada sua previsão. Com efeito, os rendimentos agrícolas mais que triplicaram em muitos lugares, com a extensão da irrigação, o uso de sementes melhoradas, de técnicas de correção e

¹⁰ Este é o título da última parte da encíclica, que começa com o número 76. Cf. Paulo VI, *Populorum Progressio*. Roma, 26-03-1967. (Nota do entrevistado)

conservação do solo, utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas, aplicação da genética na melhoria dos rebanhos e na produção de carne, leite, ovos, etc. Por outro lado, agravou-se a escassez de água doce, visto que a agricultura e a pecuária são responsáveis por mais de 85% do seu uso e aumentou enormemente a contaminação do solo, do ar e das águas, plantas, animais e seres humanos pelos agrotóxicos. O uso de organismos geneticamente modificados elevou os riscos para a saúde humana. O controle da cadeia produtiva por parte das grandes multinacionais do agronegócio que produzem sementes transgênicas, fertilizantes e defensivos agrícolas prejudicou ou mesmo alienou a agricultura familiar. Sementes híbridas e geneticamente modificadas vêm provocando o desaparecimento da diversidade genética e das sementes caboclas e dificultando o cultivo de produtos orgânicos livres de agrotóxicos. Por sua vez, a produção de alimentos é hoje suficiente para alimentar com folga toda a humanidade, mas o acesso aos mesmos por parte de todos é travado pelo seu alto custo, pela especulação no mercado futuro dos alimentos convertidos em *commodities*; pela disparidade de renda e pela pobreza de muitos consumidores; por protecionismos, por dificuldades de transporte e armazenamento ou ainda por embargo político, como o que pesa sobre Cuba ou a Faixa de Gaza.

Ao tratar do planeta terra, a encíclica afirma: “Além disso, Deus, em sua bondade e sabedoria, ao mesmo tempo em que espalhou pela natureza uma capacidade quase inesgotável de produzir, dotou o homem de inteligência arguta para que, servindo-se dos meios técnicos adequados, possa transformar os produtos naturais, a fim de satisfazer as exigências e necessidades de sua vida” (MM 190). Visão ingênua esta sobre a capacidade inesgotável da terra, hoje sobre-explorada e incapaz de refazer-se da degradação a que foi submetida. É certo que um pouco mais adiante, ao retomar o tema do “crescei e multiplicai-vos” e do “povoi a terra e dominai-a”, a encíclica introduz uma advertência explícita: “O segundo desses mandamentos, longe de

ter em vista a destruição das coisas, destina-as, ao contrário, à utilidade da vida humana” (MM 197).

IHU On-Line - Que impactos a encíclica provocou no Brasil, em seu contexto político, econômico, eclesial e social de então, especialmente nas questões da propriedade, da terra e do bem comum?

José Oscar Beozzo - O país vivia grande efervescência no início dos anos 1960, com a inauguração de Brasília, do breve e agitado governo de Jânio Quadros¹¹ que condecorara Che Guevara¹² e cujo vice-presidente encontrava-se na China, quando de sua renúncia; inflação galopante e recessão econômica, tanto mais desconcertante quanto o país havia experimentado décadas seguidas de constante crescimento econômico.

A intensa repercussão da encíclica de João XXIII no Brasil e sua pronta recepção pela Igreja local, em que pesem as polêmicas e divisões que suscitou na sociedade e na própria Igreja, só são compreensíveis à luz de três considerações relativas à encíclica, ao país e à Igreja.

Quanto à encíclica, ela aborda dois problemas até então mantidos na sombra da doutrina social da Igreja, mas que se encontravam no centro do momento histórico brasileiro: o do subdesenvolvimento e o da questão social no campo. Juscelino Kubitschek¹³ (1956-1960) havia convocado a nação a superar seu atraso econômico, crescendo 50 anos em cinco. O país cresceu, modernizou-se aceleradamente, mas ao

11 Jânio da Silva Quadros (1917-1992): 22º presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou, alegando que “forças terríveis” o obrigavam a esse ato. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

12 Ernesto Guevara de la Serna (Che Guevara ou El Che - (1928-1967)): um dos mais famosos revolucionários comunistas da história. Confira a revista IHU On-Line edição 239, de 8-10-2007, disponível em <http://migre.me/2pebG> para maiores detalhes. (Nota da IHU On-Line)

13 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, A imaginação no poder. JK, 50 anos depois, disponível para download em <http://migre.me/qkeQ>. (Nota da IHU On-Line)

mesmo tempo colocou a nu o profundo empobrecimento do campo, chamado a favorecer a acumulação do capital industrial e a fornecer alimentos a baixo preço para as massas que migraram para as cidades. Aumentaram também as diferenças regionais entre o sul industrializado, urbanizado e enriquecido e um nordeste abandonado e empobrecido. O exemplo explosivo de Cuba e de sua revolução, expropriando os grandes latifúndios e entregando terra aos camponeses repercutiu profundamente no nordeste canavieiro, onde se viviam situações semelhantes de miséria e opressão no campo.

É no contexto, pois, da rápida radicalização no campo e cenário político urbano, frente ao problema do subdesenvolvimento e de suas saídas e de crescente envolvimento da Igreja brasileira nos embates sociais, que chega a encíclica *Mater et Magistra*.

O clima brasileiro

Três episódios permitem colher o clima e as condições em que se dá a recepção da *Mater et Magistra* na sociedade brasileira e na Igreja. Todos buscam valer-se da palavra do papa para legitimar posições cada vez mais antagônicas no campo social e político:

1) Os textos pontifícios eram tradicionalmente publicados no país pela Editora Vozes, Petrópolis-RJ. A *Mater et Magistra* sai também publicada por editoras leigas, como a José Olympio, em dois formatos, um popular e outro em dois volumes, com amplos comentários. A encíclica é ainda publicada em jornais de grande circulação e por sindicatos. Conhece, ademais, edições financiadas por grupos diametralmente opostos no espectro político, por Leonel Brizola¹⁴, governador do Rio

14 Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho-RS. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira no sítio do IHU a versão eletrônica do *Cadernos IHU em Formação*, intitulada *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://migre.me/4rmFS>. (Nota da IHU On-

Grande do Sul e líder do PTB e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES. Sob uma fachada inocente de estudos sociais, o IPES patrocinava a desestabilização do governo João Goulart¹⁵. Tentava aglutinar setores importantes do empresariado, tanto nacional quanto internacional, e atrair setores da Igreja, das universidades, da grande imprensa e de sindicatos não combativos. Trabalhou intimamente com a CIA e a Embaixada norte-americana, financiando campanha eleitoral de candidatos anticomunistas através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD e preparando o golpe de 1964 que levou o país a sofrer 21 anos de ditadura militar. O IPES foi também um dos responsáveis por preparar projetos “alternativos” de reforma agrária, destinados apenas a bloquear a tramitação do projeto de reforma agrária do governo Goulart.

Inversamente, no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, empenhado em iniciar a reforma agrária no seu estado, face às hesitações e tergiversações do congresso nacional, onde a maioria conservadora bloqueava a sua discussão e aprovação, mandou imprimir e distribuir largamente o texto da *Mater et Magistra*, utilizando-o em sua campanha pela reforma agrária no estado.

2) Enquanto o centenário jornal O Estado de São Paulo, tradicional defensor dos interesses da grande propriedade rural e depois industrial e financeira, dizia que a *Mater et Magistra* consagrava a inviolabilidade do direito de propriedade e, por isso, condenava a reforma agrária, camponeses sem terra do Rio Grande do Sul, em número de 5 mil, armavam um grande acampamento em terras públicas no município de Sarandi. Ali, ergueu-

Line)

15 João Belchior Marques Goulart (1918-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964. Seu mandato foi marcado pelo confronto entre diferentes políticas econômicas para o país, conflitos sociais, greves urbanas e rurais. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: Fase Parlamentarista (da posse em 1961 a janeiro de 1963) e a Fase Presidencialista (de janeiro de 1963 ao Golpe em 1964). Confira nas Notícias do Dia 27-08-2007, do sítio do IHU, a entrevista *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, realizada com o historiador Oswaldo Munteal, disponível em <http://migre.me/4rmJ8>. (Nota da IHU On-Line)

ram um grande crucifixo de madeira e levantaram faixas com os dizeres: “Acampamento João XXIII. Somos cristãos. Queremos terras”¹⁶.

3) Em 1960, reagindo à tímida regulação agrária (como foi chamada) de Carvalho Pinto no governo paulista, que alocava pequenos lotes de terras públicas ociosas a trabalhadores rurais sem terra, dois bispos, Dom Antônio de Castro Mayer de Campos-RJ e Dom Geraldo Proença Sigaud, na época, bispo de Jacarezinho-PR e, posteriormente, arcebispo de Diamantina-MG, reagiram fortemente contra. Escreveram, com o conhecido fundador da TFP (Tradição, Família e Propriedade), Plínio Correa de Oliveira, e com o economista de associações patronais, Luiz Mendonça de Freitas, o alentado volume: *Reforma Agrária: Questão de Consciência*¹⁷. O livro descreve toda e qualquer reforma agrária, que tocasse a propriedade da terra, como programa intrinsecamente socialista e anticristão. O arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes, reagiu à publicação do livro, interpelando os autores, para que explicitassem qual seria a “reforma agrária de inspiração cristã” que estes se diziam dispostos a apoiar. Denunciava, ao mesmo tempo, sua “preocupação absorvente de ver ‘socialismo’ em quase tudo”¹⁸. D. Castro Mayer respondeu longamente ao arcebispo, reiterando seus pontos de vista¹⁹. D. Fernando voltou a lhe responder, valendo-se desta vez da recém-publicada *Mater et Magistra* e buscando colocar um ponto final na polêmica:

“Quanto às outras considerações do artigo (...), temos, para júbilo de todos, a palavra autorizada e esclarecedora do Santo Padre, João XXIII, na recente encíclica *Mater et Magistra*. Que mais poderíamos dizer? Nela, o caminho seguro para a solução dos

16 BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 71. (Nota do entrevistado)

17 OLIVEIRA, Plínio Correa e FREITAS, Luiz Mendonça de. *Reforma Agrária: Questão de Consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1960. (Nota do entrevistado)

18 GOMES, Dom Fernando. *Reforma Agrária*. In: REB 21, FASC. 2, JUNHO DE 1961, p. 387-390. (Nota do entrevistado)

19 CASTRO MAYER, Dom Antônio. *As objeções do Exmo. e Revmo Sr. Arcebispo de Goiânia*. In: REB 21, fasc. 3, set. 1961, p. 661-668. (Nota do entrevistado)

problemas sociais de nossa época. Nela, em termos altos e definidos, os princípios de uma Reforma Agrária Cristã”²⁰.

Na prática, a *Mater et Magistra* deu vigoroso impulso à linha de compromisso social da Igreja do Brasil e, de modo particular, ao seu crescente engajamento nas questões relativas à reforma agrária, à sindicalização rural e à educação de base no campo²¹.

A declaração programática da CNBB

A 5 de outubro de 1961, a Comissão Central da CNBB publicou declaração programática, tomando por base

“Em termos econômicos e sociais, a novidade da *Mater et Magistra* foi trazer para o horizonte da questão social os graves problemas do setor agrícola e dos trabalhadores do campo”

a *Mater et Magistra* e aplicando-a à realidade brasileira. Após manifestar seu regozijo pela publicação da encíclica, diz que ela era “oportuna para o mundo e oportuníssima para o caso especial do Brasil”²². Do conjunto dos temas tratados na encíclica, a CNBB volta-se exclusivamente para o meio rural “cuja situação é grave e que mereceu todo um longo capítulo da

20 GOMES, Dom Fernando. *As omissões do livro*. In: REB 21, set. 1961, p. 669-671 (Nota do entrevistado)

21 Para avaliação diametralmente oposta entre si acerca desse compromisso, cf. FLORIDI, Ulisse Alessio, *O radicalismo católico brasileiro. Para onde vai o catolicismo progressista no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Hora Presente. 1973 e ALMEIDA, Candido Mendes de. *Memento dos Vivos: A esquerda católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966. (Nota do entrevistado)

22 CNBB. *A Igreja e a situação no meio rural brasileiro*. Declaração de 5-10-1961. In: REB 21, FASC. 4, dez. 1961, p. 950-953. (Nota do entrevistado)

Encíclica, a propósito de ‘exigências de justiça em relação aos setores de produção’. Dele, extraímos um roteiro de atividades que, para os católicos, é um programa ideal, mas que é válido para todos, independentemente de religião”²³.

A Declaração repassa, resumidamente, os principais tópicos da encíclica, para concluir com dois blocos de recomendações especiais, voltadas para a situação brasileira: “Na esperança de ver, quanto antes, aplicadas a nosso meio rural essas diretrizes, merecem-nos recomendações especiais, os seguintes movimentos:

– **Ação Católica Rural (ACR)**, a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Liga Agrária Católica (LAC) são dignas de apoio prioritário, traduzido em tempo, interesse e sacrifício. São, por excelência, a presença de Cristo entre os trabalhadores do campo. Ajudar a afirmar a Ação Católica Rural e assegurar ao meio rural mística bastante forte para contrabalançar e superar a mística comunista.

– **Sindicalização Rural**. A experiência iniciada no Nordeste, de formação de líderes para a sindicalização rural é digna de ser estendida a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas com segundas intenções. O Secretariado Geral de nossa Conferência está apto a fornecer aos bispos interessados pelo assunto todos os dados necessários.

– **Frentes Agrárias**. Sugerimos às dioceses rurais que acompanhem, com o mais vivo interesse, a experiência das Frentes Agrárias surgidas no Paraná e no Rio Grande do Sul. Talvez, um dia, se possa pensar na articulação nacional das Frentes.

– **Movimento de Educação de Base**. Para a divulgação do roteiro de atividades, como para expansão da JAC, da sindicalização Rural e das Frentes Agrárias, o instrumento providencial que temos em mãos é o Movimento de Educação de Base - MEB, através de Escolas Radiofônicas. Reiteramos nossa confiança no MEB e estamos certos de que, sem educação de base, será vão o esforço de mera recuperação econômica, por mais apa-

23 Ibidem, p. 951 (Nota do entrevistado)

rato técnico de que se revista o planejamento.

– **Planejamento Apostólico.** A Comissão Central da CNBB vê, com o maior interesse, as experiências pastorais que se realizam em diversas dioceses, dentro da prudência e do zelo apostólico, adaptadas às exigências da hora atual”²⁴.

Por outro lado, o documento não esconde sua preocupação com a movimentação dos partidos de esquerda, ao arrepio do tradicional controle da Igreja sobre as populações rurais. Alarmava-se com o sucesso das Ligas Camponesas de Francisco Julião na zona canavieira de Pernambuco e dos estados vizinhos, no Nordeste, e denunciava improvável movimento guerrilheiro na região.

Os bispos, ao mesmo tempo em que se posicionam claramente pelas reformas e pelo compromisso da Igreja em sua efetivação, veem todos os perigos subirem pelo lado da esquerda. É interessante notar que, na mesma época, o principal líder do laicato católico apontava as nuvens que se acumulavam noutro horizonte, com prenúncios de golpe pela direita.

A encíclica que havia tirado as questões ligadas ao secular problema do latifúndio e da exploração dos trabalhadores no campo de manifestações isoladas, como a do bispo de Campanha, D. Inocêncio Engelke, com sua pastoral de 1950: “Conosco, sem nós ou contra nós, se fará a reforma rural”, ou de pronunciamentos regionais, como o do episcopado paulista de 5 de dezembro de 1960, acabou trazendo-as para um amplo debate nacional, como vimos acima²⁵.

IHU On-Line - Como a encíclica foi recebida também por parte da Igreja latino-americana e brasileira? Houve algum tipo de aprofundamento regional das questões evocadas no texto papal por parte da Igreja junto aos

24 Ibidem, p. 951-952 (Nota do entrevistado)
25 Cf. *Pastoral da Terra*. Estudos da CNBB 11. São Paulo: Edições Paulinas, 1977 2ª. Ed. revista e ampliada. Neste volume, encontra-se publicada a Pastoral de D. Inocêncio Engelke (p. 43-53), e a Declaração dos 21 arcebispos e bispos do Estado de São Paulo (p. 103-112), assim como outros documentos da Igreja do Brasil relativos às questões da terra. (Nota do entrevistado)

governos?

José Oscar Beozzo - Na Igreja latino-americana as reações não foram nem podiam ser uniformes. O México já havia passado pela revolução camponesa de Emiliano Zapata²⁶, em 1910 e pela reforma agrária de Lázaro Cárdenas na década de 1930, com a Igreja sendo mantida longe das questões sociais, desde a violência antirreligiosa do governo de Plutarco Elias Calles²⁷ (1924-1928) e dos acordos que se seguiram ao levante Cristero²⁸; Bolívia havia conhecido sua revolução camponesa e a reforma agrária, em 1953. Na década de 1960, à raiz da revolução cubana, por toda a América Latina o tema da reforma agrária estava entrando na agenda social e política dos movimentos sociais e partidos políticos, mas também das Igrejas. Neste clima, foi intensa a repercussão da *Mater et Magistra* e em todo o continente. Ela plantou as sementes do amplo movimento de apoio da Igreja aos movimentos camponeses e indígenas que ganhou corpo com Medellín, em 1968.

No Brasil, a herança mais fecunda da *Mater et Magistra* encontra-se na criação e nos trabalhos da Pastoral da Terra, fundada em junho de 1975 e no documento da CNBB, maduro e inovador, em termos de doutrina social da Igreja, *A Igreja e os problemas da terra* (1980)²⁹. Ali se introduz a distinção entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, ao lado da “terra comunitária” dos povos indígenas e se proclama o apoio da Igreja às iniciativas e organizações dos trabalhadores e dos seus movimentos, assim como à reforma agrária e à mobilização dos trabalhadores para exigir sua aplicação.

26 Emiliano Zapata Salazar (1879-1919): líder da Revolução Mexicana de 1910 contra a ditadura de Porfirio Díaz. Considerado um dos heróis nacionais mexicanos, Zapata é também a inspiração para o movimento zapatista, iniciado no estado de Chiapas. (Nota da IHU On-Line)

27 Plutarco Elias Calles (1877-1945): foi presidente do México entre 1924 e 1928 e fundador do Partido Nacional Revolucionário - PNR antecessor do Partido Revolucionário Institucional - PRI (Nota da IHU On-Line).

28 **Guerra Cristera:** levante popular contra as provisões anticlericais da Constituição Mexicana de 1917, também conhecida como Guerra dos Cristeros ou Cristiada, que se desenrolou entre 1926 e 1929. (Nota da IHU On-Line)

29 CNBB, *A Igreja e problemas da terra*. Documentos CNBB 17. São Paulo: Edições Paulinas, 1980. (Nota do entrevistado)

IHU On-Line - A partir das ideias defendidas na *Mater et Magistra* e em suas demais encíclicas, que avaliação o senhor faz da figura de João XXIII dentro do seu contexto histórico? Qual o significado do seu papado e seu legado?

José Oscar Beozzo - João XXIII é figura maior para a virada de uma Igreja focada menos em si mesma e mais nas necessidades e angústias de toda a humanidade. Ao deslocar o esforço eclesial para estar atento aos sinais dos tempos e para e responder grito dos pobres, escapou da secular armadilha de que bastavam enunciar a doutrina correta e condenar os erros, para se resolver os ingentes problemas da humanidade e da Igreja.

O seu papado foi capaz de convocar, abrir e colocar num bom rumo, o Concílio Vaticano II, o mais importante evento eclesial do século XX levado a bom termo por seu sucessor Paulo VI.

João XXIII inseriu a Igreja Católica no amplo movimento ecumênico do século XX, abriu o diálogo com os judeus, com os crentes de outras religiões e com os não crentes, na convicção de que todos os seres humanos fazem parte da mesma família de Deus e têm responsabilidades recíprocas.

Teve decidida atuação em favor da paz, superando os limites, insuficiências e falácias da assim chamada guerra justa, para proclamar com toda clareza que, diante das modernas armas químicas, biológicas nucleares que colocam em risco a sobrevivência, nenhuma guerra pode ser considerada justa. Para proteger os fracos de agressões injustificadas, ele pediu o reforço e aperfeiçoamento de instâncias internacionais de diálogo, mediação e superação dos conflitos.

IHU On-Line - Que avaliação o senhor faz do atual ensino social da Igreja até chegarmos à recente encíclica *Caritas in Veritate*³⁰, de Bento XVI? Que aspectos foram corrigidos, apro-

30 *Caritas in Veritate:* Terceira encíclica do Papa Bento XVI, publicada no dia 7 de julho de 2009, “sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade”. Foi a primeira encíclica de Bento XVI que versa sobre vários temas socioeconômicos, após a profunda crise econômica e financeira das últimas décadas, disponível em <http://migre.me/4mY6b>. (Nota da IHU On-Line).

fundados e ultrapassados desde então? E quais outras questões ainda merecem uma atenção maior, diante dos desafios da contemporaneidade? José Oscar Beozzo - A7 de julho de 2009, Bento XVI publicou, com quase dois anos de atraso em relação à data prevista, sua encíclica social sobre o “desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade”. Esta propunha comemorar os 40 anos da *Populorum Progressio* (1967-2007), e ao mesmo tempo retomar e atualizar seus grandes temas. O projeto entrou em compasso de espera frente à grave crise financeira iniciada em 2007 e precipitada em 2008, convertendo-se na mais grave crise econômica mundial desde o desastre de 1929. Provocou imediato desemprego nas economias centrais e depois nas periféricas, com aumento dos preços dos alimentos e consequente crudescimento da fome no mundo.

“Que Bento XVI tenha recordado na *Caritas in Veritate* que ‘a fome ceifa ainda a vida de muitíssimos Lázarus impedidos de sentar-se à mesa... do rico epulão’ (CV 27), que a reforma agrária siga sendo urgente; que o acesso à alimentação e à água sejam direitos universais de todos os seres humanos sem distinção ou discriminações (CV 27) não é nenhum pleonasma”, comentava Il Regno³¹ no seu editorial de apresentação da encíclica³². Recordou ainda que “*Dar de comer aos famintos* (cf. Mt 25, 35.37.42) é um imperativo ético para toda a Igreja, que é resposta aos ensinamentos de solidariedade e partilha do seu Fundador, o Senhor Jesus. Além disso, eliminar a fome no mundo tornou-se, na era da globalização, também um objetivo a alcançar para preservar a paz e a subsistência da terra” (CV 27).

O papa reafirmou também o papel reitor da política na esfera econômica, que não pode ser deixada ao sabor das leis cegas do mercado, sem nenhum controle da parte do Estado, e muito menos subtrair-se às exigências da ética, (CV 39 e 45 a 48), ao dever

31 Il Regno: revista quinzenal fundada em 1956 em Bolonha, na Itália, pela Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração, conhecidos como dehonianos. Aborda temas de atualidade e documentação católica. Seu sítio é www.ilregno.it. (Nota da IHU On-Line)

32 Editoriale - Benedetto XVI. *Lettera enciclica Caritas in Veritate*. Il REGNO - Attualità, 14/2009, p. 433. (Nota do entrevistado)

da cooperação internacional e da solidariedade (CV 47). Suas referências deviam ser, de um lado, o bem comum e, de outro, a centralidade da pessoa humana e do seu bem estar material e espiritual (CV 47).

Sublinhou o papa a necessidade de um sistema global com três sujeitos, o *mercado, o Estado e a sociedade*, sem a atual ditadura imposta pelo mercado em particular o financeiro, que opera sem qualquer referência às necessidades humanas mais prementes ou ao bem comum da humanidade (CV 38).

“No Brasil, a herança mais fecunda da *Mater et Magistra* encontra-se na criação e nos trabalhos da Pastoral da Terra, fundada em junho de 1975 e no documento da CNBB A *Igreja e os problemas da terra*”

Novas questões

Sua novidade maior encontra-se na IV parte, em que aborda o tema da relação dos seres humanos com a natureza e a grave crise ambiental em que está mergulhado o planeta (CV 49-52). Muitos ambientalistas consideraram, entretanto, que o tratamento dado à temática ficou aquém da gravidade e urgência do aquecimento global e de outros desequilíbrios e desastres ambientais. O tema não fazia ainda parte da agenda global nem da sociedade nem da Igreja, quando foi escrita a *Mater et Magistra*, em 1961.

Logo depois, em 1972, o Clube de Roma³³ publicou o seu relatório *Os li-*

33 Clube de Roma: associação não governamental e sem fins lucrativos de cientistas, economistas, empresários, ativistas dos direitos civis, altos dirigentes públicos internacionais e

mites do crescimento. Este tratava de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade, tais como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. Vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas, tornando-se o livro sobre as questões ambientais mais vendido da história. Colocou na agenda internacional o tema do desenvolvimento sustentável, além de sua controvertida proposta, hoje tão debatida, de “crescimento zero”.

Além da questão ambiental há uma segunda que vem se tornando crucial, a das migrações. A demanda dos mercados e dos países centrais do capitalismo globalizado por livre circulação de bens, mercadorias, serviços e ativos financeiros vem acompanhada, entretanto, por demanda inversa e de sinal trocado. Estabelecem-se, cada vez mais, restrições e entraves à livre circulação das pessoas e de seus familiares. Barreiras legais e mesmo físicas, com a construção de cercas elétricas e muros de concreto nas fronteiras entre países, acompanhadas de crescente xenofobismo e criminalização dos migrantes, vem sendo a resposta cruel à nova onda migratória mundial, provocada por guerras, desequilíbrios econômicos e, cada vez mais, secas, inundações, contaminações químicas e nucleares e outros desastres ambientais.

Finalmente, o tema da guerra e da paz necessita ser repensado com toda urgência. Há, de um lado, o terrorismo que não respeita alvos civis e ceifa vidas inocentes e, de outro, a “guerra ao terror” movida por governos que se arrogam o direito de agir acima e ao arrepio de qualquer lei e limite, desrespeitando todas as convenções que protegem civis ou prisioneiros, em caso de guerra. As alegadas intervenções “humanitárias” vêm se tornando disfarce cínico e hipócrita para defesa de interesses e posições de poder, em vez de socorro desinteressado a populações civis indefesas frente à brutalidade de Estados sem lei, à limpeza étnica ou mesmo a genocídios programados.

chefes de Estado de todos os continentes. Foi fundada em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. (Nota da IHU On-Line)

O que mais impressiona, entretanto, numa comparação entre as duas encíclicas, é que a *Caritas in Veritate* não provocou, de modo algum, o impacto e o vivo debate suscitados em todo o mundo pela *Mater et Magistra*. A observação vale tanto para a opinião pública laica quanto para os ambientes mais internos da Igreja Católica. Não suscitou tampouco entusiasmos ou iniciativas que levassem a sério as graves questões ali levantadas. Neste sentido, mudaram o mundo, a Igreja e também o tom e a formulação de sua doutrina social, não necessariamente para melhor.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

José Oscar Beozzo - A muitos passou provavelmente despercebida a proposta metodológica contida na *Mater et Magistra*. Na última parte, quando João XXIII passa para as sugestões práticas, traz uma surpreendente proposta: “Pois bem, para se pôr em prática a doutrina social, passa-se ordinariamente, por três etapas: em primeiro lugar, o estudo da real situação concreta; a seguir, atenta apreciação da mesma à luz dos princípios; finalmente, determinação do que se pode ou deve se fazer, a fim de que as normas dadas possam ser aplicadas, conforme os tempos e os lugares. São os três momentos, habitualmente expressos com as seguintes palavras: *ver, julgar e agir* (grifo nosso)” (MM, n.236).

Foi a primeira vez em que um documento pontifício recomendou o método fecundo da Juventude Operária Católica - JOC de Joseph Cardijn³⁴ e

³⁴ Dom Josef-Léon Cardijn (1882-1967): foi um cardeal belga que trabalhou pelo compromisso social da Igreja Católica no início do século XX. Foi ordenado sacerdote em 1906. Em 1912, foi coadjutor da paróquia de Laeken, iniciando sua obra pastoral entre os jovens

que inverte o caminho até então seguido de se derivar da doutrina e não do atento exame da realidade, as propostas de ação. Desta recomendação, avançou depois João XXIII em sua proposta, com o apelo para se estar atento aos “sinais dos tempos”, já que Deus nos fala no hoje da história e interpela-nos por meio da realidade e dos acontecimentos.

Finalmente, o método foi plenamente acolhido no Concílio, durante a elaboração da *Gaudium et Spes*, cujo proêmio é claro exemplo desta mudança de paradigma na reflexão teológica e na apresentação da doutrina, sempre subordinada à pastoralidade, objetivo último de toda ação da Igreja: “As alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração” (GS, n.200).

Três anos depois, na América Latina, todos os 16 documentos da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (1968) assumiram esse itinerário metodológico, que foi logo depois seguido e amplamente aprofundado e teorizado pela Teologia da Libertação³⁵.

obreiros belgas. Foi diretor de Obras Sociais de Bruxelas e capelão dos sindicatos cristãos (1915), agrupando aos jovens da chamada Juventude Sindicalista (1919), que se tornaria (1924) a Juventude Operária Cristã - JOC. Em 1920, fundou a Ação Católica, que agrupa a todos os dirigentes operários católicos, atualmente, em todo o mundo. Foi prisioneiro tanto na Primeira Guerra como na Segunda Guerra Mundial. Foi criado cardeal em 22 de fevereiro de 1965, tendo participado do Concílio Vaticano II. Está em processo de beatificação. (Nota da IHU On-Line)

³⁵ Teologia da Libertação: escola importante

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por José Oscar Beozzo à IHU On-Line.

- “O retrato de um Brasil muito diferente”, publicada nas Notícias do Dia em 29-07-2009 e disponível em <http://migre.me/4sFVT>.
- “Dom Helder, pastor da libertação em terras de muita pobreza”, publicada nas Notícias do Dia em 07-02-2009 e disponível em <http://migre.me/4sG26>.
- “A política tornou-se, o mais das vezes, um teatro”, publicada nas Notícias do Dia em 20-06-2008 e disponível em <http://migre.me/4sG6N>.
- “Giuseppe Alberigo”, publicada na IHU On-Line, número 225, de 25-06-2007, disponível em <http://migre.me/4sGbO>.

BAÚ DA IHU ON-LINE

A IHU On-Line já dedicou outras edições a temas que se relacionam com esta publicação. O material está disponível na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

- Os rumos da Igreja na América Latina a partir de Aparecida. Uma análise do Documento Final da V Conferência. Edição 224, de 20-06-2007, disponível no link <http://migre.me/4rVg4>;
- Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II. Edição 297, de 15-06-2009, disponível no link <http://migre.me/4rVpr>;
- Para onde vai a Igreja, hoje. Edição 320, de 21-12-2009, disponível no link <http://migre.me/4rVvd>;
- Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Edição 157, de 26-09-2005. Acesse no link <http://migre.me/4rVza>;
- A Igreja. 40 anos de Lumen Gentium, de 22-11-2004. Acesse no link <http://migre.me/4rVCE>;
- Para onde vai a Igreja, hoje? Edição 320, publicada em 21-12-2009. Acesse no link <http://migre.me/4rVH2>;
- Por que ainda ser cristão? Edição 209, de 18-12-2006. Acesse no link <http://migre.me/4rVJD>.

na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da IHU On-Line, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. (Nota da IHU On-Line)

Leia a Entrevista do Dia em
www.ihu.unisinos.br

“Eficiência e justiça não bastam para assegurar a felicidade”: o valor do princípio do dom na economia

Para o economista italiano Stefano Zamagni, o exercício do dom é o pressuposto indispensável para que Estado e mercado possam funcionar, tendo como objetivo o bem comum. Sem práticas ampliadas do dom, é possível ter um mercado eficiente e um Estado competente e até justo, mas as pessoas não poderão realizar a alegria de viver

POR MOISÉS SBARDELOTTO

“O cristianismo é uma religião encarnada que, enquanto tal, se preocupa com a condição de vida dos homens que vivem em sociedade”. E essa compreensão foi a grande novidade da primeira encíclica de João XXIII, *Mater et Magistra*, publicada há 50 anos. Para o economista italiano Stefano Zamagni, a encíclica também se contrapõe ao “risco espiritualista que tende a reduzir a mensagem cristã a uma mensagem somente para a alma e não também para o corpo”.

Por isso, em entrevista por e-mail à IHU On-Line, ele afirma que “é preciso reconhecer ao princípio de gratuidade um posto de primeiro plano na vida econômica”. E questiona: “Qual é a função própria do dom? A de fazer compreender que, ao lado dos bens de justiça, há os bens de gratuidade e que, portanto, não é autenticamente humana a sociedade que se contenta somente com os bens de justiça”.

No próximo dia 30 de maio, Zamagni estará presente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, para um debate sobre alternativas econômicas eticamente reguladas. Sua conferência Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas irá ocorrer das 19h30 às 22h, no Auditório Central da Unisinos, com entrada gratuita. Saiba mais em <http://migre.me/4sCp9>.

Com um extenso currículo, o economista italiano Stefano Zamagni recentemente ganhou destaque mundial por ter sido um dos principais consultores e assessores do Papa Bento XVI na redação da encíclica *Caritas in Veritate*, publicada em 2009, acerca do “desenvolvimento humano integral”. É professor da Universidade de Bolonha, na Itália, e já lecionou na Universidade de Parma e na Universidade Comercial Luigi Bocconi, em Milão. Desde 1991, é consultor do Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, do Vaticano, e, entre 1994-1995, foi membro do comitê de iniciação da Pontifícia Academia das Ciências Sociais. Desde 1999, é membro da New York Academy of Sciences, dos Estados Unidos. De 1999 a 2007, foi também presidente da Comissão Católica Internacional para as Migrações - ICMC. Desde 2007, é presidente da Agência para as Organizações Não Lucrativas de Utilidade Social - Onlus, entidade do governo italiano responsável pelas associações sem fins lucrativos. Em 2008, foi homenageado com o título de Cavaleiro-Comendador da Ordem de São Gregório Magno, uma das cinco ordens pontifícias da Igreja Católica. Em 2010, recebeu o título de doutor honoris causa em economia da Universidade Francisco de Vitoria, de Madri, Espanha. É autor de inúmeros livros, dentre os quais destacamos *Microeconomia* (Ed. Il Mulino, 1997), *Profilo di Storia del Pensiero Economico* (Ed. Nuova Italia Scientifica, 2004), *Per una Nuova Teoria Economica della Cooperazione* (Ed. Il Mulino, 2005) e *L'Economia del Bene Comune* (Ed. Città Nuova, 2007). Em português, publicou recentemente *Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade* (Ed. Cidade Nova, 2010), com coautoria de Luigino Bruni. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são os pontos centrais abordados pelo Papa João XXIII no momento histórico da publicação da encíclica *Mater et Magistra*?

Stefano Zamagni - A *Mater et Magistra* foi publicada no término da fase da reconstrução pós-bélica em um contexto caracterizado ainda pelo domínio colonial de alguns países do Ocidente avançado e não ainda pelos dois fenômenos de porte epocal que emergiram nas duas décadas subsequentes: a globalização e a terceira revolução industrial. No que diz respeito à área dos problemas econômicos e sociais, a mensagem da *Mater et Magistra* foi especificamente dirigida aos governos nacionais, para que assumissem as suas responsabilidades no coplanejamento do caminho de desenvolvimento econômico dos seus países. Em certo sentido, a *Mater et Magistra* “abençoa” o modelo de economia mista, segundo o qual o setor público e o setor privado deviam cooperar para o bem comum.

IHU On-Line - Em sua opinião, quais foram as grandes novidades do documento para a conjuntura da época?

Stefano Zamagni - A grande novidade da *Mater et Magistra* foi a de fazer com que se compreendesse que o cristianismo é uma religião encarnada que, enquanto tal, se preocupa com a condição de vida dos homens que vivem em sociedade. A *Mater et Magistra* fala contra o risco espiritualista que tende a reduzir a mensagem cristã a uma mensagem somente para a alma e não também para o corpo.

IHU On-Line - Justiça, equidade, subsidiariedade são termos que se repetem na encíclica. Qual a ética econômica subjacente à *Mater et Magistra*? Como os avanços e desafios ético-econômicos propostos por João XXIII nos desafiam hoje?

Stefano Zamagni - A matriz ética que sustenta a implantação da *Mater et Magistra* é a da ética das virtudes, assim como elaborada por São Tomás. As noções de equidade, subsidiariedade, justiça, hoje exigem ser reelaboradas, exatamente para levar em conta as *res novae* [coisas novas] abordadas na primeira pergunta. Não podemos, por conseguinte, pensar em aplicar à rea-

lidade hodierna as formulações da *Mater et Magistra* que, validíssimas para o contexto da época, apresentam-se hoje um tanto obsoletas.

Por outro lado, a respeito disso, a primeira mensagem de destaque que nos vem da *Caritas in Veritate*, de Bento XVI, por exemplo, é o convite a superar a já obsoleta dicotomia entre a esfera do econômico e a esfera do social. A modernidade deixou-nos de herança a ideia com base na qual, para se ter acesso ao clube econômico, é indispensável visar ao lucro e ser motivado por intenções exclusivamente de autointeresse. Como se dissesse que não somos plenamente empreendedo-

“A grande novidade da *Mater et Magistra* foi a de fazer com que se compreendesse que o cristianismo é uma religião encarnada que, enquanto tal, se preocupa com a condição de vida dos homens que vivem em sociedade”

res se não perseguimos a maximização do lucro. Caso contrário, deveríamos nos contentar em fazer parte da esfera social. Essa conceituação absurda - por sua vez filha do erro teórico que confunde a economia de mercado que é o *genus* com sua particular *species* sua que é o sistema capitalista - levou a identificar a economia com o lugar da produção da riqueza (ou da renda), e o social, com o lugar da sua distribuição e da solidariedade.

A *Caritas in Veritate* diz-nos, ao contrário, que se podem fazer negócios mesmo que sejam buscados fins de utilidade social e que se seja movido à ação por motivações de tipo pró-social. Esse é um modo concreto, embora não o único, de preencher o

perigoso abismo entre o econômico e o social - perigoso porque, se é verdade que um agir econômico que não incorpore em seu interior a dimensão do social não seria eticamente aceitável, é igualmente verdade que um social meramente redistributivo que não faça as contas com o vínculo dos recursos não seria sustentável em longo prazo: antes de poder distribuir, é necessário, de fato, produzir.

Bento XVI quis, assim, desafiar um lugar comum ainda duro de morrer, segundo o qual a ação econômica seria algo muito sério e exigente para ser deixado ao contágio dos quatro princípios cardiais da Doutrina Social da Igreja, que são: centralidade da pessoa humana; solidariedade; subsidiariedade; bem comum. Daí a implicação prática com base na qual os valores da Doutrina Social da Igreja deveriam achar espaço unicamente nas obras de natureza social, dado que aos especialistas da eficiência caberia a tarefa de guiar a economia. É mérito dessa encíclica, certamente não secundário, a contribuição para sanar essa grave lacuna, que é ao mesmo tempo cultural e política.

Contrariamente ao que se pensa, não é a eficiência o *fundamentum divisionis* para distinguir o que é empresa e o que não é, e isso pela simples razão de que a categoria da eficiência pertence à ordem dos meios e não à dos fins. De fato, devemos ser eficientes para atingir o melhor fim que livremente escolhermos dar à nossa ação. Mas a escolha do fim não tem nada a ver com a própria eficiência. Só depois que se escolheu a meta a ser alcançada é que o empreendedor deve procurar ser eficiente. Uma eficiência com fim em si mesma acabaria no eficientismo, que é uma das causas mais frequentes, hoje, de destruição da riqueza, como a crise econômico-financeira em curso confirma.

Economia civil

Pois bem, o ganho que a *Caritas in Veritate* oferece é o de tomar posição em favor da concepção de mercado, típica da tradição de pensamento da economia civil, segundo a qual se pode viver a experiência da socialidade humana dentro de uma vida econômica normal, e não fora ou ao lado dela,

como sugere o modelo dicotômico de ordem social. Essa é uma concepção que é alternativa, ao mesmo tempo, tanto à que vê o mercado como lugar da exploração e da opressão do forte sobre o fraco, quanto à que, em consonância com o pensamento anarcoliberal, o vê como lugar capaz de dar solução a todos os problemas da sociedade.

A economia civil coloca-se como alternativa com relação à economia de tradição smithiana, que vê o mercado como a única instituição verdadeiramente necessária para a democracia e para a liberdade. A Doutrina Social da Igreja nos recorda, ao invés, que uma boa sociedade é certamente fruto do mercado e da liberdade, mas há exigências, que remetem ao princípio de fraternidade, que não pode ser evitadas, nem remetidas somente à esfera privada ou à filantropia. Ao mesmo tempo, a Doutrina Social da Igreja não toma parte junto a quem combate os mercados e vê o econômico em conflito endêmico e natural com a vida boa, invocando um decréscimo e uma retirada do econômico da vida em comum. Ao contrário, ela propõe um humanismo multidimensional, no qual o mercado não é combatido ou “controlado”, mas é visto como momento importante da esfera pública - esfera que é muito mais vasta do que é estatal - que, se concebido e vivido como lugar aberto também aos princípios de reciprocidade e do dom, pode construir a “cidade”.

IHU On-Line - Como o senhor analisa os conceitos de “dom”, “gratuidade” ou “comunhão”, que servem de base para algumas teorias econômicas que visam a ser eticamente justas?

Stefano Zamagni - O acolhimento da perspectiva da gratuidade dentro da ação econômica comporta duas consequências, dentre tantas. A primeira concerne ao modo de olhar a relação entre crescimento econômico e programas de bem-estar social. Quem vem primeiro: o crescimento econômico ou o bem-estar social? Dito de outro modo, o gasto com o *welfare* [bem-estar social] deve ser considerado como consumo social ou como investimento social? A tese defendida na *Caritas in Veritate*, por exemplo, é que, nas condições históricas atuais, a posição de quem vê o *welfare* como fator de

desenvolvimento econômico é muito mais confiável e justificável do que a posição contrária.

Como se sabe, o Estado social, na segunda metade do século XX, representou uma instituição voltada à busca de dois objetivos principais: por um lado, reduzir a pobreza e a exclusão social, redistribuindo, por meio da tributação, renda e riqueza (a assim chamada função de “Robin Hood”); e, por outro lado, oferecer serviços de seguridade, favorecendo uma alocação eficiente dos recursos ao longo do tempo (função de “cofrinho”). O instrumento cogitado para a necessi-

**“A economia civil
coloca-se como
alternativa com relação
à economia de tradição
smithiana, que vê o
mercado como a única
instituição
verdadeiramente
necessária para a
democracia e para a
liberdade”**

dade foi, basicamente, o seguinte: os governos usam o dividendo do crescimento econômico para melhorar a posição *relativa* de quem está pior, sem piorar a posição *absoluta* de quem está melhor. No entanto, todo um conjunto de circunstâncias - a globalização e a terceira revolução industrial - causou, nos países do Ocidente avançado a partir dos anos 1980, uma diminuição de velocidade do crescimento potencial. Isso acabou dando fôlego, durante a última década, ao convencimento de que os mecanismos redistributivos da tributação e dos serviços sociais são a causa do enfraquecimento do crescimento potencial e, conseqüentemente, são

responsáveis por gerar uma escassez de recursos para a ação social dos governos. Os resultados desse modo de ver o *welfare* estão aí para todos verem. Não somente o velho estado de bem-estar mostra-se hoje incapaz de enfrentar as novas pobreza; ele é igualmente impotente contra as desigualdades sociais, em contínuo aumento na Europa.

As razões que sustentam a tese da existência de um *trade-off*¹ entre proteção social e crescimento econômico são muito menos plausíveis do que aquelas que militam em favor da tese oposta. Não é de nenhuma forma verdade que o reforço dos institutos de proteção social implicam na condenação a um crescimento mais baixo, em longo prazo insustentável. É verdade, ao contrário, que um *welfare* pós-hobbesiano, centrado principalmente em políticas de promoção das capacidades das pessoas, constitui, na atual fase pós-fordista, caracterizada pela emergência de novos riscos sociais, o antídoto mais eficaz contra possíveis tentações antidemocráticas e, desse modo, o fator decisivo de desenvolvimento econômico.

A função do dom

Reconhecer ao princípio de gratuidade um posto de primeiro plano na vida econômica tem a ver com a difusão da cultura e da práxis da reciprocidade. Junto com a democracia, a reciprocidade é um valor fundante de uma sociedade. Ou melhor, poder-se-ia também sustentar que é da reciprocidade que a regra democrática extrai seu sentido último. Em que “lugares” a reciprocidade é de casa, ou seja, é praticada e alimentada? A família é o primeiro de tais lugares: pense-se nas relações entre pais e filhos, e entre irmãos e irmãs. Depois, há a cooperativa, a empresa social e várias formas de associações. Não é verdade, talvez, que as relações entre os componentes de uma família ou entre sócios de uma cooperativa são relações de reciprocidade? Hoje, sabemos que o progresso civil e econômico de um país depende basicamente de quão difundidas

¹ Expressão que define uma situação em que há conflito de escolha. Caracteriza uma ação econômica que visa à resolução de um problema, mas acarreta outro, obrigando uma escolha. (Nota da IHU On-Line).

entre os seus cidadãos são as práticas de reciprocidade. Sem o mútuo reconhecimento de uma pertença comum, não há eficiência ou acumulação de capital que se mantenha. Há hoje uma imensa necessidade de cooperação: eis porque precisamos expandir as formas da gratuidade e reforçar as que já existem. As sociedades que extirpam do seu próprio campo as raízes da árvore da reciprocidade são destinadas ao declínio, como a história nos ensinou há muito tempo.

Qual é a função própria do dom? A de fazer compreender que, ao lado dos bens de justiça, há os bens de gratuidade e que, portanto, não é autenticamente humana a sociedade que se contenta somente com os bens de justiça. Qual é a diferença? Os bens de justiça são aqueles que nascem de um dever; os bens de gratuidade são os que nascem de uma *obligatio*. São bens, a saber, que nascem do reconhecimento de que eu estou ligado a um outro, que, em certo sentido, ele é parte constitutiva de mim. Eis porque a lógica da gratuidade não pode ser simplistamente reduzida a uma dimensão puramente ética. A gratuidade, de fato, não é uma virtude ética. A justiça, como já ensinava Platão, é uma virtude ética, e estamos todos de acordo sobre a importância da justiça, mas a gratuidade refere-se, ao contrário, à dimensão supraética do agir humano, porque a sua lógica é a superabundância, enquanto a lógica da justiça é a lógica da equivalência.

E, então, a *Caritas in Veritate* nos diz que uma sociedade, para funcionar bem e para progredir, precisa que, dentro da práxis econômica, haja sujeitos que compreendam o que são os bens de gratuidade, que se entenda, em outras palavras, que necessitamos fazer refluir o princípio de gratuidade nos circuitos da nossa sociedade.

O desafio a que Bento XVI nos convida é o de lutar para restituir o princípio do dom à *esfera pública*. O dom autêntico, afirmando o primado da relação sobre sua exoneração, do laço intersubjetivo sobre o bem doado, da identidade pessoal sobre o lucro, deve poder encontrar espaço de expressão em qualquer lugar, em qualquer âmbito do agir humano, incluindo aí a economia. A mensagem que a *Caritas*

in Veritate nos deixa é o de pensar a gratuidade e, portanto, a fraternidade como sinal da condição humana e, por conseguinte, de ver no exercício do dom o pressuposto indispensável para que Estado e mercado possam funcionar, tendo como objetivo o bem comum. Sem práticas ampliadas do dom, se poderá ter um mercado eficiente e um Estado competente (e até justo), mas certamente as pessoas não serão ajudadas a realizar a alegria de viver. Porque eficiência e justiça, embora unidas, não bastam para assegurar a felicidade das pessoas.

IHU On-Line - Por outro lado, como entender o “bem comum” a partir do ensino social da Igreja? Como uma economia baseada em princípios cristãos pode fomentá-lo e construí-lo?

Stefano Zamagni - Para a Doutrina Social da Igreja, o bem comum é o bem de todos os seres humanos e de todo o ser humano. Três são as dimensões fundamentais do humano: material, sociorrelacional, espiritual. A ideia de bem comum nos faz entender que não é lícito sacrificar a dimensão sociorrelacional para favorecer a material. Por exemplo, apesar de aumentar o PIB, não é aceitável que se renuncie à festa. Da mesma forma, não é lícito sacrificar a dimensão espiritual das pessoas para favorecer a rede de relações sociais. O princípio do bem comum diz-nos que a organização do trabalho, o funcionamento dos mercados, as formas da política devem consentir o desenvolvimento harmonioso de todas as três dimensões.

A fraternidade - palavra já presente na bandeira da Revolução Francesa, mas que a ordem pós-revolucionária depois abandonou, por razões conhecidas, até o seu cancelamento do léxico político-econômico - recebeu da escola de pensamento franciscana o significado que ele conservou no decorrer do tempo. Que é o de constituir, ao mesmo tempo, o complemento e a exaltação do princípio de solidariedade. De fato, enquanto a solidariedade é o princípio de organização social que permite que os desiguais se tornem iguais, o princípio de fraternidade é o princípio de organização social que permite que os iguais sejam diferentes. A fraternidade

permite que as pessoas que são iguais em sua dignidade e em seus direitos fundamentais expressem diferentemente o seu plano de vida ou o seu carisma. As épocas que deixamos para trás, os séculos XIX e principalmente o XX, caracterizaram-se por grandes batalhas, sejam culturais, sejam políticas, em nome da solidariedade, e isso foi algo bom: pense-se na história do movimento sindical e na luta pela conquista dos direitos civis. O ponto é que a boa sociedade não pode se contentar com o horizonte da solidariedade, porque uma sociedade que fosse só solidária, e não também fraterna, seria uma sociedade da qual cada um procuraria se afastar. O fato é que, enquanto a sociedade fraterna é também uma sociedade solidária, o inverso não é necessariamente verdadeiro.

Ter esquecido o fato de que não é sustentável uma sociedade de seres humanos em que se extingue o senso de fraternidade e em que tudo se reduz, por um lado, a melhorar as transações baseadas na troca de equivalentes e, por outro, em aumentar as transferências executadas por estruturas assistenciais de natureza pública, dá-nos conta do porquê, apesar da qualidade das forças intelectuais em campo, não se tenha ainda alcançado uma solução credível do grande *trade-off* entre eficiência e equidade. Não é capaz de ter futuro a sociedade em que se dissolve o princípio de fraternidade; isto é, não é capaz de progredir a sociedade em que existe somente o “dar por ter” ou o “dar por dever”. Eis porque nem a visão liberal-individualista do mundo, em que tudo (ou quase tudo) é troca, nem na visão Estadocêntrica no Estado da sociedade, em que tudo (ou quase tudo) é obrigação, são guias seguros para nos fazer sair das águas rasas em que as nossas sociedades estão hoje atoladas.

Religiosidade e economia

Coloca-se a questão: por que no último quarto de século a perspectiva do discurso do bem comum - segundo a formulação dada a ela pela Doutrina Social da Igreja, depois de pelo menos um par de séculos durante os quais ela havia de fato saído de cena - está hoje reemer-

gindo como se fosse um rio subterrâneo? Por que a passagem dos mercados nacionais para o mercado global, consumada no decorrer do último quarto de século, está tornando novamente atual o discurso sobre o bem comum? Observo, de passagem, que o que acontece faz parte de um movimento mais vasto de ideias sobre economia, um movimento cujo objeto é a ligação entre religiosidade e *performance* econômica. A partir da consideração de que as crenças religiosas são de importância decisiva para forjar os mapas cognitivos dos sujeitos e para plasmar as normas sociais de comportamento, esse movimento de ideias busca indagar o quanto a prevalência em um determinado país (ou território) de uma certa matriz religiosa influencia a formação de categorias de pensamento econômico, os programas sociais, a política escolar e assim por diante. Depois de um longo período de tempo, durante o qual a célebre tese da secularização parecia ter dito a palavra final sobre a questão religiosa, ao menos no que concerne ao campo econômico, o que está acontecendo hoje soa verdadeiramente paradoxal.

Não é assim difícil explicar o retorno ao debate cultural contemporâneo da perspectiva do bem comum, verdadeiro sinal da ética católica no âmbito socioeconômico. Como João Paulo II² em muitas ocasiões esclareceu, a Doutrina Social da Igreja não deve ser considerada como uma teoria ética ulterior com relação às tantas já disponíveis na literatura, mas sim como uma “gramática comum” a elas, porque fundada sobre um ponto de vista específico, o de cuidar do bem humano. Na verdade, embora as diversas teorias éticas ponham o seu fundamento quer na pesquisa de regras (como acontece no jusnaturalismo positivista, segundo o qual a ética deriva da norma jurídica), quer no agir (pense-se no neoneocontratualismo rawlsiano ou no neoutil-

tarismo), a Doutrina Social da Igreja acolhe como seu ponto arquimediano o “estar com”. O sentido da ética do bem comum é que, para poder compreender a ação humana, devemos nos pôr na perspectiva da pessoa que age - cf. *Veritatis Splendor*³, 78 - e não na perspectiva da terceira pessoa (como faz o jusnaturalismo), ou seja, do espectador imparcial (como Adam Smith havia sugerido). De fato, o bem moral, sendo uma realidade prática, é conhecido primeiramente não por quem o teoriza, mas sim por quem o pratica: é ele que sabe localizá-lo e, portanto, escolhê-lo com certeza todas as vezes que estiver em discussão.

“A Doutrina Social da Igreja nos lembra que uma boa sociedade é certamente fruto do mercado e da liberdade, mas há exigências, que remetem ao princípio de fraternidade”

IHU On-Line - Como podemos entender o significado de “propriedade”, explicitado na *Mater et Magistra*, dentro da atual conjuntura socioeconômica?

Stefano Zamagni - Três são as formas principais de propriedade: privada, pública, comum. A *Mater et Magistra* nos convida a considerar a relevância da propriedade comum nas nossas sociedades. É um erro grave pensar que a propriedade, senão for privada, deve ser pública (isto é, estatal). Grupos de cidadãos podem se associar para administrar juntos: *commons* (ar, água, energia, solo) com formas de negócio como as cooperativas comunitárias,

³ *Veritatis Splendor*: Encíclica do Papa João Paulo II “sobre algumas questões fundamentais do Ensino Moral da Igreja”, publicada em 6 de agosto de 1993, disponível em <http://migre.me/4pZlq> (Nota da IHU On-Line).

fundações de comunidade etc. Em muitos casos, não somente a propriedade comum assegura resultados de eficiência mais elevada, mas também cria coesão social, reforçando os laços interpessoais. Particularmente, a difusão da cultura do dom e a prática de experiências tais como a da economia de comunhão são facilitadas se o ordenamento constitucional do país prevê a propriedade comum.

IHU On-Line - Na *Mater et Magistra*, especialmente em um período pós-Guerras Mundiais e pré-Guerra Fria, João XXIII se preocupava com as grandes questões da humanidade e pensava na necessidade de um órgão supranacional para gerir essas demandas. Isso foi retomado por Bento XVI em *Caritas in Veritate*. Como o senhor analisa essa questão?

Stefano Zamagni - Um tema de extraordinária atualidade que, na *Caritas in Veritate*, é tratado com particular força é o que diz respeito ao vínculo entre a paz e o desenvolvimento integralmente humano. Um tema que a *Populorum Progressio* de Paulo VI popularizou com a célebre frase: “O desenvolvimento é o novo nome da paz”. Pois bem, plenamente alinhado com tal posição, Bento XVI sistematiza um pensamento, que sintetizo nos seguintes termos: a) a paz é possível, porque a guerra é um evento e não um estado de coisas. A guerra é, portanto, uma emergência transitória, por mais longa que possa ser, não é uma condição permanente da sociedade humana; b) a paz, porém, deve ser construída, porque não é algo espontâneo, dado que é fruto de obras que visam criar instituições de paz; c) na atual fase histórica, as instituições de paz mais urgentes são as que têm a ver com a problemática do desenvolvimento humano.

Quais são as instituições de paz que merecem hoje prioridade absoluta? Para esboçar uma resposta, convém fixar a atenção sobre alguns fatos estilizados que conotam a nossa época. O primeiro concerne ao escândalo da fome. É sabido que a fome não é uma trágica novidade destes tempos; mas o que a torna hoje escandalosa e, portanto, intolerável é fato de ela não ser uma consequência de uma “*production failure*” em

² João Paulo II, nascido Karol Józef Wojtyła (1920-2005): foi o Sumo Pontífice da Igreja Católica de 16 de outubro de 1978 até sua morte. Teve o terceiro maior pontificado documentado da história, sendo superado apenas por São Pedro e pelo Papa Pio IX. Foi o único papa eslavo e polonês até a sua morte, e o primeiro papa não italiano desde o holandês Papa Adriano VI em 1522. Foi beatificado por Bento XVI no dia 1º de maio de 2011. (Nota da IHU On-Line)

nível global, isto é, de uma incapacidade do sistema produtivo para assegurar alimentos para todos. Não é, portanto, a escassez dos recursos, em nível global, que causa fome e privações diversas. É, ao invés, uma “*institutional failure*”, ou seja, a falta de instituições adequadas, econômicas e jurídicas, o principal fator responsável por isso.

Considerem-se os seguintes eventos. O extraordinário aumento da interdependência econômica, que ocorreu ao longo do último quarto de século, implica em que amplos segmentos da população possam ser negativamente influenciados, em suas condições de vida, por eventos que ocorrem em lugares também bastante distantes e a respeito dos quais não têm nenhum poder de intervenção. Acontece assim que, às bem conhecidas “carestias de depressão”, sejam acrescentadas hoje as “carestias do boom”, como Amartya Sen⁴ amplamente documentou. Não somente isso, mas também a expansão da área do mercado - um fenômeno que em si é positivo - significa que a capacidade de um grupo social de ter acesso aos alimentos depende, de modo essencial, das decisões de outros grupos sociais. Por exemplo, o preço de um bem primário (café, cacau etc.), que constitui a principal fonte de renda para uma determinada comunidade, pode depender daquilo que acontece com o preço de outros produtos, e isso independentemente de uma modificação nas condições de produção do primeiro bem.

Um segundo fato configurado refere-se à natureza modificada do comércio e da concorrência entre países ricos e po-

4 Amartya Sen (1933-): economista indiano. Em 1998, a Real Academia da Suécia conferiu o prêmio Nobel de Economia a Sen “por devolver uma dimensão ética ao debate dos problemas econômicos vitais”. Foi galardoado com o prêmio em memória de Alfred Nobel das ciências econômicas, pelas suas contribuições ao *welfare economics*. Autor do livro *Desenvolvimento com liberdade*, publicado em 2000. As ideias de Sen foram abordadas no *Ciclo Repensando os Clássicos da Economia - Quarta com Cultura Unisinos*, em 12 de abril, pelo Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim - UFRGS, e voltarão a debate em 2 de agosto de 2006 no *II Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, na Unisinos. Para maiores detalhes, confira a entrevista concedida por Comim à edição 175, de 10 de abril de 2006, sob o título Amartya Sen e uma nova ética para a economia. O material está disponível para download na página www.unisinos.br/ihu. (Nota da IHU On-Line)

bres. No decorrer dos últimos 20 anos, a taxa de crescimento dos países mais pobres foi mais alta do que a dos países ricos: cerca de 4% contra aproximadamente 1,7% ao ano no período de 1980 a 2000. Trata-se de um fato absolutamente novo, já que nunca antes havia acontecido que os países pobres crescessem mais rapidamente do que os ricos. Isso vale para explicar porque, no mesmo período, tenha se registrado o primeiro declínio da história do número de pessoas pobres em termos absolutos (ou seja, aqueles que, em média, têm à disposição menos de um dólar por dia, levando-se em consideração a parida-

“Enquanto a
solidariedade é o
princípio de organização
social que permite que
os desiguais se tornem
iguais, o princípio de
fraternidade é o
princípio de organização
social que permite que
os iguais sejam
diferentes”

de do poder de compra). Prestando a devida atenção ao aumento dos níveis de população, pode-se dizer que a taxa dos pobres absolutos do mundo passou de 62% em 1978 a 29% em 1998. (É natural que tal resultado notável não foi registrado de modo uniforme nas várias regiões do mundo. Por exemplo, na África subsaariana, o número de pobres absolutos passou de 217 milhões em 1987 para 301 milhões em 1998). Ao mesmo tempo, todavia, a pobreza relativa, isto é, a desigualdade - assim como é medida pelo coeficiente de Gini ou pelo índice de Theil - aumentou dramaticamente de 1980 até hoje. É sabido que o índice de desigualdade total é dado pela soma de

dois componentes: a desigualdade *entre* países e a *no interior* de um único país. Como conclusão do importante trabalho de Peter H. Lindert⁵ e de Jeffrey G. Williamson⁶, *Does Globalization Make the World More Unequal?* (Chicago, 2003), grande parte do aumento da desigualdade total é atribuível ao aumento do segundo componente, seja nos países densamente populosos (China, Índia e Brasil) que registraram elevadas taxas de crescimento, seja nos países do Ocidente avançado. Isso significa que os efeitos redistributivos da globalização não são unívocos: nem sempre o rico ganha (seja país ou grupo social), nem sempre o pobre perde.

Um terceiro fato configurado: a relação entre o estado nutricional das pessoas e a sua capacidade de trabalho influencia tanto o modo como o alimento é distribuído entre os membros da família - de modo especial, entre homens e mulheres -, quanto o modo como funciona o mercado de trabalho. Os pobres possuem somente um potencial de trabalho: para transformá-los em força de trabalho efetiva, a pessoa necessita de nutrição adequada. Pois bem, se não são adequadamente ajudados, os subnutridos não são capazes de satisfazer essa condição em uma economia de livre mercado. A razão é simples: a qualidade do trabalho que o pobre tem condições de oferecer ao mercado do trabalho é insuficiente para “exigir” o alimento do qual precisa para viver de modo decente. Como a moderna ciência da nutrição demonstrou, de 60% a 75% da energia que uma pessoa extrai do alimento são utilizados para manter o corpo vivo; somente a parte restante pode ser usada para o trabalho ou para outras atividades. Eis porque nas sociedades pobres podem ser criadas perfeitas “armadilhas de pobreza”, destinadas a durar até por longos períodos de tempo.

5 Peter H. Lindert: Economista norte-americano e professor de economia da Universidade da Califórnia - Davis, nos EUA (Nota da IHU On-Line).

6 Jeffrey G. Williamson: Economista norte-americano e ex-coordenador do Departamento de Economia da Universidade de Harvard, nos EUA, entre 1997-2000. É professor da cátedra Laird Bell de Economia da Universidade de Wisconsin (Madison). Foi ainda presidente da Economic History Association (1994-1995) (Nota da IHU On-Line).

Fracasso institucional e o escândalo da fome

O que é pior é que uma economia pode continuar a alimentar armadilhas de pobreza até mesmo se sua renda cresce em nível agregado. Por exemplo, pode acontecer - como em realidade acontece - que o desenvolvimento econômico, medido em termos de PIB per capita, encoraje os agricultores a transferir o uso de suas terras da produção de cereais à produção de carne, mediante um aumento das criações, já que as margens de ganho da segunda são superiores às obtíveis com a primeira. Entretanto, o conseqüente aumento do preço dos cereais irá piorar os níveis nutricionais das faixas pobres de população, às quais não é permitido o acesso ao consumo de carne. O ponto a enfatizar é que um incremento no número de indivíduos de baixa renda pode aumentar a subnutrição entre os mais pobres por causa de uma mudança na composição da demanda dos bens finais. Observe-se, enfim, que a ligação entre status nutricional e produtividade do trabalho pode ser “dinástica”: uma vez que uma família ou um grupo social tenha caído na armadilha da pobreza, é muito difícil para os descendentes sair dela, mesmo que a economia cresça como um todo.

Que conclusões se tira de tudo isso? Que o reconhecimento de um nexos forte entre as “*institutional failures*”, de um lado, e o escândalo da fome e o aumento das desigualdades globais, de outro, recorda-nos que as instituições não são - assim como os recursos naturais - um dom da natureza, mas sim regras do jogo econômico que são definidas em sede política. Se a fome dependesse - como foi o caso até o início do século XX - de uma situação de escassez absoluta dos recursos, não haveria outra coisa a fazer do que pedir a compaixão fraterna, ou seja, a solidariedade.

Saber, no entanto, que ela depende de regras, isto é, das instituições, em parte obsoletas e em parte equivocadas, não pode deixar de nos levar a intervir nos mecanismos e nos procedimentos por força dos quais essas regras são fixadas e se tornaram exequíveis. A urgência de proceder nesse sentido nos é sugerida

também pelo seguinte trecho de Norberto Bobbio⁷, que ilustra, com rara eficácia, o nexos entre liberdade, igualdade e luta para adquirir posições de domínio: “Na história humana, as lutas pela superioridade se alternam com as lutas pela igualdade. E é natural que ocorra essa alternância, porque a luta pela superioridade pressupõe dois indivíduos ou grupos que tenham alcançado entre si uma certa igualdade. A luta pela igualdade precede frequentemente à luta pela superioridade... Antes de chegar ao ponto de lutar pelo domínio, cada grupo social deve conquistar um certo nível de paridade com seus próprios rivais” (BOBBIO, N. *Destra e Sinistra*. Roma: Donzelli, 1999. p.164).

Não há quem não veja a dificuldade que a realização de intervenções institucionais tais como essas colocam. É por isso que a *Caritas in Veritate* fala da urgência de dar vida a uma autoridade política global, que, porém, há de ser de tipo subsidiário e poliárquico. Isso implica, de um lado, na recusa de dar vida a um tipo de superestado, e, de outro, a vontade de atualizar de modo radical o trabalho desenvolvido em 1944, em Bretton Woods, quando foi projetada a nova ordem econômica internacional ao término de

7 Norberto Bobbio (1910-2004): filósofo e senador vitalício italiano. Considerado um dos grandes intelectuais italianos, Bobbio era doutor em Filosofia e Direito pela Universidade de Turim, fez parte do grupo antifascista Giustizia e Libertà (Justiça e Liberdade). Adepto do socialismo liberal, Bobbio foi preso durante uma semana, em 1935, pelo regime fascista de Benito Mussolini. Em 1994, Bobbio assumiu publicamente uma posição contra as políticas defendidas por Silvio Berlusconi, que representava o centro-direita nas eleições gerais. Nesta altura, escreveu um dos seus ensaios mais conhecidos *Direita e Esquerda*, no qual se pronunciou contra a “nova direita”. Além desta obra, Bobbio assinou e realizou mais de 1300 livros, ensaios, artigos, conferências e entrevistas. Norberto Bobbio recebeu o doutoramento *Honoris Causa* pelas universidades de Paris, Buenos Aires, Madri, Bolonha e Chambéry (França). Autor de livros de impacto, tinha como principais matrizes de sua obra a discussão da guerra e da paz, os direitos humanos e a democracia. Alguns dos livros mais recentes são: *Teoria Geral da Política* (Rio de Janeiro: Campus, 1999); *Diálogo em Torno da República* (Rio de Janeiro: Campus, 2001); *Entre Duas Repúblicas* (Brasília: Ed. UnB, 2001); *Elogio da Serenidade* (São Paulo: Ed. Unesp, 2002); *O Filósofo e a Política* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2003). Na 89ª edição da revista IHU On-Line, de 12-01-2004, na editoria *Memória*, além de um artigo de Ricupero, um de Janine Ribeiro, foi publicada a biografia de Norberto Bobbio, em virtude de seu falecimento aos 94 anos, no dia 09-01-2004. (Nota da IHU On-Line)

um longo período de guerras.

IHU On-Line - O senhor colaborou com Bento XVI na confecção da *Caritas in Veritate*, de Bento XVI, tão citada até aqui, tendo sido um de seus principais mentores. Que avaliação o senhor faz do ensino social da Igreja perante os desafios sociais e econômicos da contemporaneidade?

Stefano Zamagni - A novidade da *Caritas in Veritate* é a de levar ao máximo cumprimento os princípios das Doutrinas Sociais da Igreja contidas na *Mater et Magistra* e na *Populorum Progressio* à luz dos problemas da nova fase histórica que começou há cerca de 30 anos. Pode-se dizer que a *Caritas in Veritate* é a primeira encíclica social da pós-modernidade. Em particular a grande novidade da *Caritas in Veritate* é a afirmação de que o princípio de fraternidade deve encontrar espaço de aplicação na vida econômica *habitual*. Isso não aparece na *Mater et Magistra*.

Albert Camus⁸ escreveu em *Núpcias, o Verão*: “Se há um pecado contra a vida, é talvez não tanto de se desesperar por causa dela, mas sim de esperar em uma outra vida e de se isentar da implacável grandeza desta”. Camus não era crente, mas nos ensina uma verdade: não se deve pecar contra a vida presente desqualificando-a, humilhando-a. Não se deve, por isso, deslocar o baricentro da nossa fé para o além, a ponto de tornar insignificante o presente: pecaremos conta a Encarnação.

Trata-se de uma opção antiga que remonta aos Padres da Igreja que chamavam a Encarnação de um *Sacrum Commercium*, para sublinhar a relação de reciprocidade profunda entre o humano e o divino e, sobretudo, para sublinhar que o Deus Cristão é um Deus de homens que vivem na história, e que se interessa, ou melhor, que se comove pela sua condição humana. Amar a existência é, então, um ato de fé e não somente de

8 Albert Camus (1913-1960): escritor, novelista, ensaísta e filósofo argelino. Confira as seguintes entrevistas, publicadas na IHU On-Line: “Albert Camus é sensível à humanidade de Cristo”, com Arnau Corbic, publicada nas *Notícias do Dia* de 23-03-2010, disponível em <http://migre.me/qRQL>; Camus entre a emoção e a graça, concedida por Waldecy Tenório e publicada nas *Notícias do Dia* de 3-02-2010, disponível em <http://migre.me/qR10> (Nota da IHU On-Line).

prazer pessoal. O que leva à esperança, que não se preocupa somente com o futuro, mas também com o presente, porque precisamos saber que as nossas obras, mais do que um destino, têm um significado e um valor também aqui e agora.

O século XV foi o século do primeiro humanismo, um acontecimento tipicamente europeu. O século XXI, já desde seu início, exprime, com força, a exigência de aportar em um novo humanismo. Naquele momento, foi a transição do feudalismo para a Modernidade o fator decisivo a impulsionar naquela direção. Hoje, é uma passagem de época igualmente radical - a da sociedade industrial à pós-industrial, ou seja, da modernidade para a pós-modernidade - que nos faz entrever a urgência de um novo humanismo.

Globalização, financeirização da economia, novas tecnologias, questão migratória, aumento das desigualdades sociais, conflitos identitários, questão ambiental, dívida internacional são somente algumas das palavras que falam do atual “mal-estar na civilização” - para evocar o título de um célebre ensaio de S. Freud⁹. Perante os novos desafios, a mera atualização das velhas categorias de pensamento ou o simples recurso a técnicas mesmo que sofisticadas de decisão coletiva não servem à necessidade. É necessário ousar caminhos diferentes: é esse, substancialmente, o convite sincero que a *Caritas in Veritate* nos dirige.

9 Sigmund Freud (1856-1939): neurologista e fundador da Psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudava pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da Psicanálise. Freud, além de ter sido um grande cientista e escritor, realizou, assim como Darwin e Copérnico, uma revolução no âmbito humano: a idéia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam muito debatidos hoje. A edição 179 da IHU On-Line, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível para consulta no link <http://migre.me/s8jc>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível para download em <http://migre.me/s8jf>. A edição 16 dos Cadernos IHU em formação tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível para download em <http://migre.me/s8ju>. (Nota da IHU On-Line)

Mater et Magistra: uma síntese entre comunismo, socialismo e capitalismo

A encíclica de João XXIII, “sem fazer condenações, sem entrar em polêmicas, propõe uma síntese entre comunismo e capitalismo, uma alternativa entre os dois modelos, não excluindo um e outro, mas buscando o melhor, o mais permanente”, explica o advogado mineiro Patrus Ananias

POR MOISÉS SBARDELOTTO

“**A** *Mater et Magistra* é uma encíclica que inova em relação aos documentos anteriores da Igreja pela dimensão ecumênica. É uma encíclica afirmativa, propositiva, anunciadora, mas sem o ranço das condenações”. Para Patrus Ananias, advogado mineiro e ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo Lula, uma das grandes “surpresas” da encíclica do Papa João XXIII é o uso do termo socialização, palavra que aponta para a perspectiva de uma sociedade em que a dimensão comunitária, societária, tem um peso forte na organização social.

Esta entrevista, concedida por telefone à IHU On-Line, também é uma mistura de retrospectiva política e testemunho cristão de Ananias, especialmente de sua relação com a Igreja a partir da figura marcante de João XXIII desde a sua infância. “João XXIII, para mim, é uma figura de referência, é ‘santo da minha cabeceira’”, reconhece o político.

Patrus Ananias de Sousa é advogado, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais. É funcionário público concursado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais desde 1982, onde atualmente atua como professor da Escola do Legislativo. É também mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e membro da Academia Mineira de Letras desde 1996. Participou dos movimentos políticos e sociais dos anos 1970 que resultaram na fundação do Partido dos Trabalhadores - PT. Professor licenciado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, onde ingressou em 1979, presidiu o Instituto Jacques Maritain. Foi também vereador e prefeito de Belo Horizonte e deputado federal pelo PT de Minas Gerais. De 2004 a 2010, foi ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde promoveu a ampliação e institucionalização da rede de proteção e promoção social brasileira. Confira a entrevista.

IHU On-Line - No aniversário de 50 anos da encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, que avaliação o senhor faz da importância desse documento?

Patrus Ananias - Eu considero a encíclica *Mater et Magistra* como um documento histórico. Primeiro, ela

está ligada a uma personalidade excepcional, que foi o Papa João XXIII. Além do que deixou em documentos, especialmente a *Mater et Magistra* e a *Pacem in Terris*,¹ João XXIII deixou

1 *Pacem in Terris*: carta Encíclica do Papa João XXIII sobre “a Paz de todos os povos na base da Verdade, Justiça, Caridade e Liberdade”. Foi publicada no dia 11 de abril de 1963, dois meses antes da morte de João

também o legado dele, pessoal. Nesse sentido, seguindo o exemplo de Jesus, ele uniu muito bem a mensagem com a vida, com o testemunho existencial da bondade, do acolhimento, do compromisso para com os pobres, da atenção às pessoas e da dimensão ecumênica.

A *Mater et Magistra*, além de atualizar e de trazer para o coração do século XX os temas levantados pela *Rerum Novarum*, consolidando e ampliando aquelas questões, é uma encíclica que inova também em relação aos documentos anteriores da Igreja pela dimensão ecumênica. Os documentos anteriores da Igreja - a própria *Rerum Novarum*, a *Quadragesimo Anno*,² de Pio XI³ - refletem também os conflitos da época em um caráter de condenação, especialmente ao comunismo e também ao socialismo - que nesses documentos anteriores eram confundidos - e também uma condenação, ainda que mais tímida, ao chamado capitalismo liberal, ou liberalismo econômico. O primeiro aspecto muito bonito da *Mater et Magistra* é esta dimensão: ela é uma encíclica afirmativa, propositiva, anunciadora, mas sem o ranço das condenações. Claro que ela estabelece linhas divisórias, marca territórios em torno de valores, de princípios, de convicções, mas em uma linha absolutamente ecumênica e dialogante.

Socialização

Um outro aspecto é que ela avança muito, por exemplo quando o papa usou uma expressão que, na época, causou muita surpresa. Algumas traduções, inclusive, tentaram desaparecer com o termo, que é a palavra *socialização*. Claro que não é uma palavra que se confunde com o socialismo, mas é uma palavra que aponta para a perspectiva de uma sociedade em que a dimensão comuni-

XXIII, disponível em <http://migre.me/4mXK5>. Confira a edição 53 da Revista IHU On-Line, de 31-03-2003, disponível em <http://bit.ly/jhJSLK> e intitulada 40 anos depois! Pacem in terris! (Nota da IHU On-Line)

2 *Quadragesimo Anno*: Encíclica “sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII ‘Rerum Novarum’”, de autoria do Papa Pio XI, publicada em 15 de maio de 1931, disponível em <http://migre.me/4mXxa>. (Nota da IHU On-Line)

3 *Papa Pio XI* (1857-1939): nascido Ambrogio Damiano Achille Ratti, foi Papa entre 6 de fevereiro de 1922 e a data da sua morte. (Nota da IHU On-Line)

tária, societária, tem um peso forte na organização social. Quer dizer, o papa valoriza muito as organizações existentes na sociedade e reforça a ideia de que ninguém existe sozinho. É uma superação muito elegante que ele faz com relação ao individualismo, a ideia de que nós somos seres sociais. Então, João XXIII atualiza esses ensinamentos reforçando a dimensão comunitária, dando uma nova dimensão ao bem comum, ou seja, das condições que favorecem o melhor desenvolvimento da pessoa e da comunidade.

Nós temos aqui em Minas Gerais, já falecido, mas que continua vivo pela sua obra, um extraordinário filósofo jesuíta, que foi o padre Henrique de Lima Vaz.⁴

4 **Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz** (1921-2002): filósofo e padre jesuíta, autor de importante obra filosófica. A IHU On-Line número 19, de 27-05-2002, disponível em <http://migre.me/Dto9>, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra de Lima Vaz, com o título *Sábio, humanista e cristão*. Sobre ele também pode ser consultado na IHU On-Line n. 140, de 9-05-2005, um artigo em que comenta a obra de Teilhard de Chardin, disponível em <http://migre.me/Dtoo>. A revista *Síntese*. Revista de Filosofia, n. 102, jan.-abril, 2005, p. 5-24, publica o artigo *Um Depoimento sobre o Padre Vaz*, de Paulo Eduardo Arantes, professor do Departamento de Filosofia da USP, que merece ser lido e consultado com atenção. Celebrando a memória do Padre Vaz, a edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória*, disponível para download em <http://migre.me/Dtol>. Confira, ainda, os seguintes materiais, publicados pela IHU On-Line: a Entrevista da Semana intitulada *Vaz e a filosofia da natureza*, com Armando Lopes de Oliveira, na edição 187, de 3-07-06, disponível em <http://migre.me/DtoR>; a entrevista *Vaz: intérprete de uma civilização arreligiosa*, com Marcelo Fernandes de Aquino, na edição 186, de 26-06-06, disponível em <http://migre.me/Dtp2>; os *Artigos da Semana* intitulados *O comunitarismo cristão e a refundação de uma ética transcendental*, na edição 185, de 19-06-06, disponível em <http://migre.me/Dtpc>, e *Um diálogo cristão com o marxismo crítico. A contribuição de Henrique de Lima Vaz*, na edição 189, de 31-07-06, disponível em <http://migre.me/DtpD>, ambos de autoria do Prof. Dr. Juarez Guimarães. Inspirada no pensamento de Lima Vaz, a IHU On-Line edição 197, de 25-09-2006 trouxe como tema de capa *A política em tempos de neoliberalismo ético*, disponível para download em <http://migre.me/DtpM>. Nessa edição, confira especialmente as entrevistas com Juarez Guimarães, intitulada *Crise de fundamentos éticos do espaço público*, e a entrevista com Marcelo Perine, *Padre Vaz e o diálogo com a modernidade*. Esse tema, em específico, foi abordado por Perine em uma conferência em 22-05-2007, no *Simpósio Internacional O futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos?* Na edição 186 da IHU On-Line, de 26-06-2006, o reitor da Unisinos, Prof. Dr. Marcelo Aquino, SJ, concedeu a entrevista *Vaz, intérprete de uma civilização arreligiosa*. Confira

Ele escreveu um texto admirável sobre as encíclicas de João XXIII, intitulado *Pessoa e sociedade: O ensinamento de João XXIII*.⁵ Nessa encíclica, há, então, a busca desse equilíbrio que, no campo filosófico, nós chamamos de personalismo comunitário. Ou seja, como preservar a dignidade humana, os direitos individuais, como respeitar a pessoa humana no seu mistério, no mistério de cada um, na sua individualidade, como respeitar os diferentes e as diferenças. Mas, ao mesmo tempo, como também integrar essa dimensão pessoal na dimensão comunitária, como promover também os direitos sociais, econômicos e culturais, os direitos dos pobres. A questão da socialização foi uma janela nova que se abriu na tradição do ensino social da Igreja. Assim como a ênfase muito importante que o papa dá à questão da agricultura familiar, ou seja, a perspectiva da democratização da terra, da própria democratização da propriedade.

Então, nesse sentido, ele afirma, avançando, um princípio muito caro à tradição cristã que é o princípio da função social da propriedade. Uma encíclica mais recente, depois, de João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*,⁶ incorpora uma outra dimensão muito importante. Ele fala da função social da propriedade e do lucro. Então a encíclica também avança nesse sentido de restringir os espaços do capitalismo, especialmente do que nós chamamos de capitalismo selvagem, sem limites. Então, o direito de propriedade é reconhecido, dentro da tradição que remonta aos Padres da Igreja, lembrando que inicialmente a propriedade foi destinada a todos, aquela ideia de que o proprietário é muito mais um gestor em nome do bem comum, e que o direito de propriedade, que é legítimo, historicamente construído etc., tem que se adequar rigorosamente aos princípios superiores do direito à vida, do bem comum, do interesse público, do projeto nacional e da justiça social.

no link <http://migre.me/DtpU>. (Nota da IHU On-Line)

5 Disponível em VAZ, H.C. Lima. Escritos de Filosofia: Problemas de Fronteira (Ed. Loyola, 1986, p.120) (Nota da IHU On-Line).

6 *Sollicitudo Rei Socialis*: Encíclica de João Paulo II publicada no dia 30 de dezembro de 1987 e escrita por ocasião do 20º aniversário da encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI. Disponível em <http://migre.me/4mYod>. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Que questões centrais daquele período histórico mundial são abordadas nesse documento?

Patrus Ananias - Primeiro, é importante lembrar que nós vivíamos naquele período o contexto da Guerra Fria. Esse contexto foi mais tratado, na questão da paz, na encíclica *Pacem in Terris*. Aí já está muito presente a atenção do papa na questão do desarmamento, não só no sentido direto da palavra, mas também no sentido do desarmamento dos espíritos. A *Mater et Magistra*, sem fazer condenações, sem entrar em polêmicas, propõe uma síntese entre o comunismo e o capitalismo, ou seja, uma alternativa entre os dois modelos, não excluindo um e outro, mas buscando o melhor, o mais permanente.

Além disso, no contexto da Guerra Fria, havia também um quadro de grandes injustiças. Além das injustiças e desigualdades existentes no interior dos países, especialmente nos países que naquele tempo eram chamados de subdesenvolvidos ou países do Terceiro Mundo, entre os quais se incluía o nosso país, havia também, como há ainda hoje, mesmo que em níveis diferentes, uma brutal injustiça nas relações internacionais. E esse tema foi mais bem desenvolvido na *Pacem in Terris* e na *Populorum Progressio*, de Paulo VI, mas é um tema que já está presente. João XXIII já o está anunciando, na *Mater et Magistra*, por conta das injustiças nas relações internacionais: os países pobres vendendo matéria-prima barata e comprando depois produtos caros e já industrializados.

É uma encíclica que está também no momento em que se convoca o Concílio Ecumênico Vaticano II. Portanto, também já imbuída do espírito do compromisso com os pobres do que se chamou depois de “opção preferencial pelos pobres”, do compromisso profundo com a inclusão e a justiça social e também do sentimento de ecumenismo. Ou seja, a busca de espaços em que as pessoas de boa vontade - católicos, cristãos não católicos, pessoas de outras tradições religiosas, culturais, e até mesmo pessoas não religiosas, que não professam nenhuma religião, mas que têm um compromisso com a vida, com os pobres, com os

valores éticos - possam se encontrar em torno de projetos compartilhados, respeitando, é claro, a especificidade de cada pessoa.

E, na questão ideológica do capitalismo e do comunismo, ela diz exatamente isto: o capitalismo exacerbou o indivíduo através do individualismo; o comunismo exacerbou a dimensão comunitária, o comunitarismo autoritário, que levou ao coletivismo, absolutamente intolerante com os diferentes. Daí a importância dessa compreensão do personalismo comunitário, da socialização, mas de baixo para cima, envolvendo os organismos

“João XXIII, seguindo o exemplo de Jesus, uniu muito bem a mensagem com a vida, com o testemunho existencial da bondade, do acolhimento, do compromisso com os pobres”

intermediários da sociedade civil, desde a família, passando também pelas associações de classe, sindicatos, organizações que nós chamamos hoje de não governamentais ou movimentos populares.

Direito a ter direitos

Ela responde muito bem a um momento histórico: o momento em que os direitos dos trabalhadores nos países mais desenvolvidos, o chamado Primeiro Mundo, já estavam colocados. Mas é importante lembrar também que, nos países que nós chamamos hoje de países em vias de desenvolvimento - que naquele tempo eram chamados mais diretamente de países subdesenvolvidos -, os direitos trabalhistas ainda eram muito restritos.

É bom lembrar, por exemplo, que, em 1961 - daí a atenção especial do papa, que conhecia bem essas questões, por ser um papa camponês -, no Brasil, não havia direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais. Não tinham férias, nem salário mínimo, nem jornada máxima de trabalho, nem repouso semanal remunerado, nenhuma legislação previdenciária. Em caso de doença, de morte, o trabalhador rural e sua família ficavam totalmente dependentes da filantropia, da boa vontade de pessoas, da caridade pública, não de direitos. Nessa época, eu era criança no interior de Minas, eu tinha nove anos de idade - eu sou filho de fazendeiro. E essa realidade perdurou praticamente por toda a década de 1960. O Estatuto do Trabalhador Rural foi votado, se não me falha a memória, em fins de 1963; logo depois veio o golpe, uma retração no campo dos direitos sociais, e só a partir da segunda metade dos anos 1960 é que, muito timidamente, os direitos trabalhistas começam a chegar ao campo.

Então, é importante lembrar isso para podermos entender também o carinho e a atenção que o papa deu, por exemplo, à questão da função social da propriedade, na perspectiva já da reforma agrária e de políticas rigorosas de apoio aos pequenos produtores que nós chamamos hoje de agricultores familiares.

IHU On-Line - Com a encíclica foi recebida no Brasil, em seu contexto político, econômico, eclesial e social de então?

Patrus Ananias - Certamente, a encíclica teve um impacto muito grande. Foi exatamente nesse período que começou no Brasil - é importante lembrar -, no início da década de 1960, o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Ao lado das ligas camponesas, que surgiram um pouco antes, o processo de sindicalização, portanto de luta efetiva pelos direitos dos trabalhadores rurais, começa nesse período. E é o momento também em que a Igreja começa a afirmar o seu compromisso com o princípio da função social da propriedade, especificamente no Brasil com a reforma agrária e depois, é claro, integrando também a questão da reforma urbana, na medida em que

o país começa a viver um grande processo de urbanização.

Foi um pouco antes da encíclica que foi lançada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sude, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, atendendo a uma manifestação profética e anunciadora de personalidades como D. Helder Câmara.⁷ Dom Helder, na época, era bispo auxiliar do Rio de Janeiro, mas ele conhecia profundamente a realidade do Nordeste, de onde ele vinha e para onde voltou depois. E ele, em nome de lideranças e militantes cristãos católicos do Brasil, propôs a criação da Sude, que foi acolhida pelo presidente Juscelino, e que inclusive indicou uma pessoa muito identificada com o conteúdo do ensino social cristão que foi o economista Celso Furtado.

Então, a encíclica entrou com muita ênfase, e a partir daí alguns bispos começam a ter uma posição mais aberta e ecumênica, como o próprio D. Helder Câmara, de maior compromisso com os pobres em uma perspectiva de transformação social. D. Helder é uma pessoa extraordinária, que já vinha fazendo no Rio de Janeiro um trabalho humanitário extraordinário, por meio da Cruzada de São Sebastião,⁸ do Ban-

co da Providência,⁹ muito voltado para os pobres. E a Igreja começa a compreender que a questão social deve ser trabalhada na sua raiz, por meio de reformas, mudanças mais profundas, como a questão da reforma agrária, do empoderamento dos pobres, o processo de sindicalização, ou seja, assegurar, efetivamente, direitos para os pobres. Dom José [Vicente] Távora¹⁰ foi outra figura notável nesse processo. Surge também nessa época o Movimento de Educação de Base - MEB, sob a coordenação e a referência do professor Paulo Freire.¹¹ E a encíclica certamente teve um grande impacto sobre isso.

O nosso querido mineiro D. José Maria Pires¹² disse que a encíclica teve um papel muito importante na sua vida, experienciando uma "segunda conversão", que corresponde também ao período em que ele assume a diocese de João Pessoa-PB, no Nordeste. E ao mesmo tempo a encíclica teve um impacto muito grande no laicato. Seguramente o maior pensador católico brasileiro leigo, que foi o Alceu Amoroso Lima,¹³ descreveu

9 Organização sem fins lucrativos, fundada por Dom Hélder Câmara em 1959. Atua de maneira articulada com as políticas públicas, para a redução da desigualdade social, a promoção e defesa de direitos e o desenvolvimento humano de jovens, adultos e famílias residentes nas comunidades empobrecidas do município do Rio de Janeiro. (Nota da IHU On-Line)

10 Dom José Vicente Távora (1910-1970): foi um bispo católico brasileiro e arcebispo da Arquidiocese de Aracaju, em Sergipe, de 1960 a 1970. (Nota da IHU On-Line)

11 Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do dia 30-09-2004, o professor Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confira, ainda, a edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-06-2007, intitulada *Paulo Freire. Pedagogia da esperança*, disponível para download em <http://migre.me/4mZdR>. (Nota da IHU On-Line)

12 Dom José Maria Pires (1919-): arcebispo emérito da Paraíba. Foi bispo de Araújo, membro da Comissão Central da CNBB e presidente da Comissão Episcopal Regional do Nordeste. Renunciou em 29 de novembro de 1995. (Nota da IHU On-Line)

13 Alceu Amoroso de Lima (1893-1983): crítico literário, professor, pensador, escritor e lí-

várias vezes o impacto que teve sobre ele a encíclica. Ele já vinha, claro, em uma posição cada vez mais avançada, acompanhando todo aquele processo do Pe. [Louis-Joseph] Lebrez,¹⁴ *Economia e Humanismo*¹⁵, de [Jacques] Maritain,¹⁶ [Emmanuel] Mounier¹⁷ - que faleceu precocemente, mas que deixou seu legado com a revista *Esprit*. O Alceu sempre dizia isto: a encíclica de João XXIII foi uma libertação para ele. E para os jovens católicos da época, como os intelectuais

der católico brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

14 Louis Joseph Lebrez (1897-1966): padre Lebrez, dominicano francês, é considerado um pioneiro do movimento teórico do desenvolvimento econômico que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial. Sua visão humanista da economia segue tendo grande atualidade até os dias de hoje. Foi capelão de pescadores e promotor de uma economia cooperativa na busca de melhorias para o mundo dos marceneiros. Em 1941 fundou o movimento Economia e Humanismo, a partir do qual, em companhia de François Perroux, construiu e ilustrou a problemática e a prática da Economia Humana, preocupada, fundamentalmente, em gerar uma nova aproximação dos estudiosos sociais à realidade, abrindo-se a uma visão global da dinâmica das sociedades e das culturas. Em 1953 integrou-se à Organização das Nações Unidas para estabelecer os Níveis de Desenvolvimento no Mundo. Em companhia de Josué de Castro, Diretor da FAO, trabalhou para estabelecer uma ação internacional, lutar contra as desigualdades e promover uma nova Ética do Desenvolvimento. (Nota da IHU On-Line)

15 *Economia e Humanismo*: movimento fundado pelo padre Louis Joseph Lebrez em 1941, a partir do qual, em companhia de François Perroux, construiu e ilustrou a problemática e a prática da Economia Humana, preocupada em gerar uma nova aproximação dos estudiosos sociais à realidade, abrindo-se a uma visão global da dinâmica das sociedades e das culturas. (Nota da IHU On-Line)

16 Jacques Maritain (1882-1973): filósofo francês. O pensamento tomista de Maritain serviu-lhe de parâmetro para a abordagem e julgamento de situações concretas como a política, a educação, a arte e a religião vigentes. Tratou também da base da gnosiologia, decidindo-se pelo realismo imediato e intuição do ser, tal como no aristotelismo e na escolástica originária. Diferenciou a filosofia e a ciência experimental, bem como as diversas ciências filosóficas. Advertiu para a diferença entre o tema da lógica e o da gnosiologia. Foi um dos principais expoentes do tomismo no século XX. Uma de suas obras principais é *Por um humanismo cristão* (São Paulo: Paulus, 1999). Sobre Maritain, confira o recém-lançado *Maritain à contre-temps: Pour une démocratie vivante* (Paris: Desclée de Brouwer, 2007), do filósofo jesuíta Paul Valadier. (Nota da IHU On-Line)

17 Emmanuel Mounier (1905-1950): filósofo francês, fundador da revista *Esprit*. Suas obras influenciaram a ideologia da democracia cristã. A edição 155 de 12-09-2005 tem como tema de capa *Emmanuel Mounier: por uma revolução personalista e comunitária*, disponível em <http://migre.me/30s2O>. (Nota da IHU On-Line)

7 Dom Hélder Câmara (1909-1999): arcebispo lembrado na história da Igreja Católica no Brasil e no mundo como um grande defensor da paz e da justiça. Foi ordenado sacerdote aos 22 anos de idade, em 1931. Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese em 12-03-1964, permanecendo neste cargo durante 20 anos. Na época em que tomou posse como arcebispo em Pernambuco, o Brasil encontrava-se em pleno domínio da ditadura militar. Paralelamente às atividades religiosas, criou projetos e organizações pastorais, destinadas a atender às comunidades do Nordeste, que viviam em situação de miséria. Dedicamos a editoria Memória da IHU On-Line número 125, de 29-11-2005, a Dom Hélder Câmara, publicando o artigo *Hélder Câmara: cartas do Concílio*. Na edição 157, de 26-09-2005, publicamos a entrevista *O Concílio, Dom Helder e a Igreja no Brasil*, realizada com Ernanne Pinheiro, que pode ser lida em <http://migre.me/KtGO>. Confira, ainda, a editoria Filme da Semana da edição 227 da IHU On-Line, 9-06-2007, que comenta o documentário *Dom Hélder Câmara - o santo rebelde*. O material pode ser acessado em <http://migre.me/KtIb>. (Nota da IHU On-Line)

8 Conjunto habitacional localizado à margem oeste do Jardim de Alá, no bairro do Leblon, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Foi inaugurada em 29 de outubro de 1955, por iniciativa de Dom Hélder Câmara, então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. (Nota da IHU On-Line)

Paulo de Tarso,¹⁸ Plínio de Arruda Sampaio,¹⁹ Alfredo Bosi,²⁰ ou militantes como o Dazinho,²¹ uma figura admirável que nós tivemos aqui em Minas. Ele foi deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão - PDC, cassado em 1964. Ele era mineiro - mineiro das minas, não das Minas Gerais - e foi presidente do Sindicato dos Mineiros. E vários outros militantes sindicais da época deram vários testemunhos dizendo que a encíclica do papa foi uma espécie de libertação: “Então nós podemos avançar! Nós podemos ousar nas lutas, nas reivindicações sociais, na perspectiva de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna. Não é mais uma questão meramente de caridade, no sentido tradicional da palavra. É uma questão de justiça, de direitos, de assegurar oportunidades”.

IHU On-Line - O senhor apontou até aqui dois conceitos-chave - a propriedade e o bem comum -, que são muito caros ao ensino social da Igreja até hoje. À luz de valores éticos e depois da recente crise econômica, como o senhor analisa o significado e a importância desses termos?

Patrus Ananias - É uma questão de mudar: direito de propriedade para direito à propriedade, ou seja, o direito de todos serem proprietários, a democrati-

18 Paulo de Tarso Venceslau: economista e membro do conselho editorial da revista do partido, *Teoria & Debate*. Já foi secretário de Finanças de duas das mais expressivas administrações petistas - as prefeituras de Campinas (gestão Jacó Bittar - 1989/92) e São José dos Campos (gestão Ângela Guadagnin - 1993/96) e ocupou uma diretoria da CMTC na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989/92). (Nota da IHU On-Line).

19 Plínio de Arruda Sampaio: ex-deputado federal (PT-SP), foi entrevistado pela IHU On-Line na edição número 70, de 11 de agosto de 2003, e na edição número 79, de 13 de outubro de 2003. Dele também publicamos um artigo na 146ª edição da IHU On-Line, de 20 de junho de 2005, e uma entrevista na 150ª edição, de 8 de agosto de 2005. (Nota da IHU On-Line)

20 Alfredo Bosi (1936): professor universitário, crítico e historiador de literatura brasileira. É um dos imortais da Academia Brasileira de Letras. Escreveu, entre outros, *Bras Cubas em três versões* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006) e *História concisa da literatura brasileira* (44ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007). (Nota da IHU On-Line)

21 José Gomes Pimenta: político brasileiro do estado de Minas Gerais. Foi eleito deputado estadual em Minas Gerais nas eleições de 1962 para a 5ª legislatura na Assembleia, atuando de fevereiro de 1963 a abril de 1964, quando foi cassado. Faleceu em 1984. (Nota da IHU On-Line).

zação efetiva da propriedade, da terra. Colocar a propriedade no campo do direito: assim como todo mundo tem direito à educação, à saúde, ao trabalho, também tem o direito à propriedade, no sentido de não ser o direito “de alguns”, mas se tornar sempre e cada vez mais um direito compartilhado, um direito de todos. Que todos possam ter a sua terra, no caso dos agricultores, que possam ter a sua casa, e a partir da casa assegurar também o direito à família, que as pessoas possam ter acesso aos instrumentos e equipamentos do seu trabalho, do seu ofício. Essa é a ideia fundamental [da encíclica], que está ligada também à função social da propriedade, no sentido de que nós devemos trabalhar para que todas as pessoas possam ter acesso a esses direitos básicos, dentre os quais se inclui o direito à propriedade. Daí a importância, da ênfase que o papa dá à questão, por exemplo, da agricultura familiar e, a partir daí, as perspectivas que se abrem em torno do cooperativismo agrícola, entre pequenos e até mesmo médios produtores, a questão do associativismo rural.

Já o bem comum é muitas vezes visto como algo abstrato, uma expressão não encarnada. A contribuição que a encíclica traz, nesse sentido, é a de dar uma dimensão muito concreta ao bem comum, exatamente nessa abordagem que busca criar as melhores condições para e um equilíbrio entre a pessoa humana - e é importante lembrar que a doutrina social da Igreja, a tradição cristã substitui o indivíduo pela pessoa, na ideia de que a pessoa é um ser aberto ao outro. A dimensão social, societária, comunitária está presente na pessoa. E Maritain e Mounier trabalham isso muito bem, a dimensão do personalismo comunitário. Quer dizer, a pessoa não se viabiliza sozinha; o ser humano é, por necessidade, por definição, um ser carente do outro, a interdependência - e a comunidade. Ou seja, nós temos que proteger, sim, a pessoa; cada pessoa tem o seu mistério - e isso é muito forte na tradição cristã. Mas é preciso também contextualizar a pessoa dentro da comunidade. E aí é importante também afirmar, e de maneira muito clara e rigorosa, os direitos comunitários.

Essa síntese foi bem colocada e mui-

to bem feita - e aí nós devemos muito ao nosso Maritain, que participou inclusive do processo - na Declaração Universal dos Direitos Humanos, esse encontro entre os direitos individuais e os direitos sociais. E a encíclica reafirma isso. É interessante que, logo depois, a *Pacem in Terris* não só reafirma os princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como também coloca novos direitos, que já estão anunciados na *Mater et Magistra*.

IHU On-Line - Nessa encíclica, Papa João XXIII nos propõe um “método” para a concretização dos “princípios e as diretrizes sociais”: ver, julgar e agir (n. 235). Qual o significado mais profundo dessa tríade? Como esse método nos é útil hoje, em nossa realidade social?

Patrus Ananias - Na verdade, o papa também estava acolhendo já experiências práticas. A encíclica quebra um pouco a “abstração” que acompanhou às vezes alguns documentos da Igreja. Nesse sentido, a encíclica avança muito nessa perspectiva de uma maior concretude, uma maior relação com a vida, com o concreto, com o “aqui e agora”, que traduz muito a própria existência dele, de origem humilde, filho de camponeses, a experiência dele em situações adversas - por exemplo: ter sido núncio em um país como a Turquia, onde a tradição cristã católica é minoria, depois como núncio em um país católico, mas com um pensamento mais alargado como a França, sua experiência como cardeal em Veneza. Então, ele é um homem que tem muitas experiências concretas da existência humana em diferentes frentes.

A rigor, o método “ver, julgar e agir”, salvo melhor juízo, já estava posto, por exemplo, na pedagogia do Pe. Lebreton, da *Economia e Humanismo*, nos trabalhos que ele desenvolvia, inclusive no Brasil, nos anos 1950, nos países pobres, tentando viabilizar projetos de desenvolvimento à luz dos princípios e valores do Evangelho, da tradição cristã, mas em uma perspectiva dialogante com as novas fontes do pensamento, inclusive com o marxismo. Por exemplo, no livrinho do Pe. Lebreton, precioso, chamado *Princípios para a Ação*. Assim como em Mounier, na tradição da *Esprit*, na sua militância

muito encarnada. Então, é interessante que o papa não é “de cima para baixo”: é também “de baixo para cima”. Quer dizer, ele acolhe essas ideias, esses princípios, esses movimentos emergentes da base da Igreja e também de outras experiências além da Igreja, e é isso que faz a força da encíclica.

Eu, particularmente, considero esse método “ver, julgar e agir” como algo de muita sabedoria. Tanto que hoje, nas comunidades eclesiais de base, nos grupos de fé e política, a gente trabalha muito isso, porque se sai de um certo nível de abstração. O primeiro passo é conhecer a realidade. Para conhecer a realidade, nós precisamos buscar instrumentos efetivos. Vou dar um exemplo: na análise da realidade, o marxismo trouxe uma contribuição muito importante. Nós podemos recusar a abordagem materialista, a visão da revolução, a visão meio messiânica da própria classe operária, um certo idealismo que está no horizonte histórico de superação do Estado. Mas a leitura da realidade é muito rica e contribui muito, no sentido de mostrar que a pobreza, a miséria não é vontade de Deus: decorre das organizações sociais e econômicas. E o econômico tem uma grande influência na sociedade. Quem detém a propriedade dos meios de produção, quem detém o poder econômico, quem tem o dinheiro tem uma grande capacidade de influenciar, através dos meios de comunicação, tudo aquilo que Marx chamou de “ideologia dominante”.

Eu participei, há muito anos, de um debate. Eu era candidato, disputando um mandato com outros candidatos católicos. Aí um destes disse o seguinte: “Não, eu não preciso de nada de marxismo. A mim basta o Evangelho”. Na minha hora, eu falei assim: “Olha, gente, o Evangelho é fundamental como princípio, diretriz de vida, conteúdo ético. Agora, vocês já imaginaram se um médico for fazer uma operação e disser assim: ‘Eu não preciso conhecer a medicina. Eu vou operar com base no Evangelho’. Ou se um engenheiro for construir uma ponte, uma estrada, fazer um projeto de construção e disser: ‘Não, eu não preciso de matemática, dos cálculos. Eu vou construir com base no Evangelho’. Não é possível. Quem quer fazer política, agir, intervir na realidade tem

que conhecer e estudar história, economia, sociologia”. Hoje, quem quer trabalhar com dinâmica de grupos, por exemplo, tem que incorporar a psicanálise, tem que incorporar outras leituras, inclusive fora da tradição cristã. E duas leituras são fundamentais para o mundo moderno, como ponto de partida: a leitura da psicanálise, a partir de Freud, e o marxismo.

Então, nesse sentido, essa dimensão do “ver, julgar e agir” diz o seguinte: “Olha, a fé é muito boa. Tem que ter fé. Agora, tem que trabalhar a realidade a partir de uma dimensão - eu diria - materialista”, no melhor sentido da palavra. Porque a Igreja, como o mundo ocidental, está um pouco entre

“A Mater et Magistra é uma encíclica afirmativa, propositiva, anunciadora, mas sem o ranço das condenações. Ela estabelece linhas divisórias, mas em uma linha absolutamente ecumênica e dialogante”

duas grandes tradições: a dimensão aristotélica e a dimensão platônica. A dimensão aristotélica é do “ver, julgar e agir”, começa de baixo para cima. Para escrever a *A Política*, Aristóteles leu tudo o que tinha na época dele sobre política. A outra dimensão, também esplêndida, bonita, é de Platão, de cima para baixo. Essa dimensão aristotélica, que passa por São Tomás [de Aquino] e chega aos nossos dias, me parece a mais sábia, que é trabalhar a realidade considerando esta também em si mesma, inclusive nos seus conflitos e nas suas contradições.

IHU On-Line - Algumas economias “alternativas” propõem conceitos como “dom” ou “comunhão” como bases

de suas teorias. À luz do ensino social da Igreja, quais os fundamentos de uma economia eticamente justa, como pede João XXIII na *Mater et Magistra*?

Patrus Ananias - Nós vivemos hoje em um momento histórico rico, mas também que nos interpela profundamente. Temos dois desafios no mundo hoje que às vezes são contraditórios. Nós temos o desafio da pobreza, que em alguns casos resvala para a miséria extrema, a fome, as mortes precoces, com 1 bilhão de pessoas na face da terra vivendo em condições sub-humanas. Então, nós temos que incluir essas pessoas, garantir a elas o acesso aos bens e serviços básicos da vida, ter equipamentos básicos em casa que constituem, hoje, um mínimo de dignidade pessoal e familiar. Este é um desafio: incluir 1 bilhão de pessoas. Isso implica aumentar a produção agrícola, industrial. Não estou falando do consumismo, não: estou falando de incluir 1 bilhão de excluídos, que têm direito aos bens e serviços básicos.

Por outro lado, nós sabemos que os recursos estão se limitando. Aí se coloca o outro grande desafio que é a questão ambiental: como garantir a inclusão desse 1 bilhão e ao mesmo tempo preservar o planeta, os recursos naturais, os recursos hídricos, a qualidade de vida, o ar que nós respiramos, a biodiversidade, o compromisso com as gerações futuras? Esse é um grande desafio. Não precisa ser profeta para olhar para frente e ver que a produção - como está posta hoje, a produção da grande indústria - não vai dar certo. Claro que nós precisamos dela hoje. Nós precisamos fazer um pacto hoje, sim, com o sistema industrial, exatamente porque está vindo daí a produção básica. O sistema estatizante, no sentido mais radical, no modelo da União Soviética, não foi positivo.

Então, qual o caminho alternativo? Exatamente, o caminho da economia solidária, do cooperativismo, do associativismo, de pequenos e médios empreendimentos, com empreendedores formados com uma nova concepção, com uma nova abordagem de responsabilidade social e ambiental. Isso tem que ser muito estimulado, discutido, ouvido. Agora, é claro que, no curto prazo, essas experiências não garan-

tem o atendimento às necessidades básicas. Daí então esse período de transição, em que nós temos que conviver com a propriedade estatal, sim - em alguns casos, o Estado tem a responsabilidade de assumir, e aí é importante discutir, dentro da propriedade estatal, das empresas estatais e públicas, a questão da participação popular, da democracia interna, do controle social, do compromisso dessas empresas com os trabalhadores, com os pobres e com a questão ambiental. Vamos ter que conviver com a economia de mercado e com a empresa privada grande também, e aí a discussão é esta: quais os limites? E a responsabilidade social, o respeito às leis trabalhistas, previdenciárias, tributárias, ambientais? E, ao mesmo tempo, estimular e empoderar ao máximo essas novas experiências que estão emergindo.

A encíclica colocou muito essa perspectiva. Na ênfase que ela dá à agricultura familiar, à questão do associativismo, à própria questão da socialização - que é uma ideia tão forte e inovadora da encíclica -, está embutida essa ideia de criar espaços novos, possibilitadores, anunciadores, de produção também, mas de produção adequada a novas exigências que se colocam. Aí existe uma discussão muito grande, pois nós vivemos em uma sociedade capitalista, e não está posto, no curto prazo, o fim do capitalismo. Eu estou entre aqueles que defende e sobretudo trabalha para a superação do capitalismo, na perspectiva de um socialismo plural, democrático, libertário, diversificado. Mas sabemos que, nessa questão da produção e de atender necessidades, que eu mencionei aqui, vamos ter um longo período de transição.

Aí vem uma pergunta delicada que eu tenho discutido muito com as pessoas que participam desses movimentos, com quem eu tenho uma interlocução permanente. Eu sinto que em alguns casos, por exemplo, há um certo medo de crescer. “Como é que faz? Se a gente cresce, a gente fica capitalista. Se a gente não cresce, a gente vai ser atropelado, não consolida espaços, nem mercados”. Então, há uma discussão aí sobre como disputar, mantendo o espírito crítico, no contexto de uma

sociedade capitalista, que a gente quer superar. Esse é um desafio que vamos ter que trabalhar.

IHU On-Line - Da publicação da *Mater et Magistra*, chegamos recentemente à encíclica *Caritas in Veritate*, de Bento XVI, que também aborda a questão social. Que aspectos foram corrigidos, aprofundados e ultrapassados no ensino social da Igreja desde então? Que outras questões ainda merecem uma atenção maior, diante da contemporaneidade?

Patrus Ananias - Houve alguns avanços: a questão de colocar a justiça social

“A encíclica avançou muito quando o papa usou uma expressão que, na época, causou muita surpresa: socialização. Palavra que aponta para uma sociedade em que a dimensão comunitária tem um peso forte”

também do ponto de vista das relações internacionais. E aí três encíclicas trabalhavam isso de uma forma muito vigorosa, desdobrando a *Mater et Magistra* nessa questão internacional (a semente está nela): a *Pacem in Terris*; a *Populorum Progressio*, sobre o desenvolvimento dos povos, de Paulo VI; e a *Sollicitudo Rei Socialis*²², que inclusive é comemorativa dos 20 anos da *Populorum Progressio*²³. João Paulo II também inova quando ele fala da função social da propriedade

e do lucro. Ou seja, tem que ter o lucro. Agora, qual o limite? Você pode respeitar o direito de propriedade, o direitos dos empresários, o direito da empresa, digamos. Agora, quais os limites em relação ao bem comum? Quais os limites do ponto de vista da responsabilidade social, do retorno ao país, da responsabilidade ambiental, do compromisso com a comunidade?

A outra dimensão, também, interessante e inovadora em João Paulo II - se não me falha a memória está também na *Sollicitudo Rei Socialis* - é a questão ambiental. É integrar a questão social com esse outro grandíssimo desafio que existe hoje no mundo que é garantir também a vida para os meninos e meninas de amanhã, para as futuras gerações. Um grande avanço também é a *Laborem Exercens*,²⁴ sobre a dignidade do trabalho. Foi uma coisa fantástica. Ele desempata o jogo sobre a questão da relação harmônica, do equilíbrio entre capital e trabalho. Ele diz: “Não, o trabalho prevalece sobre o capital. O trabalho é inerente à condição humana, ao ser humano. É constitutivo do ser humano e da comunidade. E não o dinheiro”. Eu achei isso admirável. Precisamos aprofundar isso aí. Nas relações capital/trabalho, a prevalência é do trabalho e do trabalhador.

Agora, quais são os desafios? Eu acho que a reflexão tem que ser aprofundada em um nível cada vez mais prático. Os princípios são fundamentais. E, nesse sentido, a tradição cristã e o ensino social da Igreja têm um acúmulo admirável. Mas, cada vez mais, nós precisamos avançar no sentido que a *Mater et Magistra* colocou, ou seja, trazer os princípios para a realidade, para a vida. E aí temos que trabalhar uma coisa delicada para nós, cristãos, que são as contradições, os conflitos. Na *Centesimus Annus*²⁵ - também se não me falha a memória -, João Paulo II trabalha essa questão do conflito

22 *Sollicitudo Rei Socialis*: encíclica de João Paulo II publicada no dia 30 de dezembro de 1987 e escrita por ocasião do 20º aniversário da encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI. Disponível em <http://migre.me/4mYOD>. (Nota da IHU On-Line)

23 *Populorum Progressio*: encíclica do papa Paulo VI, intitulada *O desenvolvimento dos povos*, emitida na páscoa de 1967. Ela teve uma grande repercussão no mundo, especialmente, na América Latina. (Nota da IHU On-Line)

24 *Laborem Exercens*: Encíclica publicada pelo Papa João Paulo II “sobre o Trabalho Humano no 90º aniversário da *Rerum Novarum*” em 14 de setembro de 1981, disponível em <http://migre.me/4mZAN>. (Nota da IHU On-Line)

25 *Centesimus Annus*: Encíclica publicada pelo Papa João Paulo II no centenário da *Rerum Novarum* em 1º de maio de 1991, disponível em <http://migre.me/4mZEm>. (Nota da IHU On-Line)

to. Eu achei isso admirável. Ele não aceita - como é muito difícil o ensino da Igreja aceitar - a questão da luta de classes, mas admite o conflito que nós vivemos, a sociedade conflitiva: que há conflito de interesses, de concepções de mundo, de projetos, de leituras do mundo e da vida. Aceitar que nós vivemos em uma sociedade conflitiva, e que o conflito, em si, é bom, desde que ele seja processado por vias adequadas, desde que ele encontre canais éticos, democráticos, em que eles possam ser expressados de maneira boa, correta, positiva.

E também as contradições: não há uma solução perfeita. Às vezes, nós trabalhamos um pouco com a ideia de que queremos o Reino dos Céus - como os marxistas querem a sociedade sem classes. Não sendo possível, “é uma pena, mas eu vou ficar com a minha concepção”. Então, como construir nas contradições da história o caminho das nossas utopias, dos nossos desejos mais profundos, dos nossos ideais - que, no limite, é a manifestação do Reino na Terra. Como São Paulo fala: o reino de paz, justiça e alegria. Agora, como construir isso? Isso implica em mediações, em concessões. Aí eu acho que seria importante que a Igreja aprofundasse, por exemplo, a questão política, da filosofia política. Maritain avançou bem nisso, a ideia do mal menor. Na maioria das vezes, não é questão de escolher entre o melhor e o ótimo: muitas vezes a gente escolhe entre o ruim e o péssimo, o ruim e o regular, o regular e o positivo bem atrasadinho. Nós que temos um sonho mais alargado, que sonhamos muito - sobretudo a minha geração dos anos 1960 e 1970 -, sabemos hoje que a história avança, mas avança devagar. Então, quais mediações são razoáveis? A ética é fundamental. Aprofundar a questão da ética: na política, nos negócios, na Igreja, nas relações humanas, no dia a dia, na sociedade. Mas, por outro lado, não podemos cair em um certo moralismo. A ética não é isto ou aquilo. Às vezes, é preciso fazer escolhas que são sofridas, que são limitadas. Eu sinto às vezes que ficamos entre o bom e o ótimo. Queremos o ótimo: não sendo possível, a gente fica um pouco dispensado de dar conta e de ter que processar os conflitos, os li-

mites, as contradições, as mediações, as concessões que temos que fazer, para tentar avançar o sofrido e pesado bonde da história.

E também uma certa humildade de reconhecer que nós aprendemos com os outros. A tradição cristã tem uma verdade esplêndida, que é o Cristo, mas também nós não temos uma chave da compreensão da realidade. É preciso reconhecer que não fomos nós que descobrimos o porquê da pobreza, não fomos nós que abrimos a chave do inconsciente humano. Então também uma humildade maior para acolher o que vem de fora.

IHU On-Line - Em 2011, completamos os 130 anos de nascimento de João XXIII. Qual a sua opinião sobre a importância do “Papa bom” no contexto histórico do seu papado, mas também hoje, passado meio século do seu pontificado?

Patrus Ananias - João XXIII, para mim, é uma figura de referência, é “santo da minha cabeceira”. O primeiro contato que eu tive com ele foi na minha infância - a *Mater et Magistra* surgiu quando eu tinha nove anos; na convocação do Concílio, em 1962, eu tinha 10 anos -, e o meu interesse vem desde aí. A minha formação cristã e o fato de eu ter mantido minha fidelidade a essa formação tem muito a ver com isso. Eu o achava um papa muito simpático, gostava de ler nos jornais as notícias sobre ele. E já na minha infância comecei a ler as encíclicas, tudo o que era relacionado com ele. E depois, ao longo da minha vida, só fez crescer, na medida em que eu fui conhecendo mais sobre ele. A Hannah Arendt²⁶ tem

²⁶ Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas. 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível

um livro chamado *Homens em Tempo de Crise*, em que ela fala de personalidades, dentre elas João XXIII. E ela chamou a atenção do mundo, porque muita gente não sabia quem era João XXIII - o próprio Alceu Amoroso Lima achava que ele era um papa de transição para poder resolver aquele momento da Igreja. E ela intuiu o que ele ia fazer, escrevendo um texto belíssimo que dizia: “Olha, a Igreja escolheu um papa que leva Jesus Cristo a sério”. Ela tinha lido o diário dele e falou que era uma obra cansativa, e de fato é mesmo: é uma repetição permanente, é difícil de ler. Agora, ali tem uma coisa fantástica: ele fica o tempo todo escrevendo sobre Jesus. Ele quer ser parecido com Ele.

Acho que ele é um homem iluminado. Eu o coloco no campo de pessoas como Gandhi, pessoas que uniram - eu acho isso muito bonito - a sua dimensão teórica à sua dimensão prática. Na medida em que ia percebendo e entendendo teoricamente, João XXIII ia pondo a sua vida também em sintonia com as compreensões que ia dando. E ele termina o seu diário também de uma forma muito bonita. Em uma das últimas páginas, quando está falando sobre o Concílio, ele diz: “Estou vivendo momentos e fazendo coisas que eu jamais pensei fazer. Mas é ação do Espírito”. Era um homem também que se deixava guiar pelo Espírito. Ele não tinha verdades definidas, dogmáticas, estabelecidas. A verdade fundamental para ele era o Cristo. Um bispo me contou uma vez que, no Concílio, um bispo mais conservador, desesperado, chegou perto dele e falou: “Santidade, nós estamos mudando o Evangelho?”. Ele falou: “Não, meu filho, o Evangelho ninguém muda, não. É permanente. Nós estamos mudando é a nossa leitura sobre ele”.

para download em <http://migre.me/4mZl6> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política*. Hannah Arendt 1906-1975, disponível para download em <http://migre.me/4mZls>. Nas Notícias do Dia de 01-12-2006 você confere a entrevista *Um pensamento e uma presença provocativos*, concedida com exclusividade por Michelle Irène Brudny em 01-12-2006, disponível para download em <http://migre.me/4mZJ2>. (Nota da IHU On-Line)

Os “bens comuns” são centrais à realização do Bem Comum

Ar, água, solo, saúde, conhecimento, segurança, trabalho, memória etc.: os “bens comuns” são o principal instrumento do ser e do viver juntos. E são centrais à realização do Bem Comum, representado pela existência do outro, defende o economista e cientista político italiano Riccardo Petrella

POR MOISÉS SBARDELOTTO | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Vive-se hoje em uma dupla cultura socioeconômica: a cultura da conquista e do domínio, pela qual o mundo tem sido reduzido a uma série de mercados a conquistar, e a cultura do instrumento, para a qual o que conta não é a pessoa humana, mas sim a eficácia e o rendimento do objeto-mercadoria e do sistema. Por isso, “a economia atual é a negação do viver juntos. É um abuso de sentido utilizar o conceito de ‘economia’ para falar do sistema predatório atual”.

Em entrevista à **IHU On-Line** por e-mail, o economista e cientista político italiano Riccardo Petrella afirma que, nesse contexto, é necessário reafirmar o valor do “Bem Comum”, aquele “conjunto dos princípios; das regras; das instituições; e dos meios que uma sociedade se dá para permitir que todos os seus membros vivam digna e decentemente e que contribuam ao viver juntos no respeito às diversidades de cada um e em cooperação com as outras comunidades humanas”.

Riccardo Petrella nasceu na Itália e hoje vive na Bélgica. É economista e cientista político, doutor em ciências políticas pela Universidade de Florença. Já esteve diversas vezes no Brasil, inclusive na Unisinos por duas vezes, a convite do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Com diversos doutorados honoris causa, é professor emérito da Université Catholique de Louvain. Em 1991, fundou o Grupo de Lisboa, composto por membros universitários, empresários, jornalistas e agentes culturais para promover análises críticas das formas atuais da mundialização. Em 1997, fundou o Comitê Internacional para um Contrato Mundial da Água e, a partir de 2003, iniciou a Université du Bien Commun, que atua de modo experimental na Itália (Faculdade da Água) e na Bélgica (Faculdade da Alteridade). É autor do capítulo *A urgência de um contrato social mundial face aos desafios da mundialização atual: para além das lógicas bélicas*, do livro *O Ensino Social da Igreja e a Globalização* (Ed. Unisinos, 2002), resultante do Simpósio Internacional homônimo realizado pelo IHU em 2001, e do capítulo *A água. O desafio do bem comum*, do livro *Água: Bem Público Universal* (Ed. Unisinos, 2004), decorrente do Simpósio Internacional homônimo promovido pelo IHU em 2004. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em 2011 ocorre o 50º aniversário de um dos documentos oficiais da Igreja sobre questões sociais, a encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII. Qual era a situação política, econômica e social do mundo que o papa procurou enfrentar com este texto, em particular naquele momento histórico?

Riccardo Petrella - O final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 era um período caracterizado por grandes tensões internacionais ligadas à Guerra Fria entre os dois impérios hegemô-

nicos mundiais (Estados Unidos e União Soviética). Os velhos impérios coloniais europeus estavam, então, no final de seus dias após as lutas de libertação nacional. Havia nascido dezenas de novos Estados na África e na Ásia. Eram grandes as esperanças numa nova ordem internacional, embora estivessem “engaioladas” na divisão Leste-Oeste (capitalismo/comunismo). O Oriente Médio estava sempre em foco: como hoje, os direitos do povo palestino eram inteiramente negados. Seis países europeus haviam dado nascimento

a uma pequena “Comunidade Europeia” sob a insígnia da integração econômica e dos mercados. Era também o período das grandes greves operárias e das lutas camponesas, principalmente nos países da América Latina. Na Europa, a questão social era muito forte, porque os grupos econômicos e sociais dominantes procuravam tirar o máximo de vantagem dos benefícios do “crescimento econômico” sempre mais selvagem. No Ocidente começara a grande revolução tranquila de superação da velha cultura religiosa

conservadora e da busca de um catolicismo aberto ao mundo. Os povos de confissão muçulmana continuavam “fechados” nos seus “territórios”. O vento mundial soprava em direção à mudança, em favor de novas ideias e novas soluções.

IHU On-Line - De que forma conceitos como justiça, equidade, subsidiaridade e bem comum, tão usados na encíclica, podem dialogar com a economia contemporânea?

Riccardo Petrella - A economia contemporânea é uma economia fundada sobre três poderes: o primado do capital financeiro; o papel hegemônico das empresas privadas; e o poder do mercado.

Segundo os princípios e os objetivos hoje predominantes, o valor de cada coisa (*res*) material e imaterial, natural e artificial, é mensurado em função de sua contribuição à criação de riqueza para o capital, em particular o financeiro. Um “recurso humano”, uma floresta, um gene, um algoritmo que não contribui criando valor para o capital não vale nada. Ao contrário, seu valor é elevado se a riqueza por eles criada para o capital for elevada. Não é por acaso que, a partir dos anos 1990, os grupos dominantes impuseram a “monetização da natureza” (das florestas, do capital biótico, da água...) como principal instrumento de uma política de desenvolvimento sustentável, o que constitui uma das maiores mistificações ideológicas, científicas e políticas realizadas nas últimas décadas. Portanto, criar valor para o capital é considerado hoje, pela economia contemporânea, a principal função da criatividade individual e coletiva.

Nesse contexto, é opinião difundida que o principal sujeito de criação da riqueza é a empresa privada. A essa se atribui o papel de “produtora” de bem-estar, de progresso, de inovação, um papel que é, ao invés, negado ao Estado, aos poderes públicos, às instituições/empresas públicas, acusadas de serem organismos parasitários, ineficazes, desperdiçadoras de riqueza. Pensa-se que a empresa privada possui os saberes, as competências, o *know-how* necessário para assegurar

o desenvolvimento e o crescimento econômico. Pensa-se, outrossim, que a empresa privada, o capital privado, possui os recursos financeiros necessários para investir na criação dos bens e dos serviços indispensáveis e insubstituíveis para a vida. Ao Estado, ao qual os grupos sociais dominantes de hoje dispensariam com prazer, confere-se somente o papel de enquadramento geral, sobretudo com o fim de garantir o livre operar do capital, da empresa e dos mercados. A exaltação da empresa privada alcançou nos últimos anos níveis paroxísticos, a ponto de fazer dizer a muitos governos que sua função é aquela de serem *pro-business*.

Tudo isso, no “sagrado” respeito do mercado e dos seus mecanismos, sendo o mercado elevado a sujeito

“A economia contemporânea é uma economia fundada sobre três poderes: o primado do capital financeiro; o papel hegemônico das empresas privadas; e o poder do mercado”

regulador supremo, indiscutível, do funcionamento da economia e da sociedade. Não há vida, não há salvação, dizem os grupos dominantes, fora do mercado. Recentemente, uma grande figura da socialdemocracia mundial, Felipe Gonzáles, afirmou que “não há democracia sem mercado”. Quando o mercado fala, os poderes públicos - afirma-se - devem ficar calados e respeitar as palavras do mercado. São os mercados financeiros e não os ministros das finanças que decidem sobre a política monetária e a política financeira do mundo. O mercado é considerado o instrumento mais apropriado e eficaz para assegurar a valorização ideal máxima dos recursos disponíveis e do intercâmbio dos bens e serviços.

À luz de tudo o que foi dito acima, é evidente que a *economia contemporânea se conjuga mal com os princípios de justiça e de subsidiaridade e opera de maneira totalmente oposta à construção e ao desenvolvimento do bem comum*.

Onde está, hoje - exceção feita para o caso de alguns países da América Latina -, a busca da justiça social, quando a tendência estrutural, imposta pela economia dominante, vai no sentido do dismantelamento geral do Estado do bem-estar, do Estado social, do Estado da segurança social, que foi uma das maiores conquistas humanas e sociais do século XX?

Onde está a justiça social quando, a partir de 1995, os poderes fortes da economia mundial e da comunidade internacional decidiram abandonar o objetivo fixado em 1974 pela erradicação da pobreza absoluta no mundo até o ano 2000, para contentar-se com aquele da redução/redimensionamento da pobreza em 2015, após ter admitido que a economia contemporânea permitira que o número dos pobres absolutos se elevasse, no ano 2000, a 2 bilhões e 800 milhões de pessoas em vez de zero? E como se pode falar de justiça social nos Estados Unidos e na Europa, quando, em 2010, a riqueza produzida pelos dois continentes superou os 40 trilhões de dólares, enquanto os dirigentes afirmam que não existem os recursos financeiros públicos para garantir os níveis de segurança e de proteção social do passado (quando os ditos continentes eram menos ricos do que agora!), enquanto é possível distribuir centenas de bilhões de dólares em dividendos, bônus e prêmios variados a qualquer milhar de empresários?

A realidade demonstra que os países mais ricos e poderosos do mundo, bem como os grupos sociais mais ricos dos países pobres, são incapazes de pensar e de praticar a justiça social. O que lhes interessa é o próprio crescimento econômico, a própria competitividade, a própria riqueza.

Os três poderes sobre os quais está fundada a economia contemporânea têm “feito vencer” o capital, a empresa e o mercado, mas têm “feito perder” a sociedade. A prioridade confe-

rida aos ditos poderes tem conduzido à afirmação de uma dupla cultura: 1) *a cultura da conquista e do domínio*. O mundo tem sido reduzido a uma série de mercados a conquistar. O que importa é vencer. *Winning in the global economy* (vencer na economia global) foi o título emblemático de um relatório do Conselho das Ciências do Canadá, de 1963. Desde então, a economia global se tingiu um pouquinho de verde (a *Green economy*), mas o princípio permanece o mesmo: vencer; 2) *a cultura do instrumento*. O que conta não é a pessoa humana, o viver juntos, mas sim a eficácia e o rendimento do objeto-mercadoria (o automóvel, o programa televisivo, o computador...) e do sistema (os mercados financeiros, as redes da Web...). A pessoa humana se tornou um “recurso”, como o são os recursos naturais, os recursos tecnológicos, os capitais especulativos... Nesse sentido, o recurso, também humano, tem sido reduzido a um *custo* e a uma *oportunidade* de lucro a desfrutar.

IHU On-Line - A Doutrina Social da Igreja tem sua definição de “bem comum”, manifestado também na *Mater et Magistra*. Mas, para o senhor, o que é o bem comum?

Riccardo Petrella - O “Bem Comum”, como confirmado pela experiência histórica, é o conjunto dos princípios (por exemplo, a igualdade entre todos os seres humanos com respeito ao direito à vida...); das regras (a democracia representativa fundada sobre o sufrágio universal...); das instituições (os parlamentos, as municipalidades, a magistratura, as escolas...) e dos meios (o sistema fiscal, por exemplo, a memória, os símbolos...) que uma sociedade se dá para permitir que todos os seus membros vivam digna e decentemente e que contribuam ao viver juntos no respeito às diversidades de cada um e em cooperação com as outras comunidades humanas.

Centrais à concreta realização do Bem Comum são os “bens comuns”, isto é, aqueles bens (e os serviços conexos) que são essenciais e insubstituíveis à vida e ao viver juntos, como o ar, a água, o solo, a saúde, o conhecimento, a segurança, a informação,

o trabalho, a memória... Nesse sentido, os “bens comuns” fazem parte do campo dos direitos humanos e sociais, individuais e coletivos, e são, por definição, públicos e universais. Existem “bens comuns” privados, isto é, relativos a um sujeito específico, como uma cooperativa, uma cidade, uma congregação religiosa, um clube de futebol. Vale o mesmo para os bens comuns “locais”, ligados a uma coletividade territorial específica (uma região, um Estado, um continente...). Esses bens não possuem, no entanto, a qualidade de serem essenciais e insubstituíveis para a vida e para o viver juntos em geral.

Os bens comuns são o principal instrumento do ser e do viver juntos. Não pertencem ao campo das escolhas

“Criar valor para o capital é considerado hoje, pela economia contemporânea, a principal função da criatividade individual e coletiva”

individuais e/ou coletivas. Eles são inerentes ao existir e ao viver juntos. Nesse sentido, o bem comum fundamental é representado pela existência do outro. O outro não é somente o outro humano, embora o outro humano seja aquilo que tem mais valor estruturante com respeito à socialidade dos seres humanos. O outro é também o mundo não humano (por outro lado, sempre mais “*man made*”). Por isso é possível, há alguns anos, falar de “sustentabilidade global” da vida. A sustentabilidade implica a centralidade irrenunciável das relações de alteridade (entre humanos e humanos, e entre humanos e a natureza).

O objeto do Bem Comum é a riqueza (a vida) coletiva (o viver juntos). Hoje estamos na obrigação de (re)construir o (pouco de) bem comum que o Estado

social, o *welfare*, havia prometido e desenvolvido.

Para tal fim é necessário (re)construir a economia, isto é, o ‘oikos nomos’ que em grego significa as “regras da casa”. O desmantelamento da “*res publica*” destruiu a economia. A economia atual é a negação do viver juntos. É um abuso de sentido utilizar o conceito de “economia” para falar do sistema predatório atual.

IHU On-Line - Diz o pontífice: “A confiança recíproca entre os homens e os Estados só pode nascer e consolidar-se através do reconhecimento e do respeito pela ordem moral. A ordem moral não pode existir sem Deus” (n.206-207). De que modo essa ordem moral pode ser experimentada e concretizada na atual situação socioeconômica? É possível?

Riccardo Petrella - A ordem moral atual é intrinsecamente utilitarista, materialista, oportunista, individualista, elitista, excludente, violenta. Na atual situação socioeconômica, a chamada “responsabilidade social da empresa”, a “ética do business” ou a tese sobre o “consumidor responsável” são principalmente fumaça nos olhos. Certamente, podem-se encontrar aqui e lá exemplos de empresas, principalmente pequenas e médias, cujos dirigentes procuram “respeitar” alguns princípios humanos e sociais. Trata-se, porém, de fenômenos limitados: é o caso dos operadores ativos no “comércio equânime”, no “banco ético”, nas “finanças sociais”, na “empresa social”.

IHU On-Line - Como o senhor vê a relação entre trabalho, remuneração e economia? Como adequar - como o propõe João XXIII - o “desenvolvimento econômico” e o “progresso social”?

Riccardo Petrella - Reconstruir a economia, reafirmar o direito à vida para todos, repromover o viver juntos, passa, a meu ver, por meio de uma nova fase de construção da “sociedade dos bens comuns”, uma sociedade tanto em nível “local” como “mundial”, fundada sobre o reconhecimento do outro como condição da nossa própria exis-

tência e sobre a promoção da riqueza coletiva, no respeito dos direitos/deveres das gerações futuras.

Entre os principais passos a serem cumpridos, parece-me que devem figurar: o reconhecimento da água, do ar, das florestas, do sol, do conhecimento, da saúde e do trabalho como bens comuns públicos e mundiais; e a definição e realização de uma nova arquitetura financeira (reinventar as finanças e o sistema fiscal público) e política (em particular, a afirmação da humanidade como sujeito jurídico e político. Passar da Organização das Nações Unidas - ONU à Organização Mundial da Humanidade - OMU).

Nesse contexto, o trabalho deve ser redefinido como uma função social, como um processo de concepção e de criação, acima de tudo, da riqueza coletiva, dos bens comuns, da segurança e melhoria do viver juntos e, depois, de maneira complementar, como um processo de criação de riqueza individual. Até que o trabalho seja, junto aos princípios humanos e sociais de base, o fundamento concreto das “regras da casa”, a economia, o acesso ao trabalho deve fazer parte integral dos direitos humanos e sobre isso deve ser construído o sistema de promoção e redistribuição da riqueza comum. Os princípios que hoje governam o trabalho são de todo contrários à justiça social e ao viver juntos. Consequentemente, também a renda representa na economia atual uma deformação estrutural daquele que deveria ser o conceito de “remuneração” justa e apropriada da contribuição do trabalho à criação dos bens comuns e do Bem Comum. As atuais desigualdades de renda, sempre maiores, entre os seres humanos e os países representam uma violência sistemática perpetrada, deliberadamente, em confronto com os direitos à vida para todos. Eles constituem uma declaração de guerra contra o viver juntos. Hoje a riqueza é produzida para fazer crescer o valor do capital privado e é redistribuída principalmente a favor dos rendimentos do capital, em detrimento dos rendimentos do trabalho. É urgente reestruturar o sistema fiscal que, atual-

mente, favorece a evasão fiscal, a ilegalidade e as classes ricas, penalizando as classes pobres e o trabalho honesto e regular. O sistema fiscal progressivo e redistributivo deverá ser redefinido em níveis nacional, internacional e mundial.

IHU On-Line - Outro conceito analisado pelo papa é a “propriedade”. Como o senhor percebe a diferença entre propriedade pública e propriedade privada? Como podemos entender estes conceitos à luz do clima econômico atual?

Riccardo Petrella - Como foi assinalado acima, a distinção basilar se refere aos bens públicos (e serviços conexos)

“A realidade demonstra que os países mais ricos e poderosos do mundo e os grupos sociais mais ricos dos países pobres são incapazes de pensar e de praticar a justiça social”

e aos bens privados. Os primeiros têm como destinação final a de permitir e garantir o direito à vida para todos e o viver juntos. Não podem, portanto, ser objeto de apropriação privada nem ser submetidos aos mecanismos de mercado. Eles fazem parte da responsabilidade da coletividade e devem ser financiados, governados e geridos por organismos públicos, fundados sobre a real e efetiva participação dos cidadãos nas decisões.

Sua indisponibilidade à apropriação privada e ao mercado os torna livres da submissão à lógica do rendimento financeiro, isto é, à criação de valor para o capital privado. Para os bens comuns públicos, a medida do seu valor é dada pela contribuição que eles aportam à criação das condições necessárias e suficientes para permitir a

todos terem acesso a uma vida decente e digna. O governo dos bens comuns públicos é, por definição, objeto de uma forte cooperação e solidariedade entre os povos e as comunidades humanas. Quanto mais os bens comuns públicos forem reconhecidos e o forem por todos, menos as causas de conflitos e de guerras entre grupos sociais, coletividades territoriais e Estados terão razão de existir.

A apropriação privada dos bens essenciais e insubstituíveis para a vida e o viver juntos é fonte de conflitos, de violências e de guerras. Não há paz entre os povos se ditos bens podem ser apropriados por uns em detrimento dos outros. A economia de justiça, a economia justa, passa através dos bens comuns públicos. Os processos atuais de privatização de quase todos os bens da Terra e dos seres humanos têm conduzido à mercantilização generalizada da vida. A mercantilização da água, em particular, é totalmente inaceitável. Ela significa a dessacralização da vida.

IHU On-Line - Diversas são as encíclicas que falam da questão social: *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931), *Mater et Magistra* (1961), *Populorum Progressio* (1967), *Octagesima Adveniens* (1971), *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987), *Centesimus Annus* (1991), *Caritas in Veritate* (2009). Como o senhor avalia os principais pontos defendidos pela Doutrina Social da Igreja? Seus fundamentos econômicos são discutíveis?

Riccardo Petrella - A meu ver, a Igreja jamais deveria ter aceito e jamais deveria aceitar a privatização e a mercantilização dos bens comuns essenciais e insubstituíveis para a vida e o viver juntos que foram analisados acima.

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por Riccardo Petrella à IHU On-Line.

- “A privatização da água nega o direito humano de ter acesso a ela”, publicada nas Notícias do Dia em 23-03-2010 e disponível em <http://migre.me/4sGIL>.

“Um ser cujo ato é dar-se”: o princípio da gratuidade no Ensino Social da Igreja

A Doutrina Social da Igreja busca o equilíbrio entre o “princípio da reciprocidade” e o “princípio da gratuidade”. “O dom e a comunhão requerem uma compreensão metafísica da pessoa enquanto ‘ser para a doação’”, afirma o jesuíta peruano Ricardo Antoncich

POR MOISÉS SBARDELOTTO

A primeira encíclica de João XXIII, *Mater et Magistra*, inaugura “um novo estilo de se dirigir como papa aos fiéis e à humanidade inteira”. E isso se dá logo a partir do título: “A Igreja aparece em primeiro lugar como Mãe e, em segundo, como Mestra”. Para o jesuíta peruano Ricardo Antoncich, especialista em Doutrina Social da Igreja, “com a *Mater et Magistra* se consolida a tradição de mostrar, ao mesmo tempo, a continuidade da doutrina e a novidade de novos problemas”, afirma.

Depois de 50 anos desde a sua publicação, a encíclica continua destacando a busca do equilíbrio, por parte da Doutrina Social da Igreja, entre o “princípio da reciprocidade” e o “princípio da gratuidade”. “O dom e a comunhão requerem o ‘princípio da gratuidade’ e, sobretudo, uma compreensão metafísica da pessoa enquanto ‘ser para a doação’. Isto é, um ser cujo ato é dar-se”, explica.

Ricardo Antoncich é jesuíta peruano. Trabalhou muitos anos a serviço da vida religiosa na Confederação Latino-Americana e Caribenha de Religiosos - Clar e da Igreja no Instituto de Teologia Pastoral - Itepal do Conselho Episcopal Latino-Americano - Celam. Dentro dessas atividades, participou durante 24 anos no Curfopal, curso trimestral para os jesuítas latino-americanos e de outros países, ocorrido na Casa de Retiros Cristo Rei, em São Leopoldo-RS. Foi professor de Ética Filosófica da Universidad Antonio Ruiz de Montoya, instituição jesuíta de ensino superior de Lima, Peru. Em 2009, doutorou-se summa cum laude na Universidad Pontificia Bolivariana, com a tese As Encíclicas Sociais de João Paulo II a partir da Fenomenologia da Pessoa segundo Karol Wojtyła. Atualmente está aposentado, mas continua escrevendo para revistas e periódicos. É autor de inúmeros livros, dentre os quais destacamos *Ensino Social da Igreja* (Vozes, 1987), de coautoria de José Miguel M. Sans, e *Temas da Doutrina Social da Igreja* (Loyola, 1993). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em 2011 comemora-se o 50º aniversário de um dos documentos oficiais da Igreja sobre questões sociais, a encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII. Quais foram as grandes novidades do documento para a conjuntura da época e para a Doutrina Social da Igreja?

Ricardo Antoncich - A segunda encíclica social de João XXIII, a *Pacem in Terris*, está dirigida não só aos católicos, mas também “a todos os homens de boa vontade”. Mas essa novidade já está implícita desde a primeira encíclica [*Mater et Magistra*]. É um novo estilo de se dirigir como papa aos fiéis

e à humanidade inteira. O próprio título *Mãe e Mestra* também é sugestivo. A Igreja aparece em primeiro lugar como Mãe e, em segundo, como Mestra. João XXIII infunde um novo tipo de relações da Igreja para com os fiéis, destacando o aspecto feminino, como João Paulo II o recordará depois em *Mulieris Dignitatem*¹ e que nos evoca essa primeira eclesiologia da carta aos Efésios, a Igreja como Esposa de Cristo.

Já desde o princípio da (MM, n.4),

¹ *Mulieris dignitatem*: Carta Apostólica de João Paulo II publicada em 15 de agosto de 1988, “sobre a dignidade e a vocação da mulher por ocasião do Ano Mariano”, disponível em <http://migre.me/4qCfn>. (Nota da IHU On-Line)

o Papa relaciona o modo de atuar da Igreja com o de Cristo, em que os problemas materiais da vida humana têm seu lugar junto aos ensinamentos espirituais. Cabe à Igreja como Mãe dar o duplo alimento do material e do espiritual, que sintetiza a doutrina e a ação social da Igreja (MM, n.6). A tendência de separar o natural do sobrenatural era muito forte durante o Concílio. A *Populorum Progressio* une-os de forma muito clara e harmônica (PP, n.20-21) e já aparece como fruto maduro dessas sementes de João XXIII.

IHU On-Line - Subsidiaridade, soli-

riedade, justiça e equidade são alguns conceitos-chave que despontam na *Mater et Magistra*. Como essas ideias são aprofundadas e revistas pelo Ensino Social da Igreja?

Ricardo Antoncich - Quero assinalar um tema prévio que dá sentido a todos os conceitos aqui assinalados e que a iniciativa pessoal de João XXIII quis introduzir, pedindo a seus colaboradores estudos prévios: é o tema da “socialização”. A palavra em si despertava rejeição em algumas pessoas, porque a identificavam com o socialismo econômico e político. Não era essa a intenção do pontífice, mas sim o fato sociológico que foi emergindo na consciência cívica daquela época.

O interesse da moral católica, em alguns pontos extremamente individualista, tendia a ignorar a realidade do pecado como obra da sociedade. Foi preciso esperar até João Paulo II para se ter um magistério claro sobre o “pecado social”. Afirmando, com toda a tradição, que o bem ou o mal que dependem do exercício da liberdade humana têm como autor a própria pessoa, percebe-se, no entanto, com maior clareza a existência de um “pecado social”, objetivado em instituições e estruturas sociais. De algum modo, as pessoas “participam” do pecado social ao criar estruturas perversas, ao mantê-las e desenvolvê-las em função dos benefícios que tais estruturas proporcionam a minorias sociais que detêm o poder. Uma filosofia e até uma teologia das estruturas sociais deveriam completar a visão completa da socialização, tal como ela ia se gestando no pontificado de João XXIII. A partir do ângulo da fenomenologia, Karol Wojtyła estuda não só a atuação da pessoa isolada, mas também o “atuar junto com outros”, que pressupõe conhecer o fim e os meios da ação conjunta e aceitá-los com plena liberdade. Do contrário, as pessoas seriam usadas como meros instrumentos de fins fixados por outros.

Depois de esclarecer a socialização, João XXIII volta a tocar temas como o salário justo e o reinvestimento que a própria empresa faz para o seu desenvolvimento. Objetava-se que os salários não podiam ser elevados com a desculpa da necessidade do reinvesti-

mento, porém sem aumentar depois a participação dos trabalhadores nos benefícios da empresa. O ideal do salário justo em sua vinculação com a propriedade privada, como Leão XIII² já havia sustentado na *Rerum Novarum*, n.32, não foi levado a sério no estudo e na aplicação da Doutrina Social, contribuindo com a falsa ideia de que a doutrina da Igreja era idêntica aos princípios do liberalismo econômico.

A unidade e a convergência do desenvolvimento econômico e do progresso social voltam a ser um tema importante de Bento XVI, ao assinalar a exigência de relações de justiça entre o mercado e o Estado, entre economia e política social. Mas essas ideias já se encontram em João XXIII como defensor do equilíbrio dos desenvolvimentos do campo, da cidade, das nações e

“O próprio título de Mãe e Mestra também é sugestivo. A Igreja aparece em primeiro lugar como Mãe e, em segundo, como Mestra”

da sociedade mundial. Tem acontecido, um tanto facilmente, que certos desenvolvimentos unilaterais, favorecidos por uma equivocada ideia de competitividade que escuda o controle monopólico das grandes empresas ou das grandes nações, voltou-se em prejuízo do desenvolvimento das pequenas iniciativas, que proporcionariam ocupação e trabalho e, portanto, eliminado problemas sociais como o desemprego, a desilusão da juventude sem horizontes, o aumento da violên-

² Leão XIII (1810-1903): nascido Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci. Foi papa de 20 de fevereiro de 1878 até a data da sua morte. Notabilizou-se primeiramente como popular e bem sucedido Arcebispo de Perugia, o que conduziu a sua nomeação como Cardeal em 1853. Ficou famoso como o “papa das encíclicas”. A mais conhecida de todas, a *Rerum Novarum*, de 1891, sobre os direitos e deveres do capital e trabalho, introduziu a ideia da subsidiariedade no pensamento social católico. (Nota da IHU On-Line)

cia cidadã e outras sequelas da nossa sociedade atual.

IHU On-Line - Para a Doutrina Social da Igreja, o que é o “bem comum”? Como se pode fomentá-lo e construí-lo política, social e economicamente em nossas sociedades atuais?

Ricardo Antoncich - A doutrina sobre o “bem comum” deve ser situada no contexto da propriedade, da propriedade privada que garante a cada pessoa o uso de bens próprios, necessários para seu desenvolvimento integral e solidário (de toda a pessoa e de todas as pessoas, como Paulo VI dirá depois na *Populorum Progressio*). Também das propriedades do Estado, das comunidades locais e de outras formas de propriedade de “bens em comum”. De forma genérica, o bem comum poderia ser definido pelo conjunto de condições sociais que permitem às pessoas, de forma individual e comunitária, o desenvolvimento integral e solidário de seu ser humano. João XXIII se esforça por definir de maneira mais específica o bem comum, pelo menos com a distinção entre o bem comum das nações e o bem comum em nível mundial.

No plano nacional, o bem comum implica em políticas de emprego, mecanismos de distribuição de poder para evitar os abusos de concentração de poderes, proporção entre salários e preços, de modo que, com o trabalho estável, se assegure o bem-estar das famílias e o bom funcionamento dos serviços públicos essenciais. No plano mundial, o bem comum consiste em estabelecer mecanismos para o desenvolvimento econômico em condições de igualdade entre as nações; em vigiar para evitar as concorrências desleais e os abusos de nações poderosas perante as mais frágeis (MM, n.76, 77). As condições atuais tornam muito difícil assegurar o bem comum nacional e global. Os avanços na comunicação, a concentração de poder das transnacionais e, inclusive, os próprios tratados internacionais de comércio, pelos quais os países ricos impõem suas condições sobre os países fracos, são casos de esquecimento do bem comum em uma sociedade global.

Bento XVI assinala como o mercado

global se aproveita para atrair investimentos em países de economia frágil, com a complacência dos governantes desses mesmos países que se comprometem a não urgir as condições de respeito à ecologia e às condições laborais de seus próprios concidadãos.

IHU On-Line - A propósito, qual é o significado de “propriedade” segundo a Doutrina Social da Igreja? Como podemos entender esse conceito à luz da situação econômica atual do trabalho e do conhecimento?

Ricardo Antoncich - “Propriedade” pode ser entendido de várias maneiras: como a qualidade dos seres físicos inerente à sua natureza, como um vínculo legal que permite chamar de “meu” ao que possuo, mas também como uma “apropriação ética”, quando, a partir de minhas boas ações, vou me constituindo como “boa pessoa”. A vocação humana é constituir-se pelo bom uso da liberdade, é apropriar-se eticamente do bem.

Em um campo intermediário, a propriedade legal é a que teve uma grande importância, sobretudo pela revolução industrial, em que se debate se essa propriedade, aplicada aos meios de produção, pode ser direito legítimo de indivíduos ou deve ser da sociedade. A doutrina liberal sustentou a propriedade privada dos meios de produção. Igual defesa caracterizou sempre a Doutrina Social, porém com uma diferença muito clara. A razão pela qual a Igreja defendeu essa propriedade foi o acesso possível dos trabalhadores a obtê-la graças à economia de seus legítimos ganhos pelo trabalho. (Cf. *Rerum Novarum*, n.3.) Supõe-se, portanto, uma condição: o salário justo. Se este falta, toda a doutrina social se torna inoperante.

Mas o importante é marcar a diferença entre defender o direito “de” propriedade dos possuidores e o direito “à” propriedade por meio do trabalho e da poupança, possibilitado pelo salário justo. Confirmando esse ponto de vista, é importante recordar o n.32 da *Rerum Novarum*, em que se fala de uma “violência” feita ao trabalhador quando não lhe é pago o salário justo. Essa legitimidade das lutas operárias a partir desses direitos de justiça está

por trás de toda a doutrina de João Paulo II sobre a dignidade do trabalho.

A forma atual de entender esta doutrina seria a justiça salarial que permitisse uma participação nas ações da empresa e, sobretudo, o reconhecimento de que o trabalhador não é mero instrumento para produzir “objetos”, senão um “sujeito” com fins próprios, que são os de proteger a própria família e dar-lhe condições dignas de existência.

IHU On-Line - A *Mater et Magistra* se baseia em encíclicas anteriores e também serve de base para textos posteriores, como também para o Vaticano II. Como o senhor vê, em traços gerais, as questões levantadas por esses documentos oficiais da Igreja e suas interconexões sobre a questão social?

Ricardo Antoncich - É preciso recordar que a *Mater et Magistra* é a terceira encíclica em um período de 70 anos. Com a *Mater et Magistra* se consolidou a tradição de mostrar, ao mesmo tempo, a continuidade da doutrina e a novidade de novos problemas. O problema social surge como “problema operário”, isto é, como a consequência das inovações tecnológicas da indústria, mas também da configuração das próprias cidades com grandes zonas de habitações muito pobres em torno das fábricas. É um problema do trabalho e do capital em nível das empresas, mas com uma crescente consciência de classes, sobretudo do proletariado. As desigualdades econômicas e sociais não se dão apenas nas cidades. O “Papa camponês”, como Roncalli sempre afirmou sobre si mesmo, chama a atenção sobre a desigualdade que não é só problema urbano e da indústria, mas também do desenvolvimento e do subdesenvolvimento das regiões agrícolas frente às cidades, de modo que o campo se ajusta aos preços industriais, em intercâmbio desigual para o prejuízo dos camponeses.

É indubitável que a Constituição *Gaudium et Spes*³ significa uma vira-

³ *Gaudium et Spes*: Igreja no mundo atual. Constituição pastoral, a 4ª das Constituições do Concílio Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a Igreja e o mundo em que ela está e atua. Trata-se de um documento im-

portante, pois significou e marcou uma virada da Igreja Católica “de dentro” (debruçada sobre si mesma) “para fora” (voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). Inicialmente, ela constituía o famoso “esquema 13”, assim chamado por ser esse o lugar que ocupava na lista dos documentos estabelecida em 1964. Sofreu várias redações e muitas emendas, acabando por ser votada apenas na quarta e última sessão do Concílio. O Papa Paulo VI, no dia 7 de dezembro de 1965, promulgou esta Constituição. Formada por duas partes, constitui um todo unitário. A primeira parte é mais doutrinária, e a segunda é fundamentalmente pastoral. Sobre a *Gaudium et Spes*, confira o n. 124 da IHU On-Line, de 22-11-2004, sobre os 40 anos da *Lumen Gentium*, disponível em <http://mi-gre.me/4qCqD>, intitulada *A Igreja: 40 anos de Lumen Gentium*. (Nota da IHU On-Line)

O magistério social de Wojtyła

O magistério social de João Paulo II já forma por si só um todo unitário no qual se apresentaram temas e contextos de tipo filosófico que o Papa Wojtyła contribuiu como riqueza própria, graças aos seus estudos sobre fenomenologia. Sua primeira encíclica, *Laborem Exercens*, aporta a clareza da distinção dos aspectos objetivo e subjetivo do trabalho. O sistema ca-

portante, pois significou e marcou uma virada da Igreja Católica “de dentro” (debruçada sobre si mesma) “para fora” (voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). Inicialmente, ela constituía o famoso “esquema 13”, assim chamado por ser esse o lugar que ocupava na lista dos documentos estabelecida em 1964. Sofreu várias redações e muitas emendas, acabando por ser votada apenas na quarta e última sessão do Concílio. O Papa Paulo VI, no dia 7 de dezembro de 1965, promulgou esta Constituição. Formada por duas partes, constitui um todo unitário. A primeira parte é mais doutrinária, e a segunda é fundamentalmente pastoral. Sobre a *Gaudium et Spes*, confira o n. 124 da IHU On-Line, de 22-11-2004, sobre os 40 anos da *Lumen Gentium*, disponível em <http://mi-gre.me/4qCqD>, intitulada *A Igreja: 40 anos de Lumen Gentium*. (Nota da IHU On-Line)

pitalista explorou só o aspecto objetivo e relegou a dimensão subjetiva do trabalho, que se centra nos fins que o trabalhador quer conseguir para si mesmo e seus familiares como problema político e social, alheio ao puro processo econômico.

A *Sollicitudo Rei socialis* aborda o aspecto de modelos de ações comuns. O trabalho e o capital industrial devem ter horizontes claros que unifiquem todos os esforços. O papa esforça-se por apresentar um modelo de desenvolvimento que seja construtivo e não destrutivo.

A terceira encíclica, *Centesimus Annus*, nos conduz à certeza fundamental: o verdadeiro progresso humano se dá na construção livre do ser pessoal e de suas dimensões sociais. A ação humana não só se torna transcendente ao sair da pessoa e se exercitar sobre as coisas, mas também reverte de volta sobre si mesma como ação moral. O bem e o mal que uma pessoa faz aos seus semelhantes voltam a uma nova etapa de ação imanente, porque o bem ou o mal tornam bom ou mau o sujeito que atuou externamente sobre as pessoas, mas têm efeitos dentro da imanência do próprio ser. A profunda concepção da pessoa como fim em si mesmo leva João Paulo II ao tema da gratuidade e da doação, que - em meu entender - também constituem pontos muito importantes da *Caritas in Veritate* de Bento XVI.

IHU On-Line - O germe do processo de globalização, dos desafios que afetam todas as nações, já é analisado por João XXIII na *Mater et Magistra*. A proposta de um governo mundial - mais além da ONU - se renova em 2009 com a publicação da *Caritas in Veritate*, de Bento XVI. De que forma a Doutrina Social da Igreja, ao longo dos anos, enfrentou a questão da globalização?

Ricardo Antoncich - A globalização desenvolveu de forma acelerada o processo que já estava se anunciando há cinco décadas. A globalização foi aproveitada de forma imediata na economia, porém de forma unilateral. A economia moderna girou, durante os últimos dois séculos, em torno da contribuição do capital e do trabalho. Mas,

infelizmente, só podemos falar de uma “globalização econômica do capital” que debilita os controles sobre o fluxo financeiro e que produziu a terrível crise que afetou a economia mundial. Com relação ao trabalho, ocorre tudo, menos globalização; criam-se barreiras para evitar a migração de trabalhadores. As pessoas trabalhadoras das nações pobres não podem emigrar, porém se aceita, sim, o fluxo de capitais e de produtos dessas nações para o mercado mundial. A globalização política através da instituição dos Estados assegura os acordos dos representantes políticos, mas não assegura a verdadeira democracia de todas as nações, em que os

“A doutrina sobre o bem comum deve ser situada no contexto da propriedade, da propriedade privada que garante a cada pessoa o uso de bens próprios, necessários para seu desenvolvimento integral e solidário”

próprios povos possam participar a partir das bases. A criação de instituições novas deve contemplar, em todas elas, os processos educativos para que a humanidade inteira adquira consciência de seu dever e direito à participação no que afeta a globalidade do mundo inteiro.

A Doutrina Social não tem receitas para resolver esses problemas. Porém abre, sim, horizontes, como o do equilíbrio do “princípio da reciprocidade” nas ciências sociais que estudam o mercado e o Estado, com o “princípio da gratuidade” que pode desenvolver-se no espaço da sociedade civil. Os meios modernos de comunicação permitem contatos de todos os povos, sem os con-

troles econômicos e políticos de outras épocas. A solidez de convicções e a maturidade de um pensamento responsável são recursos que os meios cibernéticos podem aproveitar para criar uma consciência solidária global.

Bento XVI propõe esses caminhos e desmascara as “ideologias” que envolvem as ciências econômicas e políticas quando estas se absolutizam como fins de crescimento da riqueza e acumulação do poder, rechaçando os valores morais que dão sentido humano a realidades que são instrumentos e não fins da vida humana.

IHU On-Line - Segundo João XXIII, “a confiança recíproca entre os homens e os Estados só pode nascer e consolidar-se através do reconhecimento e do respeito pela ordem moral. A ordem moral não pode existir sem Deus” (MM, n.206-207). Como essa ordem moral pode ser experimentada e concretizada na atual situação socioeconômica?

Ricardo Antoncich - A exigência de valores econômicos vai além das fronteiras religiosas. A distância da mentalidade na época da *Mater et Magistra* e a nossa nos levaria a matizar a afirmação de que “Deus é a base única dos preceitos morais” [ou, na tradução em português, de que a ordem moral não pode existir sem Deus], levantando a suspeita crítica de que o recurso a religião e a Deus não nos está levando atualmente à concórdia das nações, mas sim à divisão e inclusive à violência. Por outro lado, cresce o sentido “laico” da ética como fruto de uma consciência madura da dignidade humana. Para a consciência religiosa, é verdade que Deus é o fundamento dos preceitos morais, porque confere a esses preceitos uma transcendência que dificilmente pode ser encontrada em uma busca de princípios éticos da mente humana. Mas o que está em jogo na construção da justiça e da paz não é a abstrata verdade de Deus como fundamento, mas sim as condutas dos que creem, que, em certas ocasiões, contradiz totalmente o horizonte religioso por meio de práticas desumanizantes. A humanidade busca hoje, no campo moral, acordos que estejam baseados no diálogo e no consenso de todos os

povos. Os que creem fazem parte desse conjunto que está em busca de uma maior humanização da vida. Os acordos com não crentes não podem se basear nas crenças religiosas, mas sim em convicções da dignidade humana. A formação da consciência moral deve distinguir o acordo do permitido e do não permitido das condutas humanas, e dar a esse acordo uma exigência quase jurídica de obrigação e respeito universal dessas normas.

Mas a vida moral não se reduz a deveres e direitos, mas é configurada também por ideais e aspirações. Essas aspirações não podem ser “impostas” a todas as nações, mas sim “propostas” a todas elas pela visibilidade dos testemunhos das pessoas que os professam. É aqui que as religiões detêm seu espaço próprio; não o é de impor normas de conduta - às vezes com o recurso dos poderes do Estado para reforçar as normas dadas por uma comunidade religiosa, impondo-as aos seus concidadãos -, mas sim o de propor exemplos de vida realizada e autêntica, que convidem à imitação, mas não onerem com o peso da obrigação.

IHU On-Line - Na *Mater et Magistra*, o Papa João XXIII nos propôs um “método” para a concretização dos “princípios e diretrizes sociais”: ver, julgar e agir (n. 236). Como essa tríade nos ajuda hoje em nossa realidade social?

Ricardo Antoncich - A tríade do ver-julgar-agir foi o método pedagógico proposto por José Cardjin, fundador belga da Juventude Operária Católica, elevado por João XXIII a cardeal em seus últimos anos de vida. Com essas três palavras, ele ensinou a observar a vida real dos trabalhadores, a levá-la às reuniões como “matéria-prima” da reflexão. Diferentemente da formação apostólica em voga, em que se partia de princípios e normas abstratas, esses jovens aprenderam a discernir na vida o positivo e o negativo. O que confere o eixo apostólico à reflexão é comparar esses fatos da vida com os fatos semelhantes do evangelho e ver como Jesus “julgava” esses fatos, e aprender a julgá-los da mesma forma e, sobretudo, ver na ação de Jesus uma indicação da própria ação apostó-

lica do militante operário.

O método foi assimilado em movimentos laicos na América Latina e foi defendido com vigor em Aparecida, frente a tendências da cúria romana que prevaleceram na Conferência anterior de Santo Domingo⁴ de suprimilo, acusando-o de “sociologismo” e de não partir dos princípios doutrinários.

O ver, nesse método, nunca fica no plano do ver sociológico, embora tampouco o ignore, mas é levado imediatamente ao julgar de Jesus no Evangelho. Só quem ignora o método em sua profundidade pode deformá-lo da forma que se fez. O método termina sempre na ação, a ser possível pela comunidade que fez a reflexão e, a seguir, avaliando a eficácia desse com-

“A substituição da vida e do exemplo de Cristo por uma ‘doutrina abstrata’ tirou vigor e força da própria doutrina social”

promisso em outras reuniões futuras. O método nos leva sempre a contemplar a ação de Jesus no Evangelho. A reflexão da Igreja não se afasta jamais da contemplação de Jesus em sua vida real. É a melhor integração de Igreja-Cristo, de forma clara e comprometida. A substituição da vida e do exemplo de Cristo por uma “doutrina abstrata” tirou vigor e força da própria doutrina social.

João XXIII, ao propor esse método em sua encíclica, queria que a doutrina estivesse em relação com a vida concreta. Nesse ponto, ele não foi compreendido pelas altas instâncias da cúria romana. A renovação da Igreja depende da vitalidade da presença

⁴ Quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Realizou-se em Santo Domingo no período de 12 a 28 de outubro de 1992. A Conferência foi convocada e inaugurada pelo Papa João Paulo II. A convocação colocou em evidência o quinto centenário da evangelização da América. O Papa propôs à Conferência os temas “Nova evangelização, a promoção humana e a cultura cristã”. (Nota da IHU On-Line)

de Jesus Ressuscitado nela. A Igreja é incompreensível sem a presença de Cristo nela e no coração de todos os fiéis. Aparecida é um documento excepcional, em que se dedicam belos parágrafos à experiência viva de Cristo.

IHU On-Line - Algumas economias alternativas propõem conceitos tais como “dom” ou “comunhão” como bases de suas teorias. À luz da Doutrina Social da Igreja, quais são os fundamentos de uma economia eticamente justa e que compreenda e respeite a importância da natureza?

Ricardo Antoncich - Os conceitos de “dom” ou “comunhão” são dificilmente compreensíveis a partir do rigor científico das ciências do mercado e do Estado, que se fundamentam sobretudo na lógica da reciprocidade. Os dois conceitos mencionados apontam para a lógica da gratuidade e requerem esclarecimentos de tipo filosófico. Karol Wojtyła, em sua época de professor de ética, insistia na distinção entre “ser humano” e “ser pessoa”. Como seres humanos, fazemos parte do cosmos e nos separamos do restante pela razão e liberdade. Na convivência humana, procuramos a vigência do princípio de reciprocidade. Mas como “pessoas” estamos não dentro, mas sim “fora”, ou melhor, “frente ao cosmos”, pela capacidade de construir nossa própria existência mediante o autocohecimento, a autodeterminação e a autorrealização. Precisamente essa capacidade de dispor de nós mesmos é a que nos permite exercer o “dom” da gratuidade de nós mesmos a outros seres pessoais. O dom e a comunhão requerem o “princípio da gratuidade” e, sobretudo, uma compreensão metafísica da pessoa enquanto “ser para a doação”. Isto é, um *ser* cujo ato é *dar-se*. Somente assim se pode compreender a analogia entre as pessoas humanas e divinas, pois as divinas são “relações puras”, enquanto as humanas requerem um “em si” que abrange a matéria e não tem as propriedades do espiritual.

A aceitação desse conceito de pessoa permite resolver a questão final dos fundamentos de uma economia eticamente justa, a qual leve em conta a natureza do meio ambiente. O

problema da justiça em termos racionais pode ser proposto a partir de duas perspectivas éticas, qualificadas por Adela Cortina⁵ como “mínima” e “máxima”. A mínima estabelece os requerimentos da justiça que “se impõe” e deve ser aceita por todos os seres humanos. A máxima propõe um modelo de felicidade que não se impõe, mas sim “se propõe” à humanidade, a partir de uma opção por determinados valores. Essa distinção parece corresponder tanto ao princípio da reciprocidade quanto ao da gratuidade.

Com relação ao cuidado da natureza como uma exigência ética, devemos levar em conta que a “natureza”, entendida como as coisas do mundo distintas das pessoas, não tem, em si, “direitos”, nem, portanto, “deveres”. Para as pessoas, o dever perante a natureza é o direito de outros seres humanos de encontrá-la em condições saudáveis, para tornar possível a vida sã. É, portanto, um dever perante seres que ainda não nasceram, mas que vão herdar o ambiente talvez preservado ou destruído talvez por séculos. A ética perante a natureza é o conjunto de deveres e direitos dos seres humanos que, no futuro, vão sofrer ou alegrar-se por efeitos negativos ou positivos de nossas condutas atuais perante a natureza. Não temos o direito de tomar hoje decisões que vão prejudicar a vida sã de gerações no futuro. Temos, pelo contrário, o dever de respeitar esse legado em boas condições. Assim faríamos nós se estivéssemos sofrendo as sequelas de uma natureza destroçada dois séculos antes do nosso nascimento.

IHU On-Line - Desde a publicação da *Mater et Magistra* até chegar à recente encíclica *Caritas in Veritate* (2009) de Bento XVI, que também se ocupa deste tema, de que modo o senhor analisa a atual Doutrina Social da Igreja? Que outras questões também mereceriam maior atenção diante da sociedade contemporânea?

Ricardo Antoncich - A atual doutrina social se enriqueceu com a confronta-

⁵ Adela Cortina Orts: filósofa espanhola e professora de ética da Universidade de Valência e directora da Fundación ÉTNOR para a ética dos negócios e das organizações (Nota da IHU On-Line).

ção com as ciências sociais, levando a sério sua importância para o conhecimento objetivo da realidade. Paulo VI dedicou a esse tema grande parte da *Octogesima Adveniens*⁶, isto é, ao estudo das utopias e ideologias em relação com as ciências. Esse documento extraordinário mereceu, a meu ver, pouca atenção, sobretudo na confrontação do capitalismo e do socialismo, dentro do qual o papa distingue com rigor outro ramo do socialismo marxista, sem identificá-la com todo o socialismo.

O magistério de João Paulo II enriqueceu a doutrina social com sua fenomenologia da pessoa. No diálogo entre a teologia e as ciências sociais, a filosofia teve pouca relevância, e

**“O dom e a comunhão
requerem o ‘princípio da
gratuidade’ e, sobretudo,
uma compreensão
metafísica da pessoa
enquanto ‘ser para a
doação’”**

é mérito de João Paulo II ter aberto os horizontes da filosofia contemporânea. Os frutos desses avanços são recolhidos na Encíclica de Bento XVI, em que se afirma vigorosamente uma filosofia da pessoa que mostra horizontes mais amplos ao conceito de ser humano como ser racional e livre. As ciências sociais parecem limitar suas afirmações ao ser humano adulto, sem dar relevância às etapas da infância e da velhice, vida humana que precisa de mais atenção, embora seja menor a contribuição dessas pessoas à sociedade. Frente à lógica da reciprocidade para a economia e a política, Bento XVI nos chama a atenção sobre outra lógica, a da gratuidade e sobre a necessidade de desenvolvê-la, sobretudo

⁶ *Octogesima adveniens*: Carta Apostólica do Papa Paulo VI, publicada em 14 de maio de 1971, pelo 80º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*, disponível em <http://migre.me/4qCRF> (Nota da IHU On-Line).

a partir da sociedade civil que hoje conta com facilidades de comunicação global, sem a dependência de controles de poder.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algo?

Ricardo Antoncich - Sim, mas o faço a título muito pessoal. A Doutrina Social da Igreja vem desempenhando dentro da Igreja o insuficiente desenvolvimento de uma teologia para o laicato. A Quinta Conferência Episcopal da Igreja na América Latina⁷, em Aparecida, em 2007, definiu a Igreja sobretudo como uma “comunidade de discípulos e missionários”. A teologia é o instrumento apropriado para robustecer essa fé dos discípulos e missionários. Mas uma atenta observação da teologia atual na Igreja nos faz ver que ela está quase totalmente dedicada à educação dos discípulos na fé, porém não à sua preparação para a missão. O discipulado nos leva à Igreja; a missão nos leva ao Mundo e ao Reino. A teologia para os discípulos ensina o que é preciso crer, o que deve ser praticado, o que se deve rezar e como fazê-lo. A maneira como, no tempo do Concílio, se falava dos fiéis era a dedicação aos “bens sobrenaturais”, deixando os “bens naturais” para o mundo e para os leigos que vivem em meio ao mundo. Os dedicados à religião estão mais perto de Deus do que os ocupados com as tarefas do mundo.

Um sentido bíblico do profano como oposto ao sagrado deveria ser repensado, porque a criação como ação divina é sagrada e abrange o cosmos e a humanidade. Fazer a vontade de Deus no trabalho sobre o cosmos é resposta humana “sagrada” à ação divina. A profanação se inicia quando a vontade humana contradiz a divina. Os leigos trabalham em um mundo sagrado, tornando ali realidade o Reino pelo domínio científico-técnico do cosmos. O sagrado da relação “religiosa” entre Deus e a humanidade coexiste

⁷ V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe: aconteceu de 13 a 31 de maio, em Aparecida-SP. Sobre o tema, confira a edição 224 da Revista IHU On-Line, de 20-06-2007, intitulada *Os rumos da Igreja na América Latina a partir de Aparecida. Uma análise do Documento Final da V Conferência*, disponível para download em <http://migre.me/11Col>. (Nota da IHU On-Line)

“A vocação humana é
constituir-se pelo bom
uso da liberdade, é
apropriar-se eticamente
do bem”

com o sagrado da ação “secular” dos leigos. Em João 3,16, lemos que Deus envia seu Filho ao mundo para salvá-lo. Nesse envio, o Filho aparece na história reunindo uma comunidade de discípulos-missionários. A Igreja não é o término da ação do Pai, mas sim o mundo. A Igreja é colaboradora com o Filho para a salvação do mundo. Assim, a Igreja se torna servidora do Reino de Deus, centro do anúncio de Jesus com seus discípulos.

A Doutrina social da Igreja é uma autêntica teologia da ação sagrada do laicato, ao trabalhar sobre as estruturas sociais da economia, da política e da cultura, em todas as profissões dedicadas à saúde, à educação integral da pessoa em sociedade, aos serviços para a estabilidade familiar e a muitos campos de ação semelhantes. Essa sacralidade é consciente na mente dos que creem, embora seja ignorada pelos não crentes. O juízo definitivo de salvação não recai na consciência explícita do conhecimento, mas sim na prática consciente da caridade com seres humanos sem recursos, aos quais se dão em doação os recursos próprios para as necessidades elementares da vida. A história humana não é o único espaço para o acesso ao conhecimento da salvação, mas o é, sim, para as obras de solidariedade e caridade. O juízo sobre a vida humana vai recair sobre o uso solidário ou não dos bens deste mundo perante as necessidades dos próximos. Assim se cumprirá a frase de Mateus 25,34: “Vinde, benditos de meu Pai, tomai posse do Reino que vos está preparado desde a criação do mundo, porque tive fome...”⁸.

⁸ O trecho continua: “... e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era peregrino e me acolhestes; nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; estava na prisão e viestes a mim” (Nota da IHU On-Line).

O salto qualitativo de João XXIII: uma síntese da ética social

Segundo o frei dominicano Carlos Josaphat, na encíclica *Mater et Magistra*, João XXIII oferece aos fiéis e a todos os cidadãos uma mensagem grandemente original e com rara felicidade: uma síntese de ética social, essencialmente humana, elevada e movida por um notável elã evangélico

POR MOISÉS SBARDELLOTTO

Em sua atitude de uma “fidelidade dinâmica”, João XXIII dá um salto qualitativo na encíclica *Mater et Magistra*, publicada há 50 anos. Para o frei dominicano Carlos Josaphat, lúcida e corajosamente, o então pontífice mostra que “o verdadeiro progresso do pensamento e da ação se manifesta no estudo cuidadoso do passado, na análise das aspirações e dos desafios do presente, no empenho de renovar o que se afirmou como válido e de inovar criando novas formas autênticas de vida pessoal e social”. Por isso, afirma, em entrevista por e-mail à IHU On-Line, a *Mater et Magistra* “propõe uma rede bem tecida de valores de uma ética social em toda a sua universalidade”.

Mineiro de Abaeté, o dominicano Frei Carlos Josaphat, jornalista, teólogo, professor, escritor, entre outras atividades, tornou-se conhecido por suas posições no campo social, em São Paulo, nos anos 1960. Em 1962, fundou o jornal Brasil Urgente. Escreveu então um livro-manifesto: *Evangelho e Revolução Social* (Ed. Loyola, 1962). Por ocasião do golpe militar de 1964, foi “convidado” a deixar o Brasil. Doutorou-se em Teologia, com uma tese sobre Ética da Comunicação Social, orientada pelo Pe. Chenu e prefaciada por Hubert Beuve-Mery, diretor do jornal *Le Monde*. Foi professor na Universidade de Friburgo, Suíça, durante 27 anos, da qual hoje é professor emérito. Nessa mesma universidade, fundou e dirigiu a coleção Estudos de Ética Cristã, com mais de 60 volumes publicados desde 1977.

É professor da Escola Dominicana de Teologia - EDT, de São Paulo, desde 1994, do Instituto Teológico de São Paulo - Itesp, da Pontifícia Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade de Minas Gerais, dentre outras. Além de diversas obras publicadas na Europa, é autor de inúmeras obras no Brasil, das quais destacamos as mais recentes, como *Evangelho e Revolução Social* (Ed. Loyola, 2002, reedição de aniversário dos 40 anos da obra), *Evangelho e Diálogo Inter-religioso* (Ed. Loyola, 2003), *Falar de Deus e com Deus hoje* (Ed. Paulus, 2004), *Ética e Mídia: Liberdade, Responsabilidade e Sistema* (Ed. Paulinas, 2006), *Frei Bartolomeu de Las Casas, Espiritualidade contemplativa e militante* (Ed. Paulinas, 2008) e *Ética Mundial: Esperança da Humanidade Globalizada* (Ed. Vozes, 2010). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Aos 50 anos da publicação da encíclica de João XXIII sobre a questão social, *Mater et Magistra*, que aspectos o senhor destacaria do documento e a quais fatos históricos daquele período eles se dirigem?

Carlos Josaphat - A encíclica *Mater et Magistra* visa assumir, valorizar e atualizar a doutrina social da Igreja, comemorando o 70º aniversário da *Rerum novarum* e evocando as comemorações dessa encíclica de Leão XIII efetuadas por Pio XI e Pio XII. Toda uma primeira parte insiste em mostrar a continuidade e o caráter progressivo desse ensinamento social de inspiração evangélica e sempre atento à evolução histórica, social e cultural da humanidade.

Dentro dessa atitude de uma fidelidade dinâmica, João XXIII dá um salto qualitativo, oferecendo aos fiéis e mesmo a todos os cidadãos uma mensagem grandemente original. Ele mesmo insinua essa atitude lúcida e corajosa. O verdadeiro progresso do pensamento e da ação se manifesta no estudo cuidadoso do passado, na análise das aspirações e dos desafios do presente, no empenho de renovar o que se afirmou como válido e de inovar criando novas formas autênticas de vida pessoal e social. A *Mater et Magistra* pretende oferecer e com rara felicidade oferece uma síntese de ética social, essencialmente humana, elevada e movida por um notável elã evangélico. Ela aborda o conjunto das questões sociais, sob o ângulo da realidade do mundo moderno, analisando essa realidade de maneira mais precisa do que os documentos eclesiais anteriores. E, por outro lado, elabora os valores éticos, condensados, em sua última parte, na trilogia da “verdade, da justiça e do amor”, em contraste com as “ideologias truncadas e errôneas” que tentam estorvá-las ou pervertê-las.

IHU On-Line - O texto da *Mater et Magistra* é pontilhado por expressões como subsidiariedade, justiça, equidade, bem comum, convivência. Que moral política, econômica e social é proposta por João XXIII? Como suas ideias podem nos inspirar diante das desigualdades sociais do contexto contemporâneo?

Carlos Josaphat - A mensagem da *Mater et Magistra* propõe uma rede bem tecida de valores de uma ética social em toda a sua universalidade, abrangendo as instâncias, as camadas e os setores da vida econômica, política, cultural, visando a exatidão e a prática operacional, eficaz desses valores. Os grandes princípios fundadores da dignidade da pessoa humana e do primado do bem comum se desdobram nas atitudes de uma convivência regulada pela justiça, pela solidariedade e pela responsabilidade. A equidade vem como coroamento da justiça, impelindo-a a não se contentar com os direitos estritos a dar a cada um, mas ajuntando a delicada atenção a ir mais longe do que o estritamente devido, mas que é conveniente para valorizar

**“A *Mater et Magistra*
pretende oferecer e com
rara felicidade oferece
uma síntese de ética
social, essencialmente
humana, elevada e
movida por um notável
elã evangélico”**

as pessoas e aprimorar a sociedade. O que dará à convivência um suplemento de tranquilidade e de paz. Igualmente, o apelo à subsidiariedade visa bem esclarecer a noção e o exercício do poder. Assim se traduz o empenho de evitar a concentração de poder, inserir a partilha responsável da autoridade e da responsabilidade, de maneira todos os cidadãos e todos os patamares da sociedade sejam bem integrados na prática da responsabilidade, o que desperta maior interesse pelo bem comum para o bem de cada um e de toda a coletividade. Essa é uma das características da mensagem social cristão, objeto de uma constante insistência da Igreja.

A globalização econômica e comunicacional dos últimos anos vem

acentuar a oportunidade desse ensinamento social. A globalização não pode acarretar a concentração do poder econômico e comunicacional. Ela é uma triste monstruosidade de uma tirania tecnológica. A *Mater et Magistra* aponta para esse fenômeno da globalização, que João XXIII descortinava como creste já nos anos 1960 (cf. n.47s). Daí as indicações insistentes sobre a necessidade de conciliar a iniciativa pessoal em sintonia com o desenvolvimento de um governo eficaz e razoavelmente planejado (n. 53s).

IHU On-Line - Chegando ao Brasil, quais foram as repercussões da encíclica nos contextos político, econômico, eclesial e social de então?

Carlos Josaphat - Nem sempre se faz atenção à boa repercussão da Doutrina Social da Igreja na vida social e mesmo nas instituições políticas de nosso país. Assim, todo o belo tecido de nossas Constituições remonta ao trabalho dos católicos que, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima, por movimento democrático, levaram o Congresso a adotar o essencial da mensagem da encíclica *Quadragesimo Anno* da nossa Constituição de 1934. A *Mater et Magistra* teve uma repercussão e influência enorme em nosso país. Foi acolhida com entusiasmo, foi estudada com carinho e de maneira profunda. Inspirou ou incentivou movimentos de trabalhadores no campo da indústria e da agricultura. De modo especial, comemoramos esse facho de luz e de energia que foi a *Mater et Magistra*, suscitando uma ampla militância democrática e social. Pessoalmente senti-me apaixonado por essa encíclica tão bem elaborada e realista em sua visão e nos programas que sugeria. Ela foi a grande inspiradora do movimento social de operários, estudantes e boa parte de nosso povo, clamando a necessidade de promover “todos os direitos para todos”, de que o jornal alternativo *Brasil Urgente* foi a voz calorosa antes do golpe de 1964.

IHU On-Line - Diz o papa que o ser humano é “o fim e o sujeito de todas as instituições” da vida social e por isso possui uma “dignidade sagrada”. É nesse princípio, segundo João XXIII,

que se baseia a “doutrina social” da Igreja (n.218-219). Como esse princípio dialoga com a sociedade contemporânea? É possível sustentá-lo hoje, moralmente, diante dos desafios ecológicos?

Carlos Josaphat - O papa evoca e põe em destaque este princípio: o ser humano é o fim e o sujeito de todas as instituições, sendo dotado de uma dignidade sagrada, isto é, inviolável. De fato, esse personalismo integral e solidário é o fundamento de toda ética social, e de maneira muito especial, da doutrina social da Igreja. Está aí o princípio da maior oportunidade, quando se considera a sociedade contemporânea, marcada e orientada por um utilitarismo individual e coletivo. Ela é dominada pelo primado das coisas, das mercadorias e da satisfação em possuir cada vez mais. É o famoso e danoso primado do ter, do aparecer, do dominar, sobre o ser, particularmente sobre o ser humano, que não tem preço, mas é o valor e o critério para apreciar todas as utilidades.

Pode-se reconhecer, nesse enunciado simples, uma das originalidades da doutrina social da Igreja, bem como a maior dificuldade que ela encontra para ser viável no mundo de hoje. O que significa que a sociedade se vê desviada não tanto por umas práticas de imoralidade, mas por uma falta absoluta de sentido ético. A missão da Igreja será não de pretender impor de qualquer forma um código de preceitos ou interditos, mas, sim, de empenhar-se primeiramente em despertar e educar o sentido ético, sobretudo, no campo social.

IHU On-Line - Para a concretização dos “princípios e as diretrizes sociais”, João XXIII propõe um “método”: ver, julgar e agir (n.235). Como se desdobra esse método? Ele ainda mantém sua atualidade na sociedade de hoje?

Carlos Josaphat - De fato, nesta síntese tão simples e sucinta “ver, julgar e agir”, o papa condensou essa dupla dimensão da ética: de formular a escala de valores e de propor um método que torne eficazes esses valores. A trilogia do ver, julgar e agir faz a junção do princípio do ideal e do princípio da

realidade. Justamente, um dos riscos da Doutrina Social da Igreja é de permanecer em uma universalidade abstrata, em um enunciado de princípios gerais, intemporais, fora de qualquer contexto. Assim se privilegia o julgar, multiplicando-se as condenações lançadas sobre a sociedade, sem analisá-la e sem discernir a estratégia adequada para orientá-la para o bem comum. Portanto, não se trata apenas de um método útil, mas necessário e urgente, dada a complexidade do mundo moderno.

Esse método foi em boa hora utilizado pelas Conferências Gerais do Conselho Episcopal Latino-Americano

“Nem sempre se faz atenção à boa repercussão da doutrina social da Igreja na vida social e mesmo nas instituições políticas de nosso país”

- Celam, desde Medellín, em 1968. É curioso que um dos grandes missionários da América Latina, Frei Bartolomeu de las Casas¹, já tinha encontrado e praticado um método semelhante, sintetizado em duas atitudes ou dois pontos: juntar “*El hecho con el Derecho*”. O que significa associar a análise da realidade (*el hecho*) e o discernimento dos valores para aplicá-los com justiça e justeza na situação bem apreciada (*el Derecho*). Sem dúvida, nessa busca da autenticidade, da qualidade do agir, e de uma estratégia verdadeiramente eficaz, está a essên-

¹ Frei Bartolomeu de las Casas (1474-1566): frade dominicano, cronista, teólogo, bispo de Chiapas, no México. Foi grande defensor dos índios, considerado o primeiro sacerdote ordenado na América. Sobre ele, confira a obra de Gustavo Gutiérrez, *O pensamento de Bartolomeu de Las Casas* (São Paulo: Paulus, 1992). Leia a entrevista Bartolomeu de Las Casas, primeiro teólogo e filósofo da libertação, concedida pelo filósofo italiano Giuseppe Tosi à IHU On-Line 342, de 06-09-2010, disponível em <http://bit.ly/9EU0GO>. (Nota da IHU On-Line)

cia da ética, particularmente da ética de inspiração evangélica.

IHU On-Line - A Mater et Magistra fundamenta-se em encíclicas anteriores (Rerum Novarum e Quadragesimo Anno) e também serve de fundamento para textos posteriores (Pacem in Terris e Gaudium et Spes). Como o senhor analisa, em traços gerais, as questões levantadas por esses documentos oficiais da Igreja e suas interconexões sobre a questão social?

Carlos Josaphat - Verifica-se, primeiramente, que há uma intenção constante e profunda, nesse ensinamento. Ele visa apresentar a doutrina em seus princípios e suas normas, para, depois, inseri-la, na história e o relacioná-la com as situações e condições da humanidade, nas diferentes etapas de seu desenvolvimento. Diríamos: cumpre proclamar o Evangelho em toda sua força hoje, sabendo distinguir o que é primordial na mensagem cristã e o que é mais necessário nos tempos atuais. Por isso, pode-se afirmar: o grande valor, a força renovadora da Doutrina Social da Igreja está nesta aliança das exigências do amor evangélico, mais a inteligência bem aplicada em compreender a humanidade em marcha. Uma atenção especial merecem as grandes viradas históricas, os períodos de aceleração das mudanças nos costumes, nas mentalidades, na cultura, na ciência e na técnica.

IHU On-Line - Aproveitando o aniversário da Mater et Magistra e os 130 anos de nascimento de João XXIII, que avaliação o senhor faz da sua figura na história da Igreja? Qual o significado do seu papado e que legado ele nos deixou?

Carlos Josaphat - As encíclicas citadas mostram logo de início um grande empenho de manter essa lei básica da sabedoria ética: bem sintetizar o que já foi ensinado até hoje, para bem escolher o que deve ser ensinado agora. A publicação recente de um *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (pelo Pontifício Conselho de Justiça e Paz) coloca em plena luz as raízes evangélicas dessa doutrina, sua plena conexão com as verdades fundadoras da Criação e

da Redenção, bem como o empenho de realizar, de maneira constante e concreta, o Reino de Deus, anunciado e inaugurado por Cristo. Em uma fórmula muito feliz se introduz esse ensinamento como “um humanismo integral e solidário”. Este enunciado que faz a conjunção de Jacques Maritain e Emanuel Mounier manifesta o empenho de salvaguardar o que há de positivo nos valores e nas aspirações da modernidade, colocando-os em sintonia com o espírito e os valores evangélicos. Esse empenho torna cada vez mais atual a posição da Igreja sobre a questão social, tão complexa, tão movediça e à primeira vista tão enigmática.

O curto pontificado de João XXIII, um pouco menos de um quinquênio, resplandece como um dos grandes momentos da história da Igreja e da Humanidade. O lema desse papa sempre foi *obedientia et pax* (“obediência e paz”). O que significa a busca da maior perfeição e felicidade para todos - “A paz; em aliança com o esvaziamento de si, a conformidade do próprio querer com os planos da vontade divina - “obediência”. Na prática, daí resulta uma vida humilde, escondida, mas voltada para o que há de mais alto, de mais digno e de mais proveitoso para a Igreja e a Humanidade. João XXIII nada teve de autoritário. Sua preocupação foi, antes, ouvir, dar a palavra à Igreja. Tinha a convicção de que a verdadeira sabedoria de um pontífice não está tanto em falar, mas em fazer falar a Igreja. Foi audacioso, foi inovador, mas precisamente levando a Igreja a progredir, aceitando em um primeiro tempo, uma pluralidade de posições e atitudes. Pois confiava na eficácia do encontro, do diálogo, do conhecimento mútuo, o que leva os seres humanos, principalmente os cristãos, a se conhecer, a descobrir que somos uma caravana que há de marchar rumo à Verdade e ao Bem na força do Amor. Ele teve fé em Deus, em Cristo, no Evangelho, e também acreditou no ser humano. O pontificado de João XXIII evoca para nós aqueles papas que mereceram o nome de grandes, Leão Magno², Gre-

² Papa Leão I (São Leão Magno ou Magno, o Grande): papa de 29 de setembro de 440 até

“Amar a Igreja tal qual ela aí está e tudo fazer para que ela seja ‘a esposa sem ruga nem mancha’: é o jeito certo de contemplar a Misericórdia divina no Evangelho e na Comunidade evangélica”

gório Magno³. E ousaria dizer que ele não perece no confronto com esses eminentes servidores de Cristo e da Igreja.

IHU On-Line - O último documento pontifício que aborda as questões sociais é a recente encíclica *Caritas in Veritate* (2009), de Bento XVI. Ao longo do tempo, que pontos foram corrigidos, aprofundados e ultrapassados? Que outras questões ainda merecem ser analisadas pela Igreja?
Carlos Josaphat - A Doutrina Social da Igreja vai emergindo e resplandecendo no decorrer da história como um grande fato cultural, como uma contribuição da Igreja à marcha da humanidade em busca de autenticidade e de convivência harmoniosa. A própria Igreja reconhece que há um progresso em suas posições doutrinárias e opções práticas no campo da política e da vida social em geral. A Doutrina Social só se tornou possível quando a Igreja foi libertada do poder temporal, que quase a identificava com os outros poderios do mundo. O Sumo Pontífice se irmanava aos chefes temporais quando se tratava de preservar ou defender os

10 de novembro de 461. É um Doutor da Igreja e um dos Padres latinos. É conhecido por ter convencido Átila, o Huno em Roma, em 452, a voltar atrás de sua invasão da Europa Ocidental. (Nota da IHU On-Line)

³ São Gregório I, OSB (540-604): papa de 3-09-590 até o ano de sua morte. Era monge beneditino e um dos Doutores da Igreja. Foi chamado pelo povo de Magno, ou Gregório, o Grande sendo celebrado como santo pela Igreja Católica. (Nota da IHU On-Line)

Estados pontifícios. Leão XIII pôde inaugurar uma apreciação positiva do mundo moderno, quando a Igreja conseguiu se desfazer de seus interesses temporais e, assim, julgar com serenidade as questões intrincadas do mundo moderno. O ponto essencial dessa libertação da Igreja está na compreensão do poder, não como dominação, mas como serviço. Tal é, sem dúvida, a maior insistência de Cristo no Evangelho, quando funda a Igreja e lhe confia a missão de levar a toda terra a mensagem e a graça da salvação.

Essa libertação inaugurada no pontificado de Leão XIII atinge o seu apogeu no Concílio Vaticano II, especialmente na Constituição *Gaudium et Spes*. Acreditamos hoje que o futuro da Igreja e a eficácia na sua missão de evangelizar e de promover uma civilização do amor, tudo isso depende da sua opção eficaz por uma verdadeira colegialidade, em todas as instâncias da vida e da organização eclesial. Aquela atitude de João XXIII, de ser humilde no exercício do supremo pontificado e de acreditar no valor da Igreja como comunidade de fiéis, de bispos, de diferentes ministérios, particularmente dos teólogos, está aí o caminho da esperança para a Comunidade de Cristo, e para a humanidade à qual ela é enviada.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Carlos Josaphat - Ajuntarei uma simples confiança. Ao ser revestido da missão e da graça do ministério sacerdotal, há 66 anos, tomei como lema: “Amou a Igreja e por ela se entregou”. Entendia eu que o sujeito do amar e de se entregar vem a ser, primeiro, o Senhor, e depois o servo envolvido por Ele. Amar a Igreja tal qual ela aí está e tudo fazer para que ela seja “a esposa sem ruga nem mancha”, “o sacramento da reconciliação universal”. É o jeito certo de contemplar a Misericórdia divina no Evangelho e na Comunidade evangélica, ontem, hoje a manhã, empenhada em anunciar o Reino dos céus e ajudar a construir a civilização do amor.

Uma nova sensibilidade diante dos problemas sociais

“Falar de *Mater et Magistra* é falar de João XXIII e seu contexto social e eclesial. Seu nome já figura na História como aquele que abriu amplas janelas da Igreja para que desse passagem aos ventos do Espírito”, afirma a teóloga Ana María Formoso

POR MOISÉS SBARDELOTTO

“**A** *Mater et Magistra* não é apenas uma comemoração do passado. Ela apresenta uma nova sensibilidade diante dos problemas sociais, focaliza-os, mas também aponta para uma nova mentalidade de reflexão”. Para a teóloga Ana María Formoso, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, a encíclica social de João XXIII “volta para soluções já conhecidas e, ao mesmo tempo, enfrenta problemas novos quando o trauma da guerra já parece estar sendo superado”.

Ana María Formoso Galarraga é mestre em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Trabalha na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, onde integra a equipe de Coordenação do Programa de Teologia Pública do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e é assessora nos cursos Teologia Popular na Escola Superior de Teologia Franciscana e dos cursos de Teologia da FAC-CAT. É integrante do Conselho Editorial dos *Cadernos Teologia Pública*, do IHU. É também doutoranda em educação pela Unisinos, com a pesquisa *Práticas Educativas, Justiça Social e Desenvolvimento: A Educação Popular Frente às Reformas Políticas e Mudanças Culturais na América Latina (1989-2009)*. É autora da edição nº. 29 dos *Cadernos Teologia Pública*, publicados pelo IHU, intitulado *Na fragilidade de Deus, a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é o contexto da *Mater et Magistra*? Qual a postura de João XXIII diante da Igreja e do ambiente europeu da época?

Ana María Formoso - Falar de *Mater et Magistra* é falar de João XXIII e seu contexto social e eclesial. Seu nome já figura na História como aquele que abriu amplas janelas da Igreja para que se desse passagem aos ventos do Espírito que fazem com que todas as coisas se tornem novas.

Temos que olhar para o contexto prévio da *Mater et Magistra*, o contexto mundial que formou parte da história de vida de João XXIII e o contexto que ele bebeu na França e em outros países.

Os esforços para estabelecer uma justiça social cristã no mundo operário não foram só obras da Igreja oficial. A Doutrina Social da Igreja, em nível oficial e universal, começou a aparecer com a *Rerum Novarum* de Leão XIII, em 1891. Esse atraso levou a Igreja a perder a massa operária em favor do marxismo violento e radical e do socialismo anticlerical.

Cristãos e cristãs realizavam individualmente grandes empreendimentos para superar anos de guerra. Muitas iniciativas aparecem nesses anos. Por exemplo, p Pe. Lebret funda o “Economia e Humanismo”, em 1941, para suscitar trabalhos científicos passíveis de desembocar na elaboração de uma doutrina que ponha a economia a serviço das pessoas. O Pe. Montuclard¹ cria um centro de pesquisa e uma revista, *Jeunesse de l’Eglise* (1942), a fim de encontrar soluções para o isolamento da Igreja no interior de um mundo que lhe escapa. *Sources Chrétiennes*, fundada por jesuítas de Lyon em 1942, dá início à publicação dos escritos dos Padres da Igreja para pô-los ao alcance dos/as cristãos/as que se preocupam em

¹ Pierre Marie Maurice (Marie-Ignace) Montuclard (1904-1988): padre dominicano de 1928 a 1953, quando foi demitido do estado clerical, participou da resistência francesa, foi o fundador do jornal *Jeunesse de l’Eglise* e, em seguida, tornou-se pesquisador do Centre national de la recherche scientifique e fundador do Laboratório de Economia e Sociologia do Trabalho da Universidade de Aix-en-Provence. (Nota da IHU On-Line)

voltar às fontes de sua fé.

Em vários países, entre os quais se destaca França, a Ação Católica² especializada enfatiza a evangelização dos ambientes e a transformação dos condicionamentos sociais. Trata-se dos movimentos de jovens que datam de período anterior à guerra: JOC, JAC, JEC, JIC, etc. Ao mesmo tempo, os antigos grupos de defesa religiosa se transformam em movimentos da ação católica geral: Ação Católica dos Homens - ACGH e Ação Católica Geral das Mulheres - ACGM.

O pós-guerra é também o desabrochar

² Ação Católica: nome dado ao conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX, visando ampliar sua influência na sociedade, através da inclusão de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. No Brasil, a Ação Católica foi criada em 1935 pelo Cardeal Leme. No início da anos 1960, a Ação Católica contava com três organizações destinadas aos mais jovens: a Juventude Estudantil Católica - JEC, formada por estudantes secundários, a Juventude Operária Católica - JOC, que atuava no meio operário, e a Juventude Universitária Católica - JUC, constituída por estudantes de nível superior. (Nota da IHU On-Line)

de um movimento catequético que teve início nos anos 1930 com Marie Fargues³ e Françoise Derkenne⁴. Joseph Colomb⁵, diretor do ensino religioso de Lyon, é seu animador e ele acentua a insuficiência do catecismo. Pede para o ensinamento religioso um retorno às fontes bíblicas e litúrgicas. É necessário estabelecer uma relação entre a proposição da fé e a experiência humana.

A guerra causou perdas enormes nos países do Leste Europeu e da Europa Central. No contexto pós-guerra e de um esforço de reconstrução deste continente muito complexo, é nomeado Papa João XXIII.

No dia 28 de outubro de 1958, Pio XII era sucedido pelo cardeal Roncalli, que assumiu o nome de João XXIII. O novo papa tinha 77 anos e pensa-se nele como um papa de transição. De origem camponesa, ele tivera uma carreira diplomática variada que influenciou no seu pontificado. Não esquecer sua simplicidade e sua competência intelectual, política. Era patriarca de Veneza desde 1953. De suas estadas em vários países, entre os quais a França, guardou a lição de que o mundo evoluíra muito e de que a Igreja estava ausente de diversos setores. Ele adota um novo estilo pontifical. Primeiro papa a sair do Vaticano desde 1870, ele visita a prisão de Roma, partindo em peregrinação para Loreto e para Assis.

IHU On-Line - A encíclica é divulgada poucos meses antes da convocação do Concílio, feita em dezembro de 1961. Qual a importância de João XXIII em relação ao Concílio Vaticano II?

Ana María Formoso - No dia 25 de janeiro de 1959, João XXIII anunciava sua tríplice intenção de reunir um sínodo para a diocese de Roma, de reformar o direito canônico e de reunir um concílio

³ Marie Fargues (1884-1973): pedagoga católica francesa do movimento da “éducation nouvelle”, corrente pedagógica que defende a participação ativa dos indivíduos em sua formação (Nota da IHU On-Line).

⁴ Françoise Derkenne (1907-1997): pedagogo católico francês, conhecido por suas várias obras em que defendia uma catequese mais litúrgica (Nota da IHU On-Line).

⁵ Joseph Colomb (1902-1979): filósofo, teólogo e padre francês, autor de um catecismo católico progressista, considerado um dos grandes pioneiros da pesquisa catequética (Nota da IHU On-Line).

para a Igreja universal. Sem ter ideias muito precisas sobre o conteúdo do concílio, João XXIII lhe atribui dois objetivos bastantes amplos: uma adaptação (*aggiornamento*) da Igreja e do apostolado a um mundo em plena transformação e o retorno à unidade dos cristãos. Para a Igreja, trata-se menos de lutar contra adversários que de encontrar um modo de expressão para o mundo no qual vive. “Mais ainda do que no plano da ação, pode-se dizer que este é o século da Igreja no plano da reflexão. Nos séculos precedentes, a Igreja, de fato nunca tinha estado no centro do estudo da pesquisa e da análise teológica como no nosso século... Em particular, a eclesiologia marcou passos gigantescos na Igreja Católica, graças à obra do Concílio Vaticano II. Este pôs em luz a origem trinitária da Igreja, o seu caráter místico e carismático, a sua propriedade de ser povo de Deus, a igualdade essencial de todos os seus membros, o sacerdócio dos fiéis, a responsabilidade universal do episcopado, a consistência das Igrejas separadas, a responsabilidade da Igreja e dos cristãos perante os problemas do mundo e da humanidade” (n.163).

IHU On-Line - Que dimensões você apontaria como fundamentais na encíclica? Que aspecto presente no texto aponta para os desafios da atualidade?

Ana María Formoso - A *Mater et Magistra* não é apenas uma comemoração do passado. Ela apresenta uma nova sensibilidade diante dos problemas sociais, focaliza-os, mas também aponta para uma nova mentalidade de reflexão: então, volta para soluções já conhecidas e ao mesmo tempo enfrenta problemas novos quando o trauma da guerra já parece estar sendo superado.

Alguns princípios que a encíclica sublinha e que temos que repensar para o contexto atual: 1) O trabalho não é uma mercadoria; sua contribuição deve ser fixada de acordo com as leis da justiça e da equidade (MM 18). 2) A propriedade privada é um direito natural, mas “tem, naturalmente intrínseca, uma função social” (MM 19). 3) O Estado não pode permanecer à margem das atividades econômicas e deve, antes de tudo, vigiar sobre as condições de vida dos trabalhadores e os contratos de trabalho (MM 20-

21). 4) Existe um “direito natural” dos trabalhadores de formar “associações próprias ou mistas” (MM 22). 5) As relações entre trabalhadores e empresários devem fundamentar-se nos “princípios de solidariedade humana e fraternidade cristã” (MM 23). Destaca-se a função social da propriedade - situando-a no mesmo nível que o direito à propriedade privada.

Uma palavra que marca a encíclica é desigualdade, em primeiro lugar, no interior dos países industrializados, que avançaram no desenvolvimento marginalizando alguns setores (particularmente a agricultura) e regiões inteiras (MM 123-156). Aponta para as desigualdades em nível mundial (MM 157-199) e as desigualdades nas relações políticas (MM 200-204). Nesta desigualdade aponta para o problema da distribuição de renda que está longe de ser desenvolvido pela industrialização de alguns setores e aparece o tradicional enfrentamento entre capital e trabalho que já se vinha colocando na *Quadragesimo Anno*.

Um conceito importante e muitas vezes conflituoso que trabalha a encíclica é o fenômeno da socialização (MM 59-67), e aqui vejo uma chave de leitura muito atual para repensar. Primeiramente, é necessário olhar compreensão de termo na *Mater et Magistra*: “Uma das notas mais características de nossa época é o incremento das relações sociais, ou seja, a progressiva multiplicação das relações de convivência, com a conseqüente formação de muitas formas de vida e de atividade associada, que foram refletidas, na maior parte das vezes, pelo direito público ou pelo direito privado” (MM 59).

A socialização aponta para uma antiga concepção do bem comum; a liberdade pode ser definida entre pessoas e coletividade, que está na base da atual multiplicação dos vínculos associativos em todos os âmbitos da vida humana.

Para compreender o bem comum, tem-se que perceber as implicações sociais, políticas da vida humana e do direito público e privado. Podemos dizer que é uma encíclica que trabalha nas fronteiras e que não foi só uma encíclica da “transição” senão uma proposta que traz temáticas de fronteiras que ainda desafiam a sociedade.

“Se a Doutrina Social da Igreja quiser permanecer viva, precisa se renovar continuamente”

“O mundo mudou muito nesses 50 anos que nos separam da *Mater et Magistra*”, afirma o teólogo jesuíta espanhol Ildefonso Camacho Laraña. “A Doutrina Social da Igreja reflete essa mudança: não trata hoje os mesmos temas que em 1961, nem os trata da mesma maneira”

POR MOISÉS SBARDELLOTTI | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

A *Mater et Magistra* não pode ser entendida fora do ambiente respirado pela Igreja na década de 1960: “décadas obscuras de um enfrentamento fechado com o mundo moderno e de um centralismo romano” que “começam a dar sintomas de esgotamento”, na opinião do teólogo jesuíta espanhol Ildefonso Camacho Laraña. Nesse sentido, afirma, a encíclica de João XXIII “é um bom expoente” desse ambiente.

É um documento que inova - segundo o teólogo, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line - “em seu tom e em seu estilo”. “Ele revela uma nova atitude da Igreja perante a sociedade”, afirma. “O mundo mudou muito nesses 50 anos que nos separam da *Mater et Magistra*. A Doutrina Social da Igreja reflete essa mudança: não trata hoje os mesmos temas que em 1961, nem os trata da mesma maneira”. É aí que radica a riqueza e a limitação da Doutrina Social: “Se quiser permanecer viva, precisa se renovar continuamente”, defende.

Ildefonso Camacho Laraña é jesuíta, professor e reitor da Faculdade de Teologia de Granada e da Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais da Universidade de Córdoba - ETEA, na Espanha. É também o responsável pela futura Universidad Loyola Andalucía, a primeira universidade privada da região da Andaluzia, na Espanha, projetada pela Companhia de Jesus. Dentre suas obras, destacamos *Doutrina Social da Igreja: Abordagem Histórica* (Ed. Loyola, 1995) e *Creyentes en la Vida Pública: Iniciación a la Doctrina Social de la Iglesia* (Ed. San Pablo, 1995). Confira a entrevista.

IHU On-Line - A que conjuntura mundial e período histórico o Papa João XXIII buscou responder com a publicação de sua encíclica *Mater et Magistra*, sobre a questão social, em 1961?

Ildefonso Camacho - O ano de 1961 ainda está próximo do final da Segunda Guerra Mundial, porém as coisas mudaram muito nesses 15 anos. O mundo entrou em uma fase econômica claramente expansiva, em parte como consequência da reconstrução pós-bélica, fortemente apoiada pelo Plano Marshall.¹ Os países que mais direta-

¹ Plano Marshall: Conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

mente sofreram o açoite da guerra (Europa central) estão fazendo um esforço imenso para voltar à normalidade. E esse esforço está dinamizando e impulsionando toda a economia mundial. A fase expansiva que, com alguns altos e baixos, se manterá até a entrada da década de 1970, supõe um ritmo de crescimento econômico sustentado que repercuta sobre todos os países do mundo.

A isso se unem os processos de descolonização que se multiplicam depois da guerra e abrem as antigas colônias da África e da Ásia à independência política. Independência política e ex-

A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall. (Nota da IHU On-Line)

pansão econômica permitem alentar expectativas de desenvolvimento em todos os países economicamente mais atrasados. Poderia parecer que era a dependência política dos territórios coloniais o principal obstáculo para o desenvolvimento desses povos (a história logo se encarregaria de demonstrar que, sendo um obstáculo, não era nem o único nem o mais importante).

Todos esses fatores explicam o fato de o ambiente que se respira aos 15 anos da finalização da guerra ser positivo e esperançoso. Por isso, dizemos que as coisas mudaram muito nesse intervalo de tempo. A trágica experiência da guerra, vivida como um grande fracasso da humanidade em seus es-

forços por conseguir uma convivência em paz, foi cedendo terreno à abertura de novos horizontes, à medida que as feridas também foram se estancando: esse passado que vai se afastando é história que não se pode ignorar (a história, mestra da vida). Porém, não pode atormentar a humanidade, nem, menos ainda, converter-se em paradigma para o futuro. Um novo futuro está por ser construído e há razões para confiar que será melhor.

Todo esse ambiente também é respirationado pela Igreja. As décadas obscuras de um enfrentamento fechado com o mundo moderno e de um centralismo romano pouco atento ao pluralismo de situações na Igreja universal (o que Karl Rahner² denominou a “etapa plana”) começam a dar sintomas de esgotamento. João XXIII é o melhor expoente dessa nova situação: em sua pessoa e em suas atitudes se refletem muitas expectativas e muitas iniciativas nem sempre bem vistas ao longo dos anos já transcorridos do século XX. Tudo isso começa a bulir com novo vigor desde que, em janeiro de 1959,

2 Karl Rahner (1904-2004): importante teólogo católico do século XX, ingressou na Companhia de Jesus em 1922. Doutorou-se em Filosofia e em Teologia. Foi perito do Concílio Vaticano II e professor na Universidade de Münster. A sua obra teológica compõe-se de mais de 4 mil títulos. Suas obras principais são: *Geist in Welt* [O Espírito no mundo], 1939, *Hörer des Wortes* [Ouvinte da Palavra], 1941, *Schriften zur Theologie* [Escritos de Teologia], 16 volumes escritos entre 1954 e 1984, e *Grundkurs des Glaubens* (Curso Fundamental da Fé), 1976. A Unisinos dedicou à sua memória o Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI, realizado de 24 a 27 de maio de 2004. A IHU On-Line n. 297, de 15-06-2009, foi dedicada a *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, disponível para download em <http://migre.me/11DUJ>. A edição n. 94, de 2-03-2004, publicou uma entrevista com J. Moltmann, analisando o pensamento de Rahner, disponível para download em <http://migre.me/11DTu>. No dia 28-04-2004, no evento *Abrindo o Livro*, Érico Hammes, teólogo e professor da PUCRS, apresentou o livro *Curso Fundamental da Fé*, uma das principais obras de Karl Rahner. A entrevista com o prof. Érico Hammes pode ser conferida na IHU On-Line n. 98, de 26-04-2004, disponível para download em <http://migre.me/11DTM>. A edição número 102 da IHU On-Line, de 24-05-2004, dedicou a matéria de capa à memória do centenário de nascimento de Karl Rahner, disponível para download em <http://migre.me/11DTW>. Os *Cadernos Teologia Pública* publicaram o artigo *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner*, de autoria do professor Dr. Érico João Hammes. Confira esse material em <http://migre.me/11DUa>. (Nota da IHU On-Line)

“Não esqueçamos que João XXIII foi o primeiro papa a dirigir uma encíclica ‘a todos as pessoas de boa vontade’”

João XXIII anuncia, perante a surpresa de seus colaboradores mais próximos, que vai convocar um concílio ecumênico. A *Mater et Magistra* não pode ser entendida fora desse contexto: é mais, é um bom expoente dele.

IHU On-Line - Que pontos o senhor analisa como as grandes novidades do documento, visto depois de 50 anos?

Ildefonso Camacho - A primeira novidade do documento reside em seu tom e em seu estilo. Pode parecer superficial começar por esse aspecto. Mas não o é na medida em que ele revela uma nova atitude da Igreja perante a sociedade. Após anos de distanciamento e de falta de compreensão, João XXIII mostra uma atitude positiva que busca identificar o que há de valioso na realidade socioeconômica, embora tampouco falte uma crítica do que é menos aceitável. Porém, o negativo não ocupa o primeiro plano, mas sim o positivo.

No que se refere às questões econômicas, o documento mantém como pano de fundo a confrontação entre os dois grandes sistemas, o capitalismo e o coletivismo, em um mundo que vai se configurando em torno dos dois blocos. Nisso ele segue a trajetória das duas encíclicas às quais faz referência na primeira parte: *Rerum Novarum* (de 1891) e *Quadragesimo Anno* (de 1931). Mas com um importante matiz diferenciador: não se concentra na crítica cerrada do coletivismo e do socialismo, nem é feita tampouco uma crítica sistemática do capitalismo, mas se põe a atenção nas possibilidades de um sistema misto.

No documento, tem prioridade a iniciativa privada a partir da liberda-

de, porém completada e processada pela intervenção dos poderes públicos. Aposta-se em um sistema misto de economia, que é o que está se desenvolvendo a partir das reformas introduzidas no modelo capitalista como consequência da crise de 1929 e, de modo mais sistemático, depois da Segunda Guerra Mundial: o que logo se tendeu em chamar de Estado social.

IHU On-Line - Alguns conceitos-chave emergem na encíclica, como propriedade, bem comum, subsidiariedade, solidariedade, justiça, equidade. Como se define uma ética econômica de inspiração cristã? Como conciliar o “desenvolvimento econômico” e o “progresso social”, nas palavras de João XXIII (n. 73)?

Ildefonso Camacho - A *Mater et Magistra*, seguindo a tradição dos documentos que a precederam, utiliza antes um tipo de discurso e de argumentação de caráter ético natural. Embora a inspiração cristã de fundo seja indubitável, sua explicitação é menor do que o será nos documentos posteriores ao Concílio Vaticano II. Nesse, como em outros aspectos, João XXIII representa uma transição: situa-se na tradição anterior que nasce com Leão XIII e se prolonga até Pio XII (embora este papa não tenha publicado nenhum grande documento social nessa forma mais solene de encíclica). Porém, já inicia com enfoques novos que se imporão com mais força a partir do Concílio.

Esse tipo de discurso, baseado em uma filosofia natural, responde à convicção do Magistério de que sua doutrina social tem um fundamento seguro em uma ética natural e revelada: tal concepção é explicável em uma época em que a Igreja está em aberta confrontação com a mentalidade moderna, que quer fazer da fé algo legítimo, porém não universalizável, fruto somente de uma opção pessoal. Sem embargo, na época do Concílio, essa orientação irá sendo substituída por outra que quer antes acentuar o que seria próprio e específico da fé cristã e da Igreja.

Conceitos tais como propriedade, bem comum, subsidiariedade, solidariedade, justiça ou equidade são empregados na *Mater et Magistra*, mas

sem esforço explícito de mostrar seu enfoque cristão: quase tudo o que se diz deles também pode ser dito a partir de uma ética natural.

A própria afirmação de que é preciso unir desenvolvimento econômico e progresso social (n. 73) é feita a partir de uma ética natural e indo passo a passo com o que está ocorrendo no mundo nesses momentos: assiste-se a um crescimento econômico sustentado praticamente em todos os países do mundo (países desenvolvidos e em desenvolvimento). Mas os frutos desse desenvolvimento não são distribuídos de forma equitativa entre todos.

Aqui, o “progresso social”, quando se analisa o texto, refere-se à participação de todos os grupos sociais nos resultados do desenvolvimento. Poucos anos depois, o Concílio, em sua Constituição sobre a Igreja no mundo de hoje, enriquecerá esse posicionamento para afirmar que o autêntico desenvolvimento deve ser, ao mesmo tempo, integral e solidário: ou seja, deve abranger todo o ser humano (e não se limitar ao bem-estar material entendido em função da renda econômica e da disponibilidade de bens) e chegar a todos os seres humanos (a todos os povos, a todos os grupos sociais de qualquer sociedade).

IHU On-Line - O senhor já fez referência a algumas inter-relações entre a *Mater et Magistra* e o Concílio Vaticano II, convocado no mesmo ano, em dezembro de 1961. Que aspectos a encíclica já prediz ou destaca sobre os debates que ocorreriam no Concílio?

Ildefonso Camacho - Com relação ao que precede, esta pergunta já está de algum modo respondida. Volto a sublinhar o tom positivo, de diálogo com a sociedade moderna, de valorização de tudo o que nela há de positivo e de promissor. Supõe uma virada esperançosa que preanuncia o que será o Concílio.

Mas a *Mater et Magistra* se move em um terreno mais limitado do que o Concílio: o dos problemas socioeconômicos. Todavia, caberia destacar dois aspectos que adiantam coisas que no Concílio ficariam muito mais desenvolvidas. Por uma parte, a *Mater et Ma-*

gistra, quando identifica alguns problemas novos do momento, centra sua atenção nas diferenças e desigualdades que se dão em âmbitos muito diferentes, embora sempre em relação ao socioeconômico: entre regiões, entre setores econômicos (é muito interessante a longa seção que é dedicada à marginalização do setor agrícola) e entre povos inteiros. Aqui já está anunciado qual vai ser, a partir do Concílio e mais ainda com Paulo VI (*Populorum Progressio*, de 1967), o tema central da Doutrina Social da Igreja: o problema Norte/Sul, que substitui em grande parte o que até então havia sido o tema central (capitalismo/socialismo (marxismo)).

“Em 1959, João XXIII anuncia que vai convocar um concílio ecumênico. A *Mater et Magistra* não pode ser entendida fora desse contexto: é mais, é um bom expoente dele”

Outro aspecto novo, que adianta desdobramentos ulteriores do Concílio, é o compromisso dos cristãos nessas tarefas e no trabalhar junto a pessoas com outras convicções religiosas ou ideológicas. João XXIII fala de “realidades temporais”, um campo muito adequado para o compromisso cristão, que o Concílio retomaria com um enfoque muito mais elaborado, a fim de reconhecer o papel insubstituível dos leigos nessas tarefas.

IHU On-Line - Partindo de encíclicas anteriores (*Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*), a *Mater et Magistra* também serve de base para textos posteriores (*Pacem in Terris* e *Gaudium et Spes*). Como o senhor examina, em traços gerais, as questões levantadas por esses documentos oficiais da Igreja e suas interconexões com relação à questão social?

Ildefonso Camacho - A *Rerum Novarum* (1891) é considerada o primeiro grande documento da Doutrina Social da Igreja. Pretende responder aos excessos do sistema socioeconômico que se desenvolveu no século XIX nos países industrializados, do qual as classes proletárias desses países são vítimas. E também se ocupa de prevenir perante a ameaça do socialismo revolucionário que se organiza em torno das Internacionais Operárias.

A *Quadragesimo Anno* (1931) se situa no momento da grande crise econômica que eclodiu em 1929: nela, convergem as crises cíclicas do modelo liberal capitalista, os efeitos da Primeira Guerra Mundial e a ameaça do modelo comunista já instaurado na Rússia. Talvez seja o documento mais duro com o sistema capitalista, o que não o faz voltar-se mais benevolamente ao socialismo: sugere antes uma terceira via, concretizada no corporativismo (um modelo que chegaria a extremos inaceitáveis nas mãos da ideologia fascista).

João XXIII significa uma virada que se inicia: não só por seu enfoque mais positivo e construtivo, mas também por ampliar os horizontes para abrir-se em duas direções: a socioeconômica, mudando de enfoque para centrar a atenção às diferenças mundiais; mas, ademais, introduzindo a perspectiva política (*Pacem in Terris*) para fixar-se tanto na política nacional como na dimensão mundial da política (conceitos como autoridade mundial e bem comum universal são de grande interesse nesta última encíclica sobre a paz). João XXIII abre, com isso, caminhos pelos quais avançarão o Concílio, Paulo VI e João Paulo II.

IHU On-Line - De acordo com o Papa, “os problemas humanos de alguma importância, qualquer que seja o seu conteúdo, científico, técnico, econômico, social, político ou cultural, apresentam hoje dimensões supranacionais e muitas vezes mundiais” (n. 200). A proposta de um governo mundial - para além da ONU - se renova com a publicação de *Caritas in Veritate*, de 2009. À luz da Doutrina Social da Igreja, qual seria a melhor solução para os desafios da globali-

zação?

Ildefonso Camacho - Essa distinção feita pelo texto em português é recolhida pela versão espanhola como problemas que “afetam necessariamente muitas e algumas vezes todas as nações” (n. 201). A ideia de fundo é a mesma: os problemas de hoje ultrapassam o âmbito de um país e, portanto, as competências de um Estado: afetam pelo menos vários países, porém muitas vezes chegam a ser problemas que afetam a humanidade (“a todas as nações”). E isso significa - é o que interessa destacar - que só podem ser eficazmente abordados a partir da colaboração e do compromisso de todos, e nunca a partir de iniciativas de governos isolados, que resultarão insuficientes.

Isto é, no entanto, em germe, aquilo que chamamos de globalização. Esse processo que caracteriza nosso tempo supõe, em uma primeira aproximação e falando, porém, antes em termos econômicos, uma progressiva unificação de todos os mercados, antes separados pelas fronteiras e por legislações muito restritivas, que agora se integram em um único e de dimensões planetárias.

Mas o mercado exige - a experiência o demonstrou - uma instância de controle que os contenha e estabeleça certas regras do jogo. Digo que a experiência o demonstrou porque os países que se desenvolveram no século XIX e começos do século XX, segundo o paradigma do capitalismo liberal (mercado livre, mínima intervenção do Estado), entraram em uma crise que só foi superada com a instauração de um modelo de capitalismo misto (mercado + poderes públicos). O mercado único globalizado também parece exigir uma instância reguladora, porém agora de dimensões planetárias.

Não é fácil projetá-la, nem vale extrapolar o modelo do poder do Estado em escala mundial. Mas o fato de não ter o modelo concreto dessa instância não anula a consciência aguda de sua necessidade, inclusive de sua urgência. E a recente crise, que estourou em 2008 nos mercados financeiros norte-americanos para logo estender-se como a pólvora, tem suscitado um forte clamor em favor da instauração

de um organismo que ponha ordem no caos que é hoje a economia mundial. O protagonismo que, nestes últimos três anos, vem adquirindo o G-20³ confirma isso, por mais que suas iniciativas defraudem por serem insuficientes e timoratas.

E Bento XVI apostou decididamente em favor dessa instância mundial (ele a chama de “autoridade mundial”) em sua encíclica *Caritas in Veritate*: é, talvez, uma das propostas mais concretas e mais taxativamente formuladas de todo o documento.

IHU On-Line - Na *Mater et Magistra*, João XXIII nos propôs um “método” para a concretização dos “princípios e [das] diretrizes sociais”: ver, julgar

“A primeira novidade do documento reside em seu tom e em seu estilo. Ele revela uma nova atitude da Igreja perante a sociedade”

e agir (n. 235). Qual é o significado mais profundo dessa tríade?

Ildefonso Camacho - Esse método não é uma novidade de João XXIII. Mas tem, sim, origem cristã, já que foi criação da Juventude Operária Católica - JOC, um movimento especializado da Ação Católica: concretamente, quem primeiro o empregou foi a juventude operária católica da Bélgica, sob a inspiração do Cardeal [Josef-Léon] Cardijn. É interessante, todavia, que João XXIII o tenha tornado seu na *Mater et Magistra*, propondo-o como um instrumento para a aplicação dos “princípios gerais da doutrina social”.

Seu valor reside na harmonização desses três momentos. Começar pelo “ver” significa deixar-se impactar pela

³ O Grupo dos 20 (ou G20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo, dentre as quais o Brasil, mais a União Europeia. Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990. (Nota da IHU On-Line)

realidade e, além disso, tentar fazer uma análise dela: compreender os mecanismos que nela atuam. É ainda mais importante pelo fato de nós, cristãos, sermos muito propensos a projetar nossos ideais sobre essa realidade (ideais muito elevados, por outra parte), sem levar em conta as resistências que esta oferece à mudança.

O momento doutrinal (“julgar”) vem depois: é aí que projetamos nossos critérios e nossa visão cristã de entender a vida sobre a realidade analisada. E, para que não fiquemos nesse juízo, que muitas vezes se limita a ser uma crítica sem compromisso de um estado de coisas, pede-se-nos que avancemos mais um passo: descer a formas concretas de atuação consequentes com nossas ideias (“agir”).

Assim descrito, esse método continua sendo perfeitamente válido hoje para defrontar-nos com a realidade. E mais, também pode ser aplicado a partir de uma postura não crente: nesse caso, o julgamento da realidade será feito a partir dos pressupostos de uma ética natural, não cristã. Em todo o caso, estamos diante de um caminho comum a ser percorrido por crentes e não crentes, embora uns e outros possam separar-se nos critérios que põem em jogo.

IHU On-Line - Aproveitando a data festiva da *Mater et Magistra*, como o senhor avalia a figura de João XXIII em seu contexto histórico? Qual é o significado de seu papado e de seu legado?

Ildefonso Camacho - Foi um papa que sintonizou profundamente com a época em que lhe coube viver. Nesse sentido, converteu-se em símbolo de uma igreja que buscava um reencontro com a sociedade moderna, da qual tanto havia se afastado desde o século XVIII pelo menos. Por isso, canalizou muitas expectativas que haviam surgido dentro da própria Igreja Católica ao longo do século XX, mas também despertou não poucas ilusões fora dela, que começavam a ver aí sintomas de aproximação.

Essa atitude chegou a se plasmar na convocatória de um Concílio ecumênico, algo que seus dois imediatos predecessores, Pio XI e Pio XII, não

conseguiram, dos quais, nos estudos históricos, consta que o propuseram em algum momento. Claro que o Concílio que João XXIII pensou, acabaria sendo muito diferente do que seus antecessores idealizaram. Porque João XXIII, que começou falando de um Concílio cuja principal tarefa seria a união dos cristãos, foi logo o reconduzindo em torno àquela palavra italiana que se tornou universal: *aggiornamento*. Com ela, o pontífice queria expressar a necessidade, muito aguda para ele, de que a Igreja se colocasse em dia, se não quisesse perder o trem da história. O eco que o Concílio teve, mostra que João XXIII não estava equivocado em suas pretensões.

IHU On-Line - Qual a sua análise da atual doutrina social da Igreja desde a publicação da *Mater et Magistra* até à recente encíclica *Caritas in Veritate* (2009), de Bento XVI, que também se ocupa desse tema? Que aspectos foram corrigidos, aprofundados ou superados desde então? Que outras questões também mereceriam uma maior atenção no contexto da sociedade contemporânea?

Ildefonso Camacho - Antes de tudo, e levando em conta a importância que antes atribuíamos ao “ver”, o mundo mudou muito nesses 50 anos que nos separam da *Mater et Magistra*. A Doutrina Social da Igreja reflete essa mudança: não trata hoje os mesmos temas que em 1961, nem os trata da mesma maneira. Aí radica a riqueza, mas também a limitação da Doutrina Social: se quiser permanecer viva, precisa se renovar continuamente.

Simplificando muito as coisas, dois fatos maiores marcam o nosso mundo com relação ao da *Mater et Magistra*. O primeiro é o avanço do processo de globalização: é quase tópico dizê-lo, mas não podemos ignorá-lo. João XXIII

“A Doutrina Social da Igreja não trata hoje os mesmos temas que em 1961, nem os trata da mesma maneira. Aí radica sua riqueza, mas também sua limitação: se quiser permanecer viva, precisa se renovar continuamente”

intuiu que as coisas iriam por aí, mas ainda não podia analisar em detalhe esse processo. Limitou-se a constatar mudanças que apontavam nessa direção e a dar algumas sugestões de fundo. De certo modo, foi profeta...

O segundo fato maior é o avanço da secularização, que modifica o lugar que a Igreja e as religiões em geral ocupam na sociedade. A relevância do religioso decai como fator estruturante da sociedade: a palavra das autoridades religiosas encontra um eco reduzido. A sobrevivência do religioso requer uma forte experiência pessoal e convicções inquebrantáveis: isso se dá em determinados grupos, mas já é mais difícil falar de uma religião dominante que se impõe quase que por osmose. Ao mesmo tempo, observa-se um certo renascer do religioso, mas com uma forte dose de subjetividade e uma grande resistência a se enquadrar em instituições religiosas muito organizadas (como é o caso da Igreja). Evidentemente, esse é um desafio de grande envergadura para a Igreja e

para todas as religiões. Bento XVI refletiu continuamente essa preocupação em suas intervenções.

Por outra parte, hoje não vivemos aquele ambiente otimista e esperançoso dos anos 1960, a época do Concílio. A recente crise econômica, os contínuos conflitos bélicos, a insegurança crescente (como consequência do terrorismo, porém não só dele...), são alguns fatos dominantes. E vivemos tudo isso a partir de um individualismo que se impõe por toda a parte: passaram os tempos da fé nos grandes projetos coletivos, e refugiamos-nos em um “salve-se quem puder” ou em uma competição selvagem que nos faz sentir “em um mundo sem lar” (para recordar o título de uma obra de Peter Berger, que foi muito lida há uns 30 anos).

Nesse contexto, torna-se difícil manter a esperança, uma virtude tão cristã. Oxalá fôssemos capazes, nós, cristãos, e as pessoas que têm uma fé monoteísta, de despertar e manter algo de esperança em nosso mundo e de comunicá-la aos demais.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Ildefonso Camacho - Para terminar, só gostaria de voltar sobre a pessoa de João XXIII que está na origem desta entrevista. E o faço convidando a nos aproximarmos de sua figura com o desejo de imitar a sua índole. Nem todos nós podemos fazer as mesmas coisas, nem temos a mesma preparação ou os mesmos meios. Mas todos podemos manter essa índole de abertura, de interesse pelos problemas do mundo, de “mão estendida” a tudo o que vai aparecendo de positivo, de diálogo com todas as pessoas de boa vontade. Não esqueçamos que João XXIII foi o primeiro papa a dirigir uma encíclica “a todos as pessoas de boa vontade” [na *Pacem in Terris*, de 1963].

NOTÍCIAS DO DIA NA PÁGINA ELETRÔNICA DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR



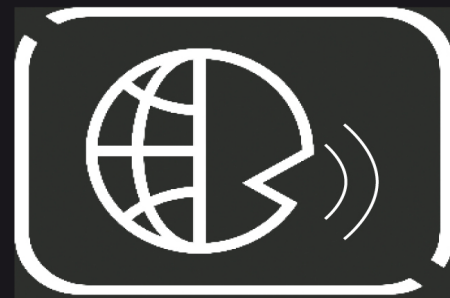
INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



Os donos da mídia e a resistência necessária

POR EDUARDO SILVEIRA DE MENEZES*

Não é nenhuma novidade. O abuso de poder imposto pela propriedade privada dos meios de comunicação públicos é, sem sombra de dúvidas, um atentado à democracia e precisa ser enfrentado. No entanto, a forma com que os agentes políticos e econômicos operam no setor das comunicações, seja no Brasil, seja na Europa, demonstra que o embate a ser feito necessita de uma base social sólida; autônoma das decisões do Estado e do mercado e, sobretudo, consciente do seu papel decisivo para a transformação social. Neste sentido, é preciso apontar na direção de outras esferas de extensão da vida em sociedade, as quais ultrapassam o domínio político para se legitimarem em ações de cunho coletivo, mesmo as de pouca visibilidade.

Confere-se, assim, papel de destaque às iniciativas midiáticas essencialmente independentes. Em âmbito acadêmico, comunitário ou sindical, não são poucas as experiências de caráter não hegemônico o que, por si só, não representa uma ameaça ao modelo comercial, mas indica o avanço da comunicação que se reivindica alternativa. Por falta de incentivo do governo e considerando as amarras da legislação brasileira,¹

¹ _____. Presidência da República. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccj-vil_03/Leis/L9612.htm>. Acesso em: 17 abr. 2011.

que não permite o apoio comercial e ameaça a sustentabilidade destes veículos, provoca-se um anonimato estratégico, colaborando para a manutenção da ordem conservadora.

Na Europa, os exemplos de Rupert Murdoch e Silvio Berlusconi atestam para os riscos da liberalização do capital, principalmente quando está direcionada ao uso do poder exercido através dos meios de comunicação. A legislação italiana também se mostra falha, pois permite que o atual primeiro-ministro, no cargo há mais de 16 anos, mantenha o controle dos principais meios de comunicação do país. Através do grupo audiovisual de maior expressão na Itália, o *Mediaset*, Berlusconi promove a marketização de projetos pessoais, tanto a nível institucional, quanto ideológico. Na mesma linha atua Murdoch, dono da *News Corporation*, hoje disputando espaço com os principais conglomerados de mídia do mundo como o *The Walt Disney Company* e a *Time Warner*.

Murdoch não enfrentou problemas em concretizar a aquisição do principal concorrente no mercado de serviço de televisão por satélite, tendo, inclusive, o aval do governo

ria e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccj-vil_03/Leis/L9612.htm>. Acesso em: 17 abr. 2011.

* Jornalista. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, bolsista da Capes, membro do Grupo de Pesquisa Cepos (apoiado pela Ford Foundation). E-mail: <dudu-menezes@gmail.com>.

Thatcher. A *News Corporation* obteve o sinal verde para evitar uma análise da operação e começar a negociar os termos do acordo do contrato, efetuando a compra total das ações da transmissora de TV por satélite BSkyB, algo em torno de 14 bilhões de dólares. Os casos europeus comprovam o poder exercido pelos donos das megacorporações midiáticas sobre os governos de turno.

Diferente do que ocorre na Europa, onde existe o predomínio do sistema público, no Brasil, evidencia-se a atuação da propriedade privada dos meios de comunicação. Contudo, esta mudança de paradigma não diminui as ingerências dos empresários de mídia sobre os órgãos deliberativos do Estado, espaço propício para a utilização do serviço de concessões como moeda de troca, sempre que convém ao governo. Fator que acaba sendo reforçado pelo controle exercido sobre alguns veículos ditos comunitários, prática comum entre políticos da base e da oposição.

Diante disso, é preciso reforçar o caráter independente das produções midiáticas, as quais estão contidas no domínio daquilo que se convencionou chamar de comunicação alternativa. A viabilidade de novos agentes no mercado, premissa forte da liberalização, pode ser utilizada como estratégia democratizante quando aplicada tanto ao modelo público, monopolista, quanto ao privado, oligopolista. Empregado para fins particulares, o mer-

cado, mesmo quando regulado, não costuma responder aos interesses públicos mais básicos. Como é o caso da participação social no processo produtivo.

“Em âmbito acadêmico, comunitário ou sindical, não são poucas as experiências de caráter não hegemônico o que, por si só, não representa uma ameaça ao modelo comercial, mas indica o avanço da comunicação que se reivindica alternativa”

A descentralização na produção de conteúdos e na gestão das emisoras de caráter alternativo permite a autonomia dos sujeitos sociais envolvidos no processo de construção das novas experiências comunicacionais. Tais medidas permitem, ainda, a experimentação, geralmente descartada pelos administradores do

modelo público e do privado, já que estão em jogo as regras de sobrevivência e aceitação de cada sistema. Isto implica a necessidade de opor-se a qualquer medida que procure assegurar o domínio de uma classe sobre a outra. É comum, por meio de pressões políticas ou psicológicas, que um grupo dirigente tente coibir a atividade crítica e a resistência às suas tomadas de decisão. Portanto, infere-se que todo consenso formado em torno destes aparelhos prejudica a livre atividade de expressão e de manifestação dos atores sociais não hegemônicos.

Quando se coloca frente a frente os dois modelos, sem discutir a distribuição de poder, não se estão evidenciando os riscos de fracasso aos quais estão submetidas as experiências alternativas. O simples afastamento da estrutura de mercado não é suficiente para evitar os abusos de poder, que podem assumir uma postura autoritária sob o véu da regulação pública. Esta tomada de posição, sem as devidas ressalvas, poderia equivaler a submeter-se em operar enquanto aparelho privado do Estado, não aderindo às regras de jogo do mercado, mas, também, não exercendo livremente o direito à comunicação. Na verdade, a mídia independente precisa achar as brechas para operar em qualquer um dos casos, pois, no atual contexto, ambos reproduzem uma ideologia particular e estão a serviço das forças dominantes.



ESPECIALIZAÇÃO EM TELEVISÃO E CONVERGÊNCIA DIGITAL

TURMAS EM PORTO ALEGRE

Inscrições pelo site www.unisinos.br/especializacao/televisao_digital/
ou pela central de relacionamento da Unisinos Fone : 3590-8131

**AULAS EM CONJUNTO
COM A GLOBO
UNIVERSIDADE**

REALIZAÇÃO:
 UNISINOS

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 03-05-2011 a 06-05-2011.

A revanche da história: uma interpretação teológica da Primavera Árabe

Entrevista especial com Henri Boulad, padre jesuíta

Confira nas Notícias do Dia de 03-05-2011

Acesse no link <http://migre.me/4rkY>

O padre jesuíta egípcio Henri Boulad convive com a ditadura em seu país há mais de trinta anos e, neste momento histórico, analisa a revolução sociopolítica egípcia contra o ditador Hosni Mubarak.

O momento histórico do futebol gaúcho

Entrevista especial com Berenice Corsetti e Hélio Paz

Confira nas Notícias do Dia de 04-05-2011

Acesse no link <http://migre.me/4rkVX>

Os professores universitários, Berenice Corsetti e Hélio Paz, torcem, respectivamente, para Internacional e Grêmio. Nesta entrevista, analisam o atual momento dos times de futebol, que disputam a mesma etapa da Libertadores da América e a final do campeonato regional.

“O Vale do Sinos só não é um cluster sofisticado porque se subestima”

Entrevista especial com Carlos Paiva, economista

Confira nas Notícias do Dia de 05-05-2011

Acesse no link <http://migre.me/4s0d9>

Com base nos estudos realizados acerca da realidade socioeconômica do Vale dos Sinos, o economista Carlos Paiva, da FEE, acredita que a região deve explorar alternativas de base exportadora e enfatiza que o arranjo produtivo local calçadista ainda é rico e tem condições de desdobrar novos sistemas produtivos.

Ser e estar no mundo da Cultura Tecnológica

Entrevista com Eduardo Vizer, sociólogo

Confira nas Notícias do Dia de 06-05-2011

Acesse no link <http://bit.ly/mNV8aD>

“A Cultura Tecnológica é, hoje, nosso novo meio natural, nossa natureza domada e dominante”, comenta o pesquisador argentino. Para ele, toda tecnologia tem dois lados: um que pode nos liberar, nos potencializar e nos projetar mais além de nossos limites físicos tradicionais, e o outro que nos torna dependentes desses dispositivos.

Imagética da Devoção

Prof. Dr. José Rogério Lopes - PPG Ciências Sociais/Unisinos

Horário: Das 17h30min às 19h

Data: 19/5/2011

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

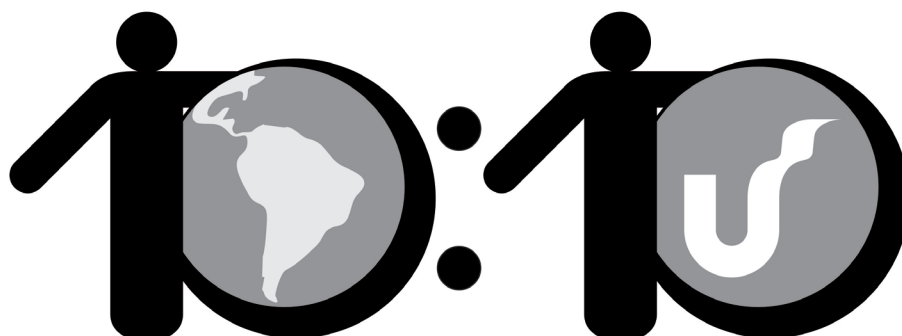
Informações em www.ihu.unisinos.br

REDUZIR: uma atitude cada vez maior.

A **C**ampanha 10:10 Global surgiu em 2009 com a ideia de **reduzir** em 10% o **C**onsumo de carbono no mundo a partir de 2010.

Inspirada nessa ideia, a Unisinos implantou o projeto **10:10 Unisinos**, que iniciou no dia 10 de outubro de 2010 com o objetivo de reduzir em 10% a emissão de **carbono** na universidade.

A **Agência Experimental de Comunicação** da Unisinos colaborou com essa campanha através da **criação do logotipo**.



Pra viver, tem que cuidar e fazer acontecer.

ABRACE ESSA CAUSA

Criada em julho de 2002, a Agexcom reúne em um único espaço professores, profissionais e estagiários dos cursos de Comunicação Social da Unisinos. A agência realiza trabalhos de criação e divulgação para diversos setores e cursos da universidade.

Além disso, é responsável pelo site de comunicação portal3.com.br, a revista Primeira Impressão e os jornais Enfoque e Babélia.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Ciclo de Palestras: Renda básica de cidadania

Palestra: Renda Básica de Cidadania. Um panorama da situação brasileira.

Palestrante: Profa. Dra. Lena Lavinias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Data: 23 de maio

Horário: Das 19h às 20h - Recepção e credenciamento

Das 20h às 22h - Palestra

Informações em www.ihu.unisinos.br

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 10-5-2011
<p>Evento: Simpósio Margens da Palavra: veredas filosófico-literárias no Brasil Prof. Dr. Luiz Rohden, Prof. Dr. Roque Junges, doutorando Rogério M. da Silva, doutorando João R. Kunz Profa. Dra. Marlene Nascimento de Matos - Unisinos (coord. de sessão) - Sala Conecta Horário: 14h às 17h - Comunicações. Das 17h30 às 19h - Grupo Hermenêutica e Filosofia Unisinos Local: Sala Conecta e Miniauditório da Biblioteca</p>
Dia 12-5-2011
<p>Evento: IHU ideias - Maio 2011 Dr. Marcelo Leandro dos Santos - Instituto Humanitas Unisinos - IHU A triste ciência de Theodor Adorno Horário: das 17h30min às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU</p>
<p>Evento: 5º Seminário de Políticas Sociais Horário: 9h - Abertura 9h30min - Painel e debate: Realidades, Estado, sociedade e economia hoje. Para onde vamos? Com participação de um representante do grupo articulador do 5º Seminário e Prof. Dr. Marcio Pochmann - IPEA/UNICAMP 12h - Intervalo 13h30min - Painel e debate - As políticas sociais e a democratização da democracia. Que fazer? Com as participações do Prof. Dr. Rudá Ricci - PUC Minas e 17h30min - Encerramento Local: Auditório Maristas R. Irmão José Otão, 100. Bairro Bom Fim, Porto Alegre - RS</p>

21 de maio

Escola de Formação Fé, Política e Trabalho 2011

Da alienação à conscientização para uma prática transformadora da realidade.

Assessoria: Prof. Dr. Pedrinho Guareschi - PUC/RS

www.ihu.unisinos.br

Rosa: os textos e a trama de fios

“Maldição do idioma”, a filosofia mata a poesia, disse o escritor em entrevista a Guinther Lorenz, a menos que venha de Kierkegaard ou Unamuno. Literatura especulativo-metafísica é o que a obra roseana sinaliza, menciona Luiz Rohden

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

Uma literatura especulativo-metafísica é o que Guimarães Rosa propõe, levantando questões que fazem o leitor se questionar “sobre a vida e as questões ético-políticas para além das veredas”. Uma metafísica movente ou vertente é a sua proposta literária, teoriza o filósofo Luiz Rohden, na entrevista que concedeu à **IHU On-Line** por e-mail.

Rohden é graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mestre e doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, com a tese *Experiência e linguagem: princípios da hermenêutica filosófica*. cursou pós-doutorado no Boston College, nos Estados Unidos. De suas obras, destacamos: *O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles* (Porto Alegre: Edipucrs, 1997); *Entre a linguagem da experiência e a experiência da linguagem* (São Leopoldo: Unisinos, 2005) e *Interfaces da Hermenêutica: método, ética e literatura* (Caxias do Sul: Editora UCS, 2008). Em 10 de maio, o filósofo participa do Simpósio margens da palavra: veredas filosófico-literárias no Brasil, na Unisinos. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são os principais elos que entrelaçam a literatura de Guimarães Rosa¹ à filosofia?

Luiz Rohden - Em primeiro lugar, do ponto de vista do conteúdo, podemos dizer que ambos tratam de questões relativas ao homem, à natureza, ao

¹ João Guimarães Rosa (1908-1967): escritor, médico e diplomata brasileiro. Como escritor, criou uma técnica de linguagem narrativa e descritiva pessoal. Sempre considerou as fontes vivas do falar erudito ou sertanejo, mas, sem reproduzi-las num realismo documental, reutilizou suas estruturas e vocábulos, estilizando-os e reinventando-os num discurso musical e eficaz de grande beleza plástica. Sua obra parte do regionalismo mineiro para o universalismo, oscilando entre o realismo épico e o mágico, integrando o natural, o místico, o fantástico e o infantil. Entre suas obras, citamos: *Sagarana*, *Corpo de baile*, *Grande sertão: veredas*, considerada uma das principais obras da literatura brasileira, *Primeiras estórias* (1962), *Tutaméia* (1967). A edição 178 da IHU On-Line, de 02-05-2006, dedicou ao autor a matéria de capa, sob o título “Sertão é do tamanho do mundo”. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa, disponível para download em <http://migre.me/qQX8>. De 25 de abril a 25-05-2006 o IHU promoveu o *Seminário Guimarães Rosa: 50 anos de Grande Sertão: Veredas*. Confira, ainda, a edição 275 da *Revista IHU On-Line*, de 29-09-2008, intitulada *Machado de Assis e Guimarães Rosa: intérpretes do Brasil*, disponível em <http://bit.ly/mBZOCe>. (Nota da IHU On-Line)

mundo material e espiritual. Ou seja, o constante esforço de Rosa em compreender e traduzir em linguagem o bem e o mal, Deus e o Demônio, o físico e o metafísico, tem por escopo tematizar a identidade humana tecida com suas distintas feições. Podemos dizer que sua obra contém, expressa e tematiza o humano - brasileiro e universal - a partir das minas com suas riquezas e horrores.

Do ponto de vista da linguagem, Rosa operou uma revolução e inovação na literatura brasileira e universal à medida que a tomou não apenas como um instrumento de comunicação, mas como modo de expressão e de constituição do real. Ao modo de Heidegger²

² Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 2-05-2005, o *artigo O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://migre.me/uNtf>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://migre.me/uNtv>, e 187, de

e de Gadamer³ podemos dizer que, em seu esforço por tematizar o real, ele o fez tramando seus textos com fios da poesia, do mito, do seu regionalismo e do rigor científico da nossa língua.

IHU On-Line - É possível falar em uma metafísica da linguagem a respeito de Grande Sertão: Veredas? Por quê?

3-07-2006, intitulada *Ser e tempo*. A desconstrução da metafísica, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtC>. Confira, ainda, o nº 12 do Cadernos IHU Em Formação intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtL>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da IHU On-Line)

³ Hans-Georg Gadamer: filósofo alemão, autor de *Verdade e método* (Petrópolis: Vozes, 1997), faleceu no dia 13-03-2002, aos 102 anos. Por essa razão, dedicamos a ele a matéria de capa da IHU On-Line número 9, de 18-03-2002, *Nosso adeus a Hans-Georg Gadamer*, disponível em <http://migre.me/DtiK>. (Nota da IHU On-Line)

Luiz Rohden - Embora possa soar estranho falar nestes termos, o fato é que o próprio Rosa, na conhecida entrevista concedida a Günter Lorenz, mencionou expressões como *metafísica da língua*, *linguagem da metafísica* para expressar sua criação literária. Na entrevista Lorenz perguntou-lhe: “Você tem alguma coisa contra os filósofos?” ao que respondeu: “Tenho. A filosofia é a maldição do idioma. Mata a poesia, desde que não venha de Kierkegaard⁴ ou Un-

4 Soren Kierkegaard (1813-1855): filósofo existencialista dinamarquês. Alguns de seus livros foram publicados sob pseudônimos: Vítor Eremita, Johannes de Silentio, Constantín Constantius, Johannes Climacus, Vigilius Haufniensis, Nicolás Notabene, Hilarius Bogbinder, Frater Taciturnus y J, Anticlimacus. Filosoficamente, faz uma ponte entre a filosofia de Hegel e aquilo que viria a ser o existencialismo. Kierkegaard negou tanto a filosofia hegeliana de seu tempo, bem como aquilo que classificava como as formalidades vazias da igreja dinamarquesa. Boa parte de sua obra dedica-se à discussão de questões religiosas como a natureza da fé, a instituição da igreja cristã, a ética cristã e a teologia. Autor de *O Conceito de Ironia* (1841), *Temor e Tremor* (1843) e *O Desespero Humano* (1849). A respeito de Kierkegaard, confira a entrevista *Paulo e Kierkegaard*, realizada com o Prof. Dr. Álvaro Valls, da

munho, mas então é metafísica”. Em outro momento ele mesmo, atribuindo valores aos diferentes aspectos de sua obra, mensurou-a assim: “a) cenário e realidade sertaneja: 1 ponto; b) enredo: 2 pontos; c) poesia: 3 pontos; d) valor metafísico-religioso: 4 pontos”. Longe, pois, de parecer um antimetafísico, o que Rosa, em verdade, propõe é a uma literatura especulativo-metafísica, ou seja, que põe questões e leva o leitor a perguntar-se sobre sua vida e as questões ético-políticas para além das veredas. Neste sentido, podemos dizer que sua proposta literária pode ser concebida como uma espécie de metafísica movente, ou talvez, metafísica vertente, à medida que procu-

Unisinos, na edição 175, de 10-04-2006, da IHU On-Line, disponível para download em <http://migre.me/11Ym9>. A edição 314 da IHU On-Line, de 09-11-2009, tem como tema de capa *A atualidade de Soren Kierkegaard*, disponível para download em <http://migre.me/11YmH>. Leia, também, uma entrevista da edição 339 da IHU On-Line, de 16-08-2010, intitulada *Kierkegaard e Dogville: a desumanização do humano*, concedida pelo filósofo Fransmar Barreira Costa Lima, disponível em <http://bit.ly/9Zvufy>. (Nota da IHU On-Line)

ra entrelaçar o finito com o infinito, o particular e o universal de modo dialético-dialógico.

LEIA MAIS...

Luiz Rohden já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Confira:

* A crítica de Gadamer e Kierkegaard à filosofia abstrata. Edição 314 da Revista IHU On-Line, de 09-11-2009, disponível em <http://bit.ly/k5MXUW>;

* IHU Repórter - Luiz Rohden. Edição 329 da Revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/j70WuR>;

* Guimarães Rosa, um amante do saber. Edição 275 da Revista IHU On-Line, de 29-09-2008, disponível em <http://bit.ly/k7XrOQ>;

* Gadamer: alegre, simpático e simples. Edição 9 da Revista IHU On-Line, de 18-03-2002, disponível em <http://bit.ly/jtxmWu>.

A IHU On-Line já publicou duas edições especiais sobre Guimarães Rosa. Confira:

* “Sertão é do tamanho do mundo”. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa. Edição 178 da Revista IHU On-Line, de 02-05-2006, disponível em <http://bit.ly/bxzLgc>;

* Machado de Assis e Guimarães Rosa: intérpretes do Brasil. Edição 275 da Revista IHU On-Line, de 29-09-2008, disponível em <http://bit.ly/mBZOce>.

30 de maio de 2011

Oficina: Um debate sobre a Economia do Bem Comum hoje

Debatedor: Prof. Dr. Stefano Zamagni - Università di Bologna - Itália

Local: Sala Ignacio Elaccurría e Companheiros - IHU

Horário: 15h às 17h

Conferência: Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas

Conferencista: Prof. Dr. Stefano Zamagni - Università di Bologna - Itália

Local: Auditório Central

Horário: 19h30 às 22h

Informações: www.ihu.unisinos.br

Por que Guimarães Rosa é um escritor contemporâneo

POR MARLI FANTINI*

Guimarães Rosa é um viajante e sua poética tem uma vocação pluringüística e transnacional. O conhecimento de vários idiomas, o trânsito por inúmeras culturas, a diversidade de focos oriunda do olhar multifacetado do escritor - sertanejo, médico, intelectual, diplomata de carreira - são fatores decisivos na constituição de sua poética de “fronteiras”. A idéia rosiana de integrar, numa mesma rede múltipla e infinita, conhecimento e emoção, várias experiências e estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis, sob o princípio de amostragem potencial do narrável, engendra a totalidade potencial, conjectural, múltipla dos hiper-romances que emblematizam a literatura deste novo milênio. Hábil estrategista, o escritor e diplomata brasileiro conhece profundamente os lances mediante os quais pode reciclar os lugares fixos da geografia e da história, para criar múltiplas redes de sentido e relações de intersubjetividade, que, por sua vez, se enredam nas combinações recursivas entre ficção e referenciais geo-políticos, como se lê nesta passagem de *Grande sertão: veredas*: “Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda parte” (GSV, 8).

Sob o influxo da herança regionalista nacional e ancorado nas vanguardas européias, Rosa irá ficcionalizar, no romance *Grande sertão: veredas*, “o mal da jagunçagem”, um equivalente das atrocidades nazi-fascistas na América Latina e principalmente no Brasil (sob a ditadura do Estado Novo). O contexto histórico do romance pode ser reconhecido no tropeçante processo de modernização do Brasil e da América Latina em geral. Especialmente no Brasil, esse contexto se reflete no arrastado e mal resolvido processo de assimilação da República já há muito proclamada, mas com leis ainda não assimiladas e praticamente ignoradas vários setores rurais brasileiros. O cenário sertanejo em que se ancora estética e alegoricamente a obra prima rosiana retrata esse processo, por sua vez alicerçado em leis forjadas por latifundiários e asseguradas por seus

aparatos jagunços.

É de se salientar que seria inconseqüente desvincular a imagem de Guimarães Rosa das condições contextuais e simbólicas em que obras literárias latino-americanas foram produzidas. Intervir criativamente na realidade e renová-la através da literatura desponta como um dos ideários estéticos e políticos manifestos pelo escritor mineiro, ao final da entrevista por ele concedida ao crítico alemão Gunther Lorenz, quando ele, Rosa, foi vice-presidente do Primeiro Congresso Internacional de Escritores Latino-Americanos, em 1965:

Estou firmemente convencido, e por isso estou aqui falando com você, de que no ano 2000 a literatura mundial estará orientada para a América Latina; o papel que um dia desempenharam Berlim, Paris, Madrid ou Roma, também Petersburgo ou Viena, será desempenhado pelo Rio, Bahia, Buenos Aires e México. O século do colonialismo terminou definitivamente. A América Latina inicia agora o seu futuro. Acredito que será um futuro muito interessante, e espero que seja um futuro humano.

“Rosa irá ficcionalizar, no romance *Grande sertão: veredas*, ‘o mal da jagunçagem’, um equivalente das atrocidades nazi-fascistas na América Latina e principalmente no Brasil”

Riobaldo, narrador-protagonista do romance rosiano é um sujeito político empenhado em várias causas, dentre as quais “livrar o sertão do mal da jagunçagem” e denunciar uma causa ambiental. Neste papel, alerta a seu entrevistador que, se ele veio com a ilusão de descobrir um Brasil primitivo e idílico, a salvo do degradante impacto da modernização, é melhor que desista, pois o “paraíso perdido” já foi contaminado. No romance, a negatividade da mudança, em convergência com a consciência ambiental hoje recorrente em debates, entrevistas, livros, revistas, fóruns nacionais e mundiais, é, assim, denunciada por Riobaldo:

O senhor sério tenciona devassar este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço por aí pena, pede esmola. Mesmo os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que o traje de gibão é feio e capiau.

* Marli Fantini é professora de Teoria da Literatura e Literatura Comparada da Faculdade de Letras da UFMG. Dentre suas publicações, destaca-se o livro *Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens* (Senac/Ateliê, 2004), vencedor do Prêmio Jabuti 2005, em Teoria e Crítica Literária.

**IHU****@_ihu** São Leopoldo

O IHU busca apontar novas questões e respostas para os grandes desafios de nossa época...

<http://www.ihu.unisinos.br>

Edit your profile →

**Timeline**

Favorites

Following

Followers

Lists ▾

**_ihu** IHU

"O argumento mais absurdo é 'as mulheres usam a burca porque querem'. Não acredito nesse papinho multiculturalista"

<http://bit.ly/k65dya>

12 minutes ago

**_ihu** IHU

"Não sendo o centro do mundo, o homem não pode criar propostas como esta do novo Código Florestal"

<http://bit.ly/kfx3CI>

28 minutes ago


**_ihu** IHU

"As 60 mil famílias que se declararam gays para o Censo 2010 podem sair do armário sem medo da insegurança jurídica"

<http://bit.ly/jsh7Wo>

43 minutes ago

http://twitter

 About you

18,238
Tweets

343
Following

2,216
Followers

168
Listed

Following **343**

Followers **2,216**



[About](#) [Help](#) [Blog](#) [Mobile](#) [Status](#) [Jobs](#) [Terms](#) [Privacy](#) [Shortcuts](#)
[Advertisers](#) [Businesses](#) [Media](#) [Developers](#) [Resources](#)

© 2011 Twitter

r.com/_ihu

Salário mínimo é a melhor política social brasileira

Brasil não tem um Estado de Bem-Estar Social comparável ao modelo europeu porque não teve uma relação sindicatos/partidos social-democratas, como ocorreu no fim do fascismo, assinala o sociólogo Rudá Ricci

POR PATRICIA FACHIN

Enquanto tenta encontrar um modelo de políticas sociais a ser seguido, que garanta acesso à saúde, educação e previdência, o Brasil investe acertadamente no aumento real do salário mínimo, o qual, segundo o sociólogo Rudá Ricci, é a política social mais eficiente no momento e a responsável pela contenção da pobreza no país.

Em entrevista à **IHU On-Line** por e-mail, Ricci explica que as políticas de transferência de renda estão consolidadas, mas não são sustentáveis financeiramente, “porque o pacto desenvolvimentista lulista se baseou na conciliação de interesses”. A adoção de programas de distribuição de renda como o Bolsa Família ainda não são suficientes para mudar a trajetória histórica de má distribuição de renda no Brasil. “Este é o impasse do lulismo”, lamenta. A superação deste dilema, segundo Ricci, está na adoção da “tributação progressiva, atingindo a manifestação de riqueza”.

Rudá Ricci participa do 5º Seminário Nacional de Políticas Sociais, em Porto Alegre, no dia 12 de maio, apresentando o painel As políticas sociais e a democratização da democracia. Que fazer? A programação completa está disponível na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Rudá Ricci é graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP. É mestre em Ciência Política e o doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Atua como consultor no Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e do Instituto de Desenvolvimento. É diretor do Instituto Cultiva e professor da Universidade Vale do Rio Verde e da PUC Minas. É autor de *Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como vê as políticas sociais brasileiras? O que elas revelam sobre o Brasil?

Rudá Ricci - Nós iniciamos o governo Lula com a retomada da discussão sobre a focalização das políticas. Quem liderava esta discussão era o Ministério da Fazenda, tendo à frente o então ministro Palocci. No final da gestão Lula já havia uma mudança de 180 graus nesta concepção. Isto demonstra como esta área sofreu idas e vindas. O fato é que temos políticas de transferência de renda bem consolidadas, embora não sustentáveis financeiramente, porque o pacto desenvolvimentista lulista se baseou na conciliação de interesses. Em outras palavras, as gestões Lula não alteraram a política tributária regressiva, onde os mais ricos pagam menos, o que acabou gerando financiamento da transferên-

cia de renda entre assalariados, em especial, sugando recursos da classe B. Nas políticas sociais tradicionais - como educação, saúde, previdência -, ainda estamos tateando num modelo a ser seguido. Na gestão Lula, para dar um exemplo, tivemos um embate para implantar a administração do SUS via OSCIPs. Felizmente as tentativas governamentais foram frustradas. Na educação, apenas com a aprovação do Plano Nacional da Educação - PNE, possivelmente em outubro deste ano, teremos uma política estratégica mais definida. Com a Lei de Responsabilidade Educacional, o PNE será efetivamente seguido.

IHU On-Line - Como o senhor avalia o discurso da presidenta Dilma em relação à erradicação da pobreza e da miséria no país? As políticas sociais

atuais indicam para este caminho de superação e seguridade social?

Rudá Ricci - O que está debelando a pobreza no país é o aumento real do salário mínimo. Os estudos da FGV-RJ são conclusivos a respeito. O problema é político. A inclusão pelo consumo sempre foi motivador de emergência de pensamento conservador, como ocorreu nos EUA, nos anos 1950. A nova classe C é centrada na família, ressentida em função de seu passado, cínica politicamente (já que desconfia das autoridades públicas e de todos os instrumentos de representação social), teme perder o status que atingiu recentemente. É algo muito distinto da inclusão pela política, que era a tônica do discurso petista na sua origem.

IHU On-Line - Por que no Brasil ainda não foi possível estabelecer um Esta-

do de Bem-Estar Social?

Rudá Ricci - Não temos um Estado de Bem-Estar Social de tipo europeu porque não tivemos a relação sindicatos/partidos social-democratas que ocorreu com o fim do fascismo. Mas o lulismo esboçou um Welfare State e é esta a origem de sua imensa popularidade. Um modelo fordista, apoiado na concentração do orçamento público (ao redor de 60% de todo orçamento público do país se concentra na União), no financiamento do alto empresariado pelo BNDES, nas políticas de transferência de renda, no financiamento das entidades de representação de massas e na coalizão presidencialista (que vem eliminando os espaços da oposição). É hora de atentarmos para esta inovação. Procuramos a comparação com o exterior, mas a novidade está justamente aqui.

IHU On-Line - Pode explicar melhor essa ideia de que a novidade está justamente aqui? Quais são os limites disso?

Rudá Ricci - A novidade é que temos um fordismo peculiar, tupiniquim. O modelo fordista-keynesiano se baseia num pacto desenvolvimentista apoiado no ápice no fomento e orientação do Estado, que se abre para o subsídio dos gastos populares e no financiamento das empresas de ponta. Neste caso, a lógica é criação de um poderoso mercado consumidor que cria a plataforma para exportação de produtos nacionais de alta tecnologia. Foi exatamente o que ocorreu nos EUA a partir do New Deal, em 1933, e se disseminou pelo mundo logo após a Segunda Guerra. Os limites desta estrutura é que este pacto não possibilita fluidez ou rearranjos em virtude de problemas externos. Foi exatamente esta rigidez que gerou a crise dos anos 1970 em função da alta do preço do barril de petróleo. Em 1974, o preço do petróleo subiu 11 vezes ao longo do ano. Em 1975, inauguramos no Brasil o pró-álcool. A diferença é que agora temos o pré-sal. Mas os riscos existem.

IHU On-Line - Uma das principais causas da desigualdade social no Brasil é a má distribuição de renda. Como, nesse sentido, as políticas

sociais podem garantir a seguridade social se a renda continua sendo mal distribuída?

Rudá Ricci - Este é o impasse do lulismo. Ou adotamos a tributação progressiva, atingindo a manifestação de riqueza, ou continuamos com este dilema. O fato é que o lulismo é uma conciliação de interesses entre classes e grupos de interesse. Somente com forte afluxo de recursos externos ele se mantém em pé. Caso contrário, algo deste pacto desenvolvimentista terá que ser quebrado: ou corte de crédito para os gastos populares (em especial, da classe C) ou a tributação

“A tomada do Ministério do Trabalho pelas centrais sindicais e a posse de Jorge Gerdau como coordenador do Comitê de Gestão do governo federal são elementos que esboçam os contornos deste curso neocorporativo atual”

progressiva. Quem sabe o uso do Fundo Social do Pré-Sal. Mas como está, dificilmente resistirá até o final da gestão Dilma.

IHU On-Line - Qual é a política social brasileira mais eficiente atualmente? Por quê?

Rudá Ricci - É o aumento real do salário mínimo. O restante parece viver ainda uma formatação mais clara, de cunho estratégico. Não me parece que se tenha uma definição consolidada.

IHU On-Line - Qual é o papel do trabalho e de melhores salários como para garantir a seguridade social neste contexto atual? Podemos dizer que o trabalho continua sendo um

instrumento essencial?

Rudá Ricci - É claro. Mesmo porque, o modelo fordista se baseia no trabalho e no financiamento do trabalho. Veja o caso do uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT como poupança para investimentos públicos. A aposentadoria e pensões alimentam os municípios com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Brasil.

IHU On-Line - Por que, ao longo da história brasileira, se investiu em políticas sociais em vez de se investir em mudanças estruturais?

Rudá Ricci - Em virtude de uma estrutura estatal totalmente dominada por interesses privados, o que ainda ocorre. A tomada do Ministério do Trabalho pelas centrais sindicais e a posse de Jorge Gerdau como coordenador do Comitê de Gestão do governo federal são elementos que esboçam os contornos deste curso neocorporativo atual. Trata-se de um agiornamento do que ocorre desde sempre no interior do Estado brasileiro. Os interesses se acomodam e não conseguimos formular políticas gerais, estratégicas.

IHU On-Line - Que avaliação faz dos primeiros meses do governo Dilma? O ajuste fiscal anunciado no início do governo pode prejudicar as políticas sociais do país?

Rudá Ricci - Ainda não está claro qual o real ajuste fiscal que será promovido. Veja o caso das emendas parlamentares e cortes de obras em municípios. Após muita pressão inicial, o governo federal já anuncia que os cortes ocorrerão em julho (inicialmente teriam sido feitos em abril) ou dezembro! Ora, todos sabemos que a motivação eleitoral de 2012 envolve toda base aliada do governo federal. Vamos aguardar para ter uma noção mais clara deste possível corte.

IHU On-Line - Como a política econômica do governo se relaciona com as políticas públicas sociais?

Rudá Ricci - É um conflito dos mais tensos. A situação é ainda mais interessante porque o Ministro da Fazenda é apontado como o avalista dos gastos (inclusive de promoção do consumo

popular) no final do governo Lula e que provocaria parte dos cortes anunciados pelo governo Dilma. Enfim, já expus que o modelo lulista é uma trama de tipo neoguetulista, neocorporativa. Ao tocar numa peça, altera todo balanço da engrenagem. E se anunciou corte de gastos para conter a inflação. Percebe que há vários discursos no interior do governo? Do desenvolvimentismo a uma espécie de Estado Gerencial acanhado?

IHU On-Line - A política econômica embasada no consumo tem que implicar na busca da igualdade e da seguridade social?

Rudá Ricci - É uma lógica desenvolvimentista baseada no fortalecimento do mercado interno (lógica fordista, diga-se de passagem) que sempre esteve no discurso petista. A questão é que esta inclusão pelo consumo gerou uma forte mudança na composição dos segmentos formadores de opinião (de classe B para classe C) e um estoque de eleitores a ser mantido ou conquistado. O texto recente de FHC sugere este tema, mas a pesquisa do Datafolha, que se seguiu ao artigo, revelou que o PT é o partido preferido pelos emergentes. Enfim, o que estou procurando sugerir é que a intenção inicial acabou por se transmutar em interesse político. O financiamento do consumo da nova classe C é, hoje, um fator essencial para o crescimento do PT, inclusive nos territórios dominados até aqui pela oposição, como São Paulo e Minas Gerais.

IHU On-Line - Como o senhor compreende o reajuste do salário mínimo no início do ano?

Rudá Ricci - A questão central é como mantemos e damos sustentabilidade

para este aumento real do salário mínimo, assim como as aposentadorias. Porque este ano já tivemos uma ilustração das contradições internas do modelo lulista, quando o governo federal tentava diminuir o ciclo de consumo de massas e as centrais sindicais pressionavam pelo que consideram um direito histórico. O próprio governo se debateu com suas contradições.

IHU On-Line - Alguns economistas defendem que surgiu uma nova classe média no Brasil, a qual tem mais poder de compra. O acesso a bens de consumo nos levará ao desenvolvimento?

Rudá Ricci - Este foi o caminho adotado pelo New Deal. Estamos apenas atualizando este modelito desenvolvimentista. O petismo prometia a inclusão pela política e pelo direito. Mas o lulismo construiu a inclusão pelo consumo, atrelada à tutela estatal. A projeção que se faz é que em 2014, se continuarmos com a mesma velocidade de inclusão (ascensão social e crescimento da classe C), seremos o quinto mercado consumidor do mundo, abaixo apenas dos EUA, China, Alemanha e Japão. Imagine o que esta projeção atrai de investimentos externos no Brasil! A questão, então, é que cresceremos economicamente. Mas politicamente podemos estar criando um gigantismo estatal e a tutela política da nossa sociedade.

IHU On-Line - Como o Brasil tenta fazer a inclusão social e garantir democratização da democracia?

Rudá Ricci - O lulismo abandonou a tarefa de democratizar nossa democracia. Ao contrário, vem cerceando os espaços da oposição e diminuindo os espaços de competição partidária.

ria. Abandonou todas as iniciativas de controle social, mesmo as que iniciou timidamente em 2003 (caso das audiências públicas do Plano Plurianual ou o Talher do programa Fome Zero). O pragmatismo político e o centralismo falaram mais alto.

LEIA MAIS...

Rudá Ricci já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. O material está disponível na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

- Um fordismo tupiniquim que concilia interesses. Entrevista publicada na edição 3562, de 29-11-2010. Acesse no link <http://migre.me/4qtQY>;
- “Com o fim da era dos movimentos sociais, foi-se a energia moral da ousadia”. Entrevista publicada em 30-11-2009. Disponível em <http://migre.me/wMCD>;
- O PT a reboque do lulismo. Entrevista publicada em 10-9-2009. Acesse no link <http://migre.me/wMEA>;
- “Um Brasil mais mosaico do que nunca”. Uma análise das eleições a partir de Minas Gerais. Entrevista publicada em 1-11-2008 e disponível no link <http://migre.me/wMFC>;
- “A CUT vai caminhando para ser a antiga CGT do século XXI”. Entrevista publicada em 2-9-2008 e disponível no endereço eletrônico <http://migre.me/wMGW>;
- “Lula não é uma liderança de esquerda”. Entrevista publicada em 20-9-2006 e disponível no link <http://migre.me/wMHL>;
- Os desafios dos movimentos sociais hoje. Entrevista publicada na IHU On-Line número 325, de 19-04-2010, disponível em <http://bit.ly/ez3p2d>;
- “As eleições manifestam a emergência de um movimento ultraconservador no Brasil”. Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 05-11-2010, disponível em <http://bit.ly/9oROUC>;
- Movimentos Sociais numa gestão Dilma ou Serra. Artigo publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 30-03-2010 e disponível em <http://bit.ly/bucNA7>;
- O lulismo e a esquerda latino-americana. Artigo publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 24-03-2010 e disponível em <http://bit.ly/8Y8tBO>;
- Comunitarismo e Democracia no Brasil. Artigo publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 20-03-2010 e disponível em <http://bit.ly/a254w4>;
- Movimentos Sociais em discussão. Rudá Ricci responde a Valter Pomar. Artigo publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 13-12-2009 e disponível em <http://bit.ly/ctbaYH>.

28 de maio

Exibição do filme: Transamérica (Direção: Duncan Tucker)

Debatedor: André Lange

Informações em www.ihu.unisinos.br

Perfil

Francisco Whitaker

POR GREYCE VARGAS E MÁRCIA JUNGES | FOTO STEFANIE DAL FORNO

As vésperas de comemorar 80 anos, o arquiteto Francisco Whitaker esbanja energia e vitalidade. Ideias para continuar a construir um outro Brasil e um outro mundo, menos desiguais e menos injustos, não lhe faltam. A mais nova delas é criar um plebiscito contra a construção de reatores nucleares no Brasil.

Em entrevista concedida pessoalmente à IHU On-Line, por ocasião de sua vinda à Unisinos, em 14-04-2011, ele contou sua bela e agitada trajetória, sempre lutando pelas causas sociais e acreditando que se pode viver uma sociedade mais fraterna. Cidadão do mundo, viveu na França, na Argentina, no Chile, na Alemanha e ajudou a escrever a história política de nosso país, inclusive através de dois mandatos como vereador pelo PT.

Francisco Whitaker é arquiteto por formação e foi cofundador do Fórum Social Mundial. Confira a entrevista.



Origens

Nasci no interior do Estado de São Paulo, em São Carlos, a 200 km da capital. Minha família é de lá. Meu pai, João é filho de imigrantes portugueses. Após viajar para Portugal com a família, voltou jovem ao Brasil para tomar conta da serraria de meu avô. Casou-se com uma moça de São Carlos. Ele tinha 22 anos, ela 16. Em Portugal estudou Contabilidade, e era jogador de futebol, goleiro do time dos Acadêmicos de Coimbra.

Minha mãe, Beatriz, vinha de família tradicional da cidade, com vários filhos. Sou o caçula de três filhos. Tenho duas irmãs mais velhas. Completo 80 anos este ano. Minha irmã mais velha já tem 83, e a outra 82. Era uma família de classe média suficientemente acertada na vida para dar estudos aos três filhos. Fiquei em São Carlos até 17 anos. Estudei em escola pública, a melhor que havia na cidade.

Universidade e Ação Católica

Fui para São Paulo fazer o último ano do colégio e tentar entrar na universidade. Era o ano de 1950. Eu tinha

uma namorada muito inteligente nessa época, que iria estudar medicina. E eu queria fazer medicina também. Entretanto, no meio do ano de curso, naquele tempo o 3º colegial, pensei que gostaria de arquitetura. Assim, fiz o vestibular, passei na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP, que concluí em 1957. Em 1950, no primeiro ano de faculdade, fui morar numa pensão da Juventude Universitária Católica - JUC, onde comecei a fazer parte desse movimento. Em 1953, fui eleito presidente da JUC, quando ocorreu uma virada muito grande no movimento.

Padre Lebrecht

Minha geração foi muito influenciada por um dominicano francês, Pe. Louis Joseph Lebrecht. Era uma pessoa muito especial, misto de geógrafo, atividade que o fez vir ao Brasil realizar pesquisas socioeconômicas, e teólogo. Lebrecht trabalhava muito o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, e seus estudos tinham dimensão mundial. Uma obra sua de importância foi *Suicídio ou Sobrevivência*

do Ocidente. Mas escreveu também obras que foram muito úteis para nós, jovens, como *Princípios para a ação*, muito útil até hoje, e *Rejuvenescer o exame de consciência*. Mais adiante, em 1962, foi perito do Concílio Vaticano II. Fomos todos “devidamente” influenciados por ele.

Plínio de Arruda Sampaio foi presidente da JUC antes de mim. Éramos da mesma turma. Ele é um ano mais velho do que eu. No livro sobre exame de consciência, Lebrecht dizia que o pecado mais grave é a omissão diante da miséria no subdesenvolvimento. Ele nos marcou muito com essas ideias, tanto assim que a JUC, que tinha um congresso nacional em que todos os anos era definido um tema de trabalho e estudos. Ele escolheu em 1954 a questão social. Era o período da minha gestão. Ainda nesse ano, no final do meu mandato, apareceu uma oportunidade especial para participar de um programa de intercâmbio universitário com a Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Foram dois alunos daqui e vieram dois de lá. Candidatei-me para participar. Foi engraçado porque ha-

via apenas duas vagas, mas o fato é que quem se candidatou fui eu e outro rapaz, da UJC - União da Juventude Comunista. Ocorre que naquele tempo havia um filme italiano muito famoso, chamado *D. Camilo e Pepone*, que tratava sobre o pós-guerra na Itália, mostrando o embate entre comunistas e cristãos pelo domínio político. Aliás, Lebret tinha participado muito desse embate e criado o movimento chamado Economia e Humanismo, em 1947. Era exatamente esse momento em que se digladiavam na Europa essas forças após o fim da guerra. Todos os países estavam se articulando, e somente depois é que houve a divisão entre Leste e Oeste. Assim, esse filme mostrava D. Camilo como o padre, e Pepone como líder comunista da cidadezinha italiana. A obra mostrava os enfrentamentos e semelhanças. Nossos colegas brincavam dizendo que D. Camilo e Pepone iam juntos para a Alemanha...

Aprendi a falar alemão “na marra”. Fiquei por lá uns dois semestres. Passei mais outro semestre na França, estudando arquitetura gótica e românica. Eu tinha uma lambretinha que usava para ir a todo lado.

Tour europeia

No intercâmbio Alemanha-Brasil, a bolsa de estudos dos alemães que vieram para cá funcionou perfeitamente, mas na Alemanha não ocorreu o mesmo com a nossa. Eu e meu colega nos vimos em maus lençóis durante seis meses. Vivemos sem a bolsa, ganhando dinheiro de alguma maneira. Mas naquele tempo, na Europa, havia muitas atividades para os jovens fazerem: colher laranjas, cuidar de crianças, fazer extras em filmes, vender sorvetes em estádios, limpar tapetes. Foi o que fizemos durante esse meio ano. Até que veio o dinheiro da bolsa, os atrasados de seis meses. Deu para comprar a lambretinha. Fui até o Sul da Itália e à Finlândia assim.

Trabalhando com Lebret

Quando voltei para São Paulo, em 1957, retornei para a universidade. Lebret tinha acabado de fazer uma grande pesquisa nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo sobre necessidades e pos-

sibilidades de desenvolvimento para a bacia Paraná-Uruguai. Lebret tinha sido contratado para fazer uma grande pesquisa na aglomeração de São Paulo. Um detalhe interessante é que ele veio pela primeira vez para o Brasil em 1947 para dar um curso de introdução à economia e humanismo e um outro sobre introdução ao marxismo. No meio desse curso, Dutra resolveu colocar na ilegalidade o Partido Comunista. Naquele tempo o Brasil era muito anticomunista. A guerra fria era muito forte. Lebret deu declarações dizendo que aquela decisão era equivocada. Foi proibido de voltar ao Brasil até 1952...

A ditadura no Brasil disse que veio porque comunistas, aliados a igrejeiros estavam tentando implantar uma

**“A ditadura no Brasil
disse que veio porque
comunistas, aliados a
igrejeiros estavam
tentando implantar uma
ditadura de
esquerda no Brasil,
no ano de 1963/64”**

ditadura de esquerda no Brasil, no ano de 1963/64. Lebret, começando a trabalhar na pesquisa sobre São Paulo precisava de um desenhista, uma vez que usava muito representações gráficas. Então, eu era estudante do último ano de arquitetura. Naturalmente, continuei a trabalhar no instituto que foi criado por ele em São Paulo, chamado Sagsmacs. É dele o primeiro estudo das favelas do Rio de Janeiro, de um outro que exibia as condições de vida em Pernambuco. Em São Paulo ele pesquisou por um ano inteiro. Eu, trabalhando na Sagsmacs, passei em seguida a ser coordenador da pesquisa similar que fizemos em Belo Horizonte, e depois partimos para fazer outros estudos em outros lugares como o Paraná, o Araguaia.

O trabalho de Lebret foi apresentado como o primeiro planejamento urbano de São Paulo, mas não é exatamente isso. Trata-se de um estudo, com análise e conclusões. A partir disso ele propunha coisas, mas não se tratava de um plano diretor para São Paulo. Se seus conselhos tivessem sido ouvidos, São Paulo não seria o caos que é hoje. O que Lebret propunha era criar uma descentralização. A periferia não era considerada, e ele queria que isso ocorresse em termos de serviço e administração. Automaticamente toda a discussão sobre trabalho, residência, zonas industriais e de habitação faziam parte de suas propostas. Ele chegou a fazer sobrevoos de helicóptero na cidade para identificar onde instalar centros administrativos. Acabei participando desse belíssimo estudo.

Plínio de Arruda Sampaio

Plínio de Arruda Sampaio foi subchefe da Casa Civil de Carvalho Pinto. A essas alturas eu já era arquiteto, formado em 1947. Trabalhava como pesquisador, urbanista na Sagsmacs, quando Carvalho Pinto resolveu fazer o plano de ação, o primeiro plano de governo que se fez no Brasil depois de Juscelino. Mas já era um plano de ação, e não de metas, como o de Juscelino. Plínio foi o coordenador. Ele chamou a equipe inteira de Sagsmacs para trabalhar com ele. Constituímos um grupo de planejamento que tinha dois níveis, um deles era chamado Grupão (que contava inclusive com Delfim Neto). Uma das tarefas de que fui incumbido foi a descentralização da Justiça. Plínio disse-me que os desembargadores não tinham a menor ideia do que era São Paulo. Ele sugeriu que saíssemos pela cidade para “apresentá-la” a eles.

Após algum tempo fiquei descontente com a forma como o economista chefe estava levando o plano de ação, e resolvi voltar para a Sagsmacs. Fiz outros trabalhos, na Bahia, em Minas Gerais até que Plínio novamente, então como deputado federal, foi relator da reforma agrária, em 1963. Plínio me indicou para Jango a fim de eu dirigir o departamento de planejamento da Superintendência da Reforma Agrária - Supra. Lá fui eu. Fiquei trabalhando

por uns oito meses em dois gabinetes: no Rio de Janeiro e em Brasília. Eu ia todas as semanas para Brasília e ficava uns dois ou três dias, ia para o Rio e voltava para São Paulo. Depois me mudei para o Rio e diminuiu uma escala.

Prisão

Em 1964, deu-se a minha prisão. A explicação que deram, ou acusação, é que eu fazia parte de uma conspiração, que iria tomar o Rio “por fora”. Segundo os militares, nós estávamos preparando a tomada do Rio de Janeiro pelos camponeses. Era uma das acusações que pesavam sobre nós. Fiquei um tempo fugido, depois apareci novamente, para não ter abandono de cargo. Vincularam minha prisão ao fato de ser membro da AP - Ação Popular. Afastei-me dela logo após ser solto. Fiquei uns dez dias preso, tempo suficiente para eles vasculharem tudo o que haviam levado de minha casa, e de um dia de interrogatório sobre o conteúdo das pastas que encontraram. Nesse período ainda não havia tortura. O Dops, o Fleury e a tortura surgiram somente mais tarde. Fiquei sem emprego, e continuava no Rio de Janeiro. Inventei de ser vendedor da Enciclopédia Britânica. Eu tinha três filhos para criar nessa época. Casei em 1958, logo a seguir o término da pesquisa com Le Bret, em São Paulo. Minha esposa chama-se Stella, e é psicóloga. Já comemoramos 50 anos de casados.

Telegrama e exílio

Logo após minha libertação, D. Helder havia feito um plano de emergência para a CNBB e a partir de um apelo de João XXIII queria fazer um plano “pra valer”. E eu era um planejador. Fui chamado para assessorar o primeiro plano pastoral de conjunto. Trabalhei na CNBB e isso foi uma experiência riquíssima, pois atuei com um teólogo chamado Caramuru. Fazíamos uma “dobradinha” muito interessante. Fizemos um plano extremamente participativo, um processo de discussão que passava de um lado pela explicação para bispos, padres e leigos do que o Concílio Vaticano tinha trazido e a minha explicação de como poderíamos operacionalizar aquilo tudo. O Concílio foi uma verdadeira virada de mesa.

Foi uma experiência rica não apenas do conhecimento teológico, mas do que é a Igreja, a ação cristã.

Mas as coisas começaram a apertar do meu lado em termos de repressão. Tive tempo de terminar o plano, e fui para Roma quando a assembleia dos bispos aprovou esse plano, em Roma. Fui realizar uma assessoria e, na hora de voltar, recebi um telegrama dizendo: “Não volte.” Estávamos eu e Stella em Roma, mas nossos filhos haviam ficado. Ela voltou antes, para sentir qual era a barra, e eu fiquei. Falaram que estavam me procurando. Esperei um tempo e voltei. No final de 1966, decidimos que iríamos sair do Brasil para esperar a poeira baixar. O quarto filho nasceu nesse período.

**“Em 1964, deu-se a
minha prisão. A
explicação que deram,
ou acusação, é que eu
fazia parte de uma
conspiração, que iria
tomar o Rio ‘por fora’”**

Mudanças de endereço

Planejamos ficar um ano e meio na Europa. Articulei uma tese de doutorado, e Stella entrou em um curso. Logo o governo brasileiro interferiu nos estudantes daqui que estavam na Europa e a bolsa francesa foi “devidamente” cortada. Ficamos sem bolsa, com quatro filhos. Eu já dava aulas no Instituto do Le Bret, que havia morrido em 1966, na França. O Instituto chama-se Instituto de Formação e Pesquisa em Desenvolvimento - IRFED, que formava quadros para o Terceiro Mundo. Assim trabalhei por três anos. Assessoriei a Unesco, que queria me levar para o Chile, mas fui barrado pelo governo brasileiro. A Cepal convidou-me também para trabalhar no Chile. Ficamos lá por quatro anos. Acompanhamos a vitória de Allende, e infelizmente nos

vimos novamente dentro de um golpe. Saímos rapidamente do país para ir para a Argentina.

Voltamos para a França, vivendo com o que restou de nossos salários. A CNBB então decidiu fazer um projeto internacional chamado *Jornadas Internacionais por uma sociedade superando as dominações*. Pretendia-se fazer um tribunal internacional pelos direitos humanos, no qual o Brasil seria condenado pelas atrocidades aqui cometidas. Mas nos demos conta de que não era o caso de fazer mais um tribunal, mas sim um projeto de um grande encontro internacional para denunciar as opressões. Queríamos que as vítimas das opressões fossem lá contar o que estava havendo, algo como o Fórum Social Mundial hoje. Todos que estivessem engajados em algum tipo de luta poderiam participar, escrevendo um relato de duas páginas. Traduziríamos para quatro línguas e criaríamos uma intercomunicação. As coisas começaram devagar e depois cresceram muito. No décimo texto desse tipo apareceu um com o título *A Igreja Católica Romana como Estrutura de Dominação*, escrito por um grupo de mulheres da Inglaterra. Isso causou celeuma no Vaticano, que lia isso de maus olhos. Veio uma comitiva de Roma discutir com os bispos do Brasil se a iniciativa deveria continuar. Os bispos disseram que continuariam a publicar o material mas abdicariam do encontro. Publicamos 100 estudos de caso e depois disso 25 bispos brasileiros decidiram que dariam apoio à continuidade do projeto. Isso durou até 1981, eu e Stella trabalhando na França, encarregados da secretária de apoio do projeto.

Voltando ao Brasil

Conseguimos nossos passaportes, na Justiça, em 1978. Em 1981 decidimos voltar. Os filhos e Stella vieram antes, por questões de segurança. Quando cheguei, parecia que estavam recebendo um bandido. Eu era esperado em vários aeroportos. Fui autorizado a visitar meu pai que estava doente, e só depois me apresentar à polícia.

Família

Meu pai tinha muito medo de que

eu tivesse virado comunista. Mãe é mais flexível com tudo, e a minha sempre aceitava tudo. Mas meu pai foi buscar o que deixei na cadeia, no Ministério da Marinha, no Rio de Janeiro. Ficavam preocupados com minha situação. Meu pai tinha a mentalidade da época, e toda aquela preocupação sobre o comunismo. Dos nossos quatro filhos, três são meninas, e um menino. Uma delas é médica, Clara, formada na França, e tem dois filhos. Celina é agrônoma, também formada na França. Trabalhou em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Veio para cá com o marido, também agrônomo. Hoje ela vive lá na França, com três filhos. Silvia é advogada, trabalhou comigo quando fui vereador. Em seguida, entrou na diplomacia, e atua como diplomata no Uruguai e tem um filho. O João, caçula, fez arquitetura, economia, mestrado em ciências sociais e doutorado em arquitetura. É professor da USP e ultraengajado em causas sociais.

De volta ao Brasil

Voltamos numa fase mais calma, digamos assim. Vim trabalhar com D. Paulo Evaristo Arns. Fomos acolhidos para trabalhar nas Comunidades Eclesiais de Base. Criamos a *Associação Paulista de Solidariedade ao Desemprego*, em 1983. Depois nos engajamos no Plenário Pro-Participação Popular na Constituinte. Em 1988 candidatei-me a vereador por São Paulo, no mandato em que assumiu Luiza Erundina. Fui reeleito no mandato de Paulo Maluf. Aprendi como funciona o Legislativo no Brasil, os meandros da corrupção. Visto de fora é uma coisa; visto de dentro, outra. Depois de dois mandatos, decidi sair.

Corrupção

Quando acabou a Constituinte e era recomendável que eu me candidatassem a vereador, desliguei-me de D. Paulo e entrei no PT. Em 1996 fui ser secretário executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, onde comecei a trabalhar, e a Campanha da Fraternidade em 1996 foi sobre Fraternidade e Política, de onde saiu o projeto de Iniciativa Popular contra a corrupção eleitoral. Na Constituinte trabalhei precisamente na emenda popular que

instituiu a iniciativa popular de lei. Era meu terreno. Em 1999 conseguimos aprovar a lei contra a corrupção eleitoral. Aí é que começou o Fórum Social Mundial. Entrei representando a Comissão, e sou membro do Conselho Internacional do Fórum.

PT

Saí do PT em 2006. Quando me afastei da Câmara, afastei-me do partido. Participava de algumas atividades, mas me desliguei da vida partidária, que é extremamente trabalhosa e cansativa. A insistência em me posicionar sobre o escândalo do mensalão era tanta que resolvi me afastar do PT e voltar ao “Partido dos Sem Partido”.

“Lula fez um enorme avanço na maneira de olhar a questão da desigualdade no Brasil, abrindo perspectivas e tomando iniciativas junto do processo mundial de crescimento da economia”

Governo Lula

Lula fez um enorme avanço na maneira de olhar a questão da desigualdade no Brasil, abrindo perspectivas e tomando iniciativas junto do processo mundial de crescimento da economia. Ele determinou uma melhoria nas condições de vida de muita gente, e até uma certa elevação do nível de renda, com mais atividade econômica a partir das ajudas gerais que visavam redistribuir a renda. Para fazer isso, Lula teve que tecer acordos, e alguns deles foram problemáticos. Como o acordo com os ricos, aqueles que têm o país na mão e que ganham muito dinheiro em qualquer circunstância. Com o governo Lula, continuaram a ganhar muito dinheiro. Houve uma certa distribuição

de renda, mas a faixa mais rica do país enriqueceu ainda mais. Os “inimigos” de Lula dizem que ele salvou o capitalismo, pois não colocou em xeque o sistema: pelo contrário, assegurou sua continuidade nos moldes mais tradicionais, com um capitalismo voltado sobretudo ao crescimento econômico sem distribuição de renda. Quem faz distribuição de renda é o governo com seus mecanismos. Ao mesmo tempo, destacam-se os problemas ambientais, complicadíssimos de resolver, como a questão dos transgênicos e das grandes obras do PAC, uma resposta à necessidade de industrialização do país. Portanto, é preciso ainda mais dinheiro para as empresas e empreiteiras. Um lado que ficou meio problemático foi a relação política entre Executivo e Legislativo, que é a relação mais perversa de nossa democracia, fazendo com que a corrupção se instale.

Lula fez como todos os governantes: criou condições de governabilidade, conseguindo uma maioria no Congresso através de alianças com setores que não estão absolutamente interessados em superar a desigualdade no Brasil. Como conclusão, Lula foi bom e ruim. O grande problema é que o lado bom dele criou uma dinâmica que agora não dá mais para segurar, com o atendimento a necessidades sociais. Por outro lado, se torna cada vez mais difícil enfrentar o problema real, que é o de superar um sistema que destrói o planeta e, na verdade, mais concentra renda do que qualquer outra coisa.

Governo Dilma

Dilma foi eleita dentro do programa e da perspectiva de Lula. Ela é a “Mãe do PAC”. Ela tem uma visão de que tudo se soluciona pelo crescimento econômico, o que é trágico. É preciso rever o modelo de desenvolvimento brasileiro. Temos que crescer economicamente, é claro, mas com um modelo que assegure a manutenção da vida e da natureza. Essas grandes obras do PAC poderiam tomar modelos diferentes. Agora, estou reunindo-me com pessoas que querem parar a construção de reatores nucleares no Brasil. O que se viu sobre esses reatores já é o suficien-

te para encaminharmos algo desse tipo. Já o ministro das Minas e Energia disse que será dada continuidade a essas obras. Trata-se de uma visão de desenvolvimento que precisa ser totalmente revista.

Por outro lado, na questão da governabilidade através do controle do Parlamento, Dilma teve, de cara, um primeiro problema: a aprovação da lei do salário mínimo. Para isso, novamente ela precisou usar o sistema habitual. Como conseguir maioria no Congresso? Diz-se que ela está “segurando” mais, contingenciando a liberação das famosas emendas parlamentares, um dos sistemas mais distorcidos de atividade parlamentar. Simplesmente, esses sistemas estão voltados para a reeleição dos parlamentares através do encaminhamento de verbas aos seus redutos eleitorais. Essas emendas parecem estar sendo mais contingenciadas. Como Dilma irá compensar isso e continuar a ter maioria no Congresso? Não sei.

80 anos

Temos que ir tocando a vida como se vivêssemos eternamente. Não dá para ficar pensando em quando irá acabar a caminhada, ou se protegendo tanto que não se faça mais nada. Pelo contrário, quanto mais se age e se insere em novos projetos e desafios, melhor funciona nosso corpo e mente. Vejo os 80 anos como mais uma data. Quero comemorar ainda os meus 90 anos. Objetivamente, existe uma quantidade enorme de coisas a serem feitas no Brasil para as quais posso contribuir de alguma forma. A minha experiência fez-me descobrir muitas coisas, como agora ocorre com a questão nuclear. Estou entre os organizadores de um plebiscito sobre a questão nuclear. Nessa altura dos acontecimentos, é fundamental. Tenho que me meter, não posso “pendurar as chuteiras”. Ao contrário, vou continuar chutando. Se não acreditamos que um outro mundo é possível, temos que voltar para casa e morrer. Não vou comemorar os 80 anos com alarde. Certamente a família vai querer fazer um bolo, mas talvez eu nem esteja por aqui na data, mas viajando em um dos meus compromissos.

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA WWW.IHU.UNISINOS.BR

IHU Repórter

Guilherme de Azevedo

POR ANELISE ZANONI | FOTOS ARQUIVO PESSOAL

Aos 27 anos, Guilherme de Azevedo (na foto ao lado, com a noiva, Geane) não tem medo de ser um jovem professor em um curso tradicional como o de Direito. Contratado há dois anos pela Unisinos, ele é responsável pelas disciplinas de Sociologia Aplicada ao Direito, História do Direito e Direito Constitucional e mantém vivo alguns gostos da juventude. Se pudesse, partiria com os amigos para uma turnê com a banda de rock que ainda mantém, porque considera a música uma grande paixão. Também poderia passar horas em frente às telas de cinema para apreciar clássicos de Woody Allen e dividir com os alunos reflexões sobre a relação da sétima arte com a justiça. Na entrevista a seguir, ele conta sobre seu gosto pelos estudos e a influência da iniciação científica na hora de desenhar a própria carreira. Confira.



Origens - Sou de uma família de origem alemã e portuguesa. Entretanto, meus pais nasceram em São Leopoldo e minha avó materna veio de Dois Irmãos. Tenho uma irmã mais nova, Juliana, que faz Comércio Exterior aqui na universidade.

Meu primeiro contato com a Unisinos nasceu com o esporte. Como a comunidade de São Leopoldo conhece a universidade e a considera referência, decidi jogar vôlei na instituição durante a pré-adolescência. Depois dessa fase, não estive mais vinculado ao esporte.

Escolha profissional - Minha mãe é formada em História e Geografia pela Unisinos. Contudo, na época em que eu terminei o Ensino Médio ela tinha se formado em Direito aqui. Eu estava indeciso sobre qual curso fazer e, na época, tinha no imaginário que seria interessante fazer Medicina, principalmente porque tenho um tio médico. Como eu havia decidido por estudar na Unisinos, não podia escolher este curso, porque não era oferecido. Aos poucos, meus pais me ajudaram a ver que eu gostava muito de ler e debater. Foi então que escolhi pelo curso de Direito.

Estudos - Saí do colégio no ano 2000 e, no ano seguinte, já estava nas salas de aula da Unisinos. Hoje tenho 27 anos e faço parte de um grupo de pesquisa e dou aula na graduação. Isso tudo nasceu porque sou uma verdadeira “cria” da universidade. Logo que comecei o Direito (noturno) fiz vários estágios. Tive experiências em dois escritórios de advocacia, mas não me identifiquei muito. Estagiei também no Ministério Público de Esteio. Ainda no início do curso fiquei sabendo sobre o programa de iniciação científica, o que mudou muito meu caminho.

O Professor Delton Winter de Carvalho estava iniciando o doutorado e comentou que o orientador dele, o Professor Leonel Severo Rocha, estava selecionando um bolsista. Na época, eu nem sabia o que fazia um bolsista de iniciação científica. Conversei com ele e descobri que a tarefa estaria relacionada a estudos e a pesquisa acadêmica. Fiz a seleção e passei.

Na época, eu tinha cerca de 18 anos e pouca noção sobre o que era o Direito. Além disso, estava ajudando um PhD a pesquisar.

Com certeza, me apaixonei pela experiência. Comecei a trabalhar como

bolsista do Professor Leonel Severo Rocha no PPGD e fiquei por lá durante cinco anos. Depois desse período, não fiz mais nenhuma outra atividade profissional e acabei me dedicando para a área acadêmica.

Paixão pela academia - Percebi que as disciplinas do início do curso foram as que mais me marcaram e que a Unisinos poderia oferecer a possibilidade de uma grande carreira acadêmica. Por isso, me direcionei para a pesquisa.

O aluno que é bolsista conhece uma realidade da universidade muito boa e percebe que é possível fazer uma ponte com o mestrado e o doutorado desde muito cedo. Eu, por exemplo, desde o início da graduação vivi dentro do programa de pós-graduação do Direito (PPGD). Lia os livros que eram debatidos por mestrandos e doutorandos, me interessava por aqueles que mais se aproximavam da teoria do direito. Depois, que terminei a graduação, em 2007, entrei no mestrado. Em seguida, ingressei como professor, em 2009.

Mercado de trabalho - Toda inclusão gera alguma exclusão. É preciso saber fazer escolhas na carreira profes-



NA FOTO AO LADO, GUILHERME
COM OS AMIGOS DA BANDA.

que confere experiência ou qualidade.

É uma espécie de fetiche a experiência pela idade, uma crença que nós mesmos nos colocamos, mas para atenuar um pouco essa ideia penso que antes de mais nada vem o compromisso com

o estudo constante.

O Direito, por ser um curso muito tradicional, atrai pessoas muito diferentes, de classes e idades. Como trabalho com disciplinas vistas normalmente com “teóricas”, tenho o compromisso de apresentar elas para os alunos com um bom embasamento. E os alunos percebem quando o professor domina um determinado assunto. Por isso, não me sinto constrangido por ser tão jovem. A única segurança consistente que o professor pode alcançar é a segurança intelectual. E isso não depende só do tempo.

Músico por lazer - Sempre brinco com os alunos deixando claro que o curso está ligado a outros fatores sociais importantes e que pode ter outros desdobramentos. Levo para a sala de aula ideias relacionadas à música e ao cinema.

Na verdade, a música é um lazer, e me interessa por compositores que vão da música erudita ao black metal norueguês. Atualmente, ainda toco contrabaixo em uma banda de rock de amigos de infância. Gosto tanto da música quanto do ambiente acadêmico. Nunca perdi aquele sonho de garoto que pensa em montar uma banda de rock com os amigos e viajar pelo mundo fazendo shows.

Preferências no cinema - Cinema também é uma paixão. Com a iniciação científica viajamos muito e conhecemos muita gente, o que enriquece muito o currículo e nos permite trocar referências de filmes. Sou fanático por Woody Allen, gosto muito do Michael Haneke, que ficou mais conhecido no Brasil

agora com o filme *A Fita Branca*. Sou fascinado também pelo trabalho do David Lynch. Tenho interesse por cinema autoral, que leva a mão do diretor, desde o roteiro até a direção. Alguns clássicos também são fascinantes. Cinema pra mim é uma arte superior, porque tem uma mescla de linguagens: música, palavra, imagem, dança. Gosto de levar para sala de aula filmes que os alunos possam refletir em um espaço lúdico.

Noivado recente - Acabei de ficar noivo de uma ex-aluna da Unisinos, a Geane Martins da Silva. Ela se formou em Letras na virada do ano e é professora de inglês e português em duas escolas particulares.

Plano futuros - Minha irmã fez intercâmbio e percebo que esta é uma lacuna na minha vida. Acabei optando pela academia e espero suprir esta minha necessidade de viajar em um futuro doutorado. Como o governo não está oferecendo muitas bolsas integrais de doutorado, penso em fazer uma extensão “sanduíche” nos Estados Unidos ou na Alemanha. Também desejo continuar investindo na carreira de pesquisador e docente na Unisinos, é uma Universidade sólida e reconhecida em todo o país, principalmente no Direito.

Outro ponto importante é que devo procurar outra instituição para continuar os estudos no doutorado. Tomei a decisão junto com o meu orientador do mestrado, porque acredito que como professor, tenho a obrigação de agregar valor ao meu currículo e à universidade que trabalho. Como já conheço bem os professores e as linhas de pesquisa da Unisinos (fiz minha graduação e mestrado aqui), fiquei com medo de que meu doutorado se transformasse em um “mestrado”. Então pretendo fazer seleção em outras universidades, como a Universidade de Brasília - UnB, Universidade de São Paulo - SP ou até mesmo a UFRGS. Entendo que, especialmente para quem é um profissional da pesquisa, a passagem por outras instituições é importante para troca de experiências e enriquecimento profissional.

sional. A demanda por uma constante formação e especialização exige isso. O Direito no Brasil vem superando um modelo antigo de profissional do ensino: se você não trabalha na área e apenas leciona, as pessoas costumam questionar essa situação. Espera-se que o professor seja antes de qualquer coisa um advogado, com escritório, ou que seja um juiz, promotor etc. Mas no ensino universitário no Exterior, respeitada a especificidade de cada país, os professores são antes de qualquer coisa pesquisadores, apenas estudam ou se dedicam à docência. Lecionar ou pesquisar são profissões, e não devem ser consideradas apenas um “plano B”.

Acredito na importância da prática. Apenas defendo que na área que atuo dentro do direito, a atividade “prática” é antes de tudo a pesquisa. Atualmente, os temas que investigo estão relacionados à Sociologia Jurídica, Teoria do Direito e Direitos Humanos. Para o profissional dessas áreas, entendo que o seu maior compromisso com o “mercado” ou a “prática” é o de manter a sua pesquisa em constante conexão com as principais universidades e centros de pesquisa no Brasil e no mundo.

Além disso, a questão de se especializar, com mestrado e doutorado abriu espaço para aqueles que se dedicam apenas à pesquisa. E eles não perdem qualidade ou conexão com o mercado. A profissão professor no Direito está crescendo muito e alguns se dedicam exclusivamente à docência.

Experiência de sala de aula - Não sei se ainda existe o estereótipo de que o professor do curso de Direito deve ser mais velho, ou que é a idade

Destaques



Theodor Adorno

“Triste ciência é um termo que o filósofo Theodor Adorno (1903-1969) encontrou para expressar seu sentimento de profunda decepção com a própria atividade do pensamento crítico”, explica o Dr. **Marcelo Leandro dos Santos**, funcionário do IHU, autor da tese Constelação vital. Um ensaio sobre o pensamento de Theodor Adorno. Os desapontamentos e ideias do teórico alemão serão apresentados e comentados por Marcelo na próxima quinta-feira, 12-05-2011, no IHU ideias. O evento acontece na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, das 17h30min às 19h.

(Re)pensando a economia

O Programa **(Re)pensando a economia**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, oferece uma série de ciclos de filmes, palestras e estudos em EAD para apontar novas questões e buscar respostas aos desafios econômicos e ambientais da nossa época. Cinco grandes eixos interdisciplinares orientam as reflexões: Trabalho, Sociedade Sustentável, Mulheres, Sujeito Sociocultural e Teologia Pública.

Dando continuidade ao programa, o IHU promove, neste mês, o Ciclo de Palestras Renda Básica de Cidadania, com a presença da professora Dra. **Lena Lavinás**, da UFRJ, no dia 23-05-2011. A programação completa está disponível na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Decrescimento em debate na Unisinos

Professor de Economia na Universidade de Paris XI - Sceaux/Orsay, **Serge Latouche**, será um dos convidados para o ciclo de palestras Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU. A presença do pesquisador está prevista para novembro. Ele falará sobre algumas experiências alternativas para o modo de consumo e a economia de baixo carbono, além de debater sobre a atualidade da obra de Ivan Illich e o pensamento de Nicolas Georgescu-Roegen. Latouche apresentará a conferência **Sociedade convivial e economia de baixo carbono: uma relação convivial?** O encontro faz parte de uma série de debates sobre a questão ética da economia, que ocorrem entre 22-08-2011 e 17-11-2011, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros. Serão levantadas reflexões sobre os desafios socioambientais e econômicos que a humanidade enfrenta na contemporaneidade.

Siga o IHU no



(http://twitter.com/_ihu)

E também no

facebook

(<http://bit.ly/ihufacebook>)



Apoio:


UNISINOS


INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU Contracapa